

UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**PARAOLIMPÍADAS E POLÍTICAS DE INCLUSÃO: FORMAS DE GOVERNAR OS CORPOS
NA SOCIEDADE E NA ESCOLA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ROSELI BELMONTE MACHADO

CANOAS – RS

2010

UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL – ULBRA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



**PARAOLIMPÍADAS E POLÍTICAS DE INCLUSÃO: FORMAS DE GOVERNAR
OS CORPOS NA SOCIEDADE E NA ESCOLA**

Roseli Belmonte Machado

ORIENTADORA

Prof.^a Dra. Maria Isabel Edelweiss Bujes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Luterana do Brasil como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Canoas/RS

2010

ROSELI BELMONTE MACHADO

**PARAOLIMPÍADAS E POLÍTICAS DE INCLUSÃO: FORMAS DE GOVERNAR
OS CORPOS NA SOCIEDADE E NA ESCOLA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da
Universidade Luterana do Brasil como requisito parcial à obtenção do título de Mestre
em Educação.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Maria Isabel Edelweiss Bujes (Orientadora)

Prof. Dr. Alfredo Veiga-Neto

Prof.^a Dra. Karla Saraiva

Prof.^a Dra. Karyne Dias Coutinho

Canoas

2010

Ao Sandro, por tudo.

“Cada pessoa só é capaz de dizer “eu” se e porque pode, ao mesmo tempo, dizer “nós”

(ELIAS, 1994, p.157).

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas foram importantes e de alguma maneira contribuíram para a realização desta pesquisa:

Minha família, que compreende a minha ausência – já de longa data –, sabendo que é por uma causa especial.

Minha orientadora, professora Maria Isabel Bujes, que me possibilitou concretizar um projeto particular, orientando-me, acalmando-me, incentivando-me e confiando nas minhas possibilidades. Obrigado pela acolhida e pelo grande apoio.

O professor Alfredo Veiga-Neto, que, mesmo sem saber, foi um dos motivos que me fizeram escolher este Mestrado. Obrigado pela inspiração.

As professoras Karyne Dias Coutinho e Karla Saraiva, que, além de gentilmente integrarem minha banca, são para mim um exemplo profissional.

Os meus amigos, em especial “todos” os que me acompanharam nos mais variados momentos desta Dissertação com palavras de carinho, incentivo e coragem.

Os meus colegas educadores, com sua solidariedade e tolerância.

Os alunos do Instituto Santa Luzia, em especial, o grupo dos “Dv’s”, com sua incansável disposição em colaborar comigo.

Os professores do PPGEDU/ULBRA, com a atenção, generosidade e disponibilidade mostradas no decorrer deste curso.

Os meus colegas de aula e de orientação, com sugestões e apoio durante os nossos encontros.

A COMCOOR, que me concedeu uma bolsa, o que efetivamente me possibilitou tempo para desenvolver este trabalho.

O Sandro, com seu apoio afetivo e incrível dedicação nestes dois anos.

“Sim, eis o que os meus sentidos aprenderam sozinhos: –
As cousas não têm significação: têm existência.
As cousas são o único sentido oculto das cousas.”
(FERNANDO PESSOA)

RESUMO

Esta Dissertação resulta de uma investigação que tem por objeto de estudo os Jogos Paraolímpicos, entendendo-os como articulados a políticas de inclusão. Como desdobramento dessa investigação, também foi possível problematizar os processos de inclusão e exclusão como uma unidade e perceber as relações de imanência entre os discursos sobre Paraolimpíadas e inclusão e seus efeitos sobre sujeitos que possuem relação com esses significados. Para realizar essa análise, vali-me das ferramentas teórico-metodológicas dos Estudos Foucaultianos. Primeiramente, fiz um breve apanhado da história dos Jogos Olímpicos e dos Jogos Paraolímpicos, procurando identificar como foram constituídos os discursos sobre cada uma dessas competições que são reforçados e divulgados atualmente pela mídia. Após, articulei o discurso da perfeição – atrelado às Olimpíadas – e o discurso da superação – atribuído às Paraolimpíadas – a conceitos desenvolvidos por Michel Foucault, como norma, anormal, normalização e normatização. A partir disso, analisei como esses discursos governam os corpos dos atletas, ao mesmo tempo em que pude perceber as Paraolimpíadas como uma estratégia biopolítica para incluir os sujeitos nas normas da governamentalidade neoliberal. Finalizei a investigação utilizando a metodologia de grupos focais para buscar compreender como esses discursos atuam sobre alunos com deficiência que participam de atividades paradesportivas numa escola inclusiva. Como um dos principais apontamentos resultantes desta pesquisa, percebo que os discursos constituídos sobre a condição de ser olímpico ou de ser paraolímpico designam quem são os normais e quem são os anormais, governando seus corpos em operações de inclusão e exclusão. Além disso, confirmo que entendo os Jogos Paraolímpicos como uma estratégia de inclusão para colocar as pessoas com deficiência dentro das normas da governamentalidade neoliberal.

Palavras-chave: Paraolimpíadas. Olimpíadas. Norma. Governo. Processos de inclusão.

ABSTRACT

This dissertation has come from an investigation aiming at studying Paralympic Games, taking them as associated to inclusion policies. As part of this investigation, it was also possible to problematise inclusion and exclusion processes as a unity, and perceive relations of immanence between discourses about Paralympics and inclusion and its effects on subjects having connection with these meanings. To analyse this I have used theoretical and methodological tools associated to Foucauldian perspectives. First, I have conducted a brief summary of the history of Olympic and Paralympic Games seeking to find out how discourses about each of these competitions were shaped, which have now been displayed and reinforced through media. After that I have linked perfection discourse — associated to Olympics — and overcoming discourse — ascribed to Paralympics — to Michael Foucault's concepts such as norm, abnormal, normalization, and standardisation. With this I have analysed how these discourses rule athletes' bodies, and at the same time I was able to take the Paralympic Games as a biopolitical strategy to submit subjects to neo-liberal governmentality rules. I have finished the investigation by using focus group methodology to understand how these discourses act upon handicapped students taking part in parasportive activities in an inclusive school. I have perceived as one of the major notes from this research that discourses about the condition of being Olympic or Paralympic define who is normal and who is not normal, governing bodies through inclusion and exclusion operations. Furthermore I have understood Paralympic Games as an inclusion strategy to include handicapped people in neo-liberal governmentality.

Keywords: Paralympics. Olympics. Norm. Government. Inclusion processes.

SUMÁRIO

RESUMO	7
ABSTRACT	8
1 CAPÍTULO I: DO TREINO AO JOGO	13
1.1 O TREINO	13
1.2 O JOGO	17
2 CAPÍTULO II: OS JOGOS AO LONGO DA HISTÓRIA	23
2.1 HISTÓRICO DOS JOGOS OLÍMPICOS: A BUSCA DA PERFEIÇÃO	23
2.2 HISTÓRICO DOS JOGOS PARAOLÍMPICOS: A BUSCA DA SUPERAÇÃO ..	28
2.3 OS JOGOS NA ATUALIDADE: UM OLHAR ATRAVÉS DA MÍDIA JORNALÍSTICA	33
3 CAPÍTULO III: PENSAR AS DIFERENÇAS	43
3.1 JOGOS DE PODER: FORMAS DE GOVERNAR AO LONGO DOS TEMPOS .	45
3.1.1 Do liberalismo ao neoliberalismo	50
3.2 GOVERNAMENTO DOS CORPOS	55
3.3 PARAOLIMPÍADAS COMO ESTRATÉGIA BIOPOLÍTICA	61

4	CAPÍTULO IV: CONVERSÇÕES: OS SUJEITOS ENTRAM NO JOGO	66
4.1	A SELEÇÃO DO TIME E AS CONDIÇÕES DE JOGO	66
4.1.1	O Campo do Jogo: a escolha pela escola inclusiva	66
4.1.2	As Regras do Jogo: como foi realizada a pesquisa com os alunos	73
4.1.2.1	A seleção: os jogadores	74
4.1.2.2	As partidas: a organização e o desenvolvimento das sessões	76
4.1.2.3	Os primeiros ensaios de organização	78
4.2	MÍDIA, CONSUMO E PATROCÍNIO	80
4.3	DISCURSOS PARAOLÍMPICOS	88
4.4	ANORMALIDADES NARRADAS	93
4.5	SOCIEDADE, ESCOLA E INCLUSÃO.....	99
5	CAPÍTULO V: MEDALHA DE OURO: PARAOLIMPÍADAS E INCLUSÃO	102
6	REFERÊNCIAS	106
7	ANEXOS	111

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Foto da capa do jornal Zero Hora de 08 de agosto de 2008

Figura 2 - Foto da capa do jornal Zero Hora de 06 de setembro de 2008

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Composição do grupo de alunos pesquisados

1. CAPÍTULO I: DO TREINO AO JOGO

1.1 O TREINO

“Existe em muita gente, penso eu, um desejo semelhante de não ter de começar, um desejo de se encontrar, logo de entrada, do outro lado do discurso.”

(FOUCAULT, 2008b, p. 6)

A escolha por este tema de trabalho possui, inegavelmente, uma articulação com minha trajetória de vida profissional e com as escolhas e caminhos que percorri até aqui. No entanto, o início, a delimitação do tema e as primeiras linhas foram difíceis de ser tramados. Para melhor explicar meus descaminhos, não há, para mim, nenhuma passagem melhor do que a epígrafe que utilizo, pois o que desejei, desde o início, era ter rapidamente esse encontro com o meu objeto de pesquisa e “cruzar a linha de chegada”. Contudo, o que eu desconhecía era o prazer que o percurso proporciona, pois ver pouco a pouco o trabalho sendo delineado e construído foi reforçando a certeza de que este é um caminho que quero continuar percorrendo.

Minha aproximação com o objeto de pesquisa teve início com minha formação original. Ao querer ser professora, iniciei e concluí na minha cidade o curso de Magistério, hoje chamado de Curso Normal, que tinha um currículo de quatro anos e meio. Durante esse período, trabalhava em uma escola de Educação Infantil, sendo responsável pela parte de atividades corporais e recreação com os alunos. Tal fato motivou-me a migrar em busca de um curso em que, na minha concepção naquela época, pudesse continuar exercendo com maior “conhecimento” e “técnica” esse trabalho. Ingressei, então, no curso de Educação Física da Universidade Luterana do Brasil e, ao mesmo tempo, comecei a trabalhar como professora de séries iniciais em uma escola estadual em Porto Alegre. Minha turma, atingida pelas Políticas de Inclusão em plena ascendência, começou a receber alunos com algum tipo de deficiência. No entanto, senti-me (como muitos profissionais ainda se sentem)

incapaz de lidar com aquelas situações. Fui, então, buscar dentro do meu curso informações técnicas para lidar com o que eu julgava “problema” e as encontrei. Fiz algumas formações e cursos na área da Educação Especial e uma Pós-Graduação na área da Biomecânica, procurando entender a “funcionalidade” daquele corpo “diferente”. Esses cursos e especializações levaram-me a desenvolver o trabalho que realizo hoje. Assim, desde 2006, sou professora em uma escola privada do município de Porto Alegre, “especializada” em atender jovens com deficiência visual, que se propõe a trabalhar de forma “inclusiva” com esses alunos e com outros que não possuem tal deficiência.

No entanto, a formação técnica deixou de ser suficiente quando, no desenvolvimento do meu trabalho, as relações de inclusão e exclusão começaram a apresentar-se para mim como indissociáveis. A cada dia de trabalho, essa conexão entre inclusão e exclusão estava mais evidente, enquanto parecia que a sociedade reforçava a ideia de que o fato de “incluir resolve qualquer problema”, desconsiderando todo o emaranhado de questões envolvidas nessa escolha. A partir disso, comecei a participar de alguns grupos de leitura e reflexão com outros professores e com meus ex-professores e acreditei que buscar o curso de Mestrado em Estudos Culturais iria fazer com que eu olhasse de outro jeito para as minhas inquietações, dúvidas e questionamentos. Foi o que realmente ocorreu, mas esse olhar pelo avesso trouxe consigo outras perguntas, que se complexificaram e resultaram na pesquisa que aqui apresento.

O ingresso no Programa de Mestrado desta Universidade levou-me a inúmeras leituras e discussões, fomentando e, ao mesmo tempo, modificando as hipóteses que eu trazia. Em meio às intrincadas e interessadas leituras de diversas obras, mas principalmente nas leituras das obras de Michel Foucault, consegui encontrar certo alento para minhas dúvidas, enquanto desconfortos de outra ordem cresciam.

Inicialmente, estava atenta apenas às problemáticas sobre as relações de inclusão e exclusão dentro da minha Escola, mas aos poucos fui abrindo meus horizontes e percebendo uma rede maior que cobria esses aspectos. No desenrolar da construção da pesquisa – desde a organização do projeto –, várias possibilidades de investigação foram pensadas, pois muitas são as maneiras de se refletir e

escrever sobre inclusão, assunto que ganha relevância cada vez maior em nossa sociedade (VEIGA-NETO; LOPES, 2007).

Na época da escolha da pesquisa, havia decidido falar a respeito das diferenças entre Olimpíadas e Paraolimpíadas e de como essas competições interferiam nos jogos e competições que acontecem na minha Escola, envolvendo alunos com deficiência e alunos que não possuem deficiência. Dessa forma, eu poderia voltar-me também às questões de inclusão e exclusão. Tal hipótese tinha partido de minhas observações durante as aulas de Educação Física que os alunos têm comigo. Nesses períodos, percebi que aqueles jogos tinham, entre os meus alunos, uma abordagem um pouco diferenciada da então conhecida e divulgada pela mídia e pela sociedade e estavam relativizando as questões de inclusão e exclusão dentro de nossas aulas. Notei que outras formas de localização e designação de cada um dos corpos – deficientes ou não-deficientes – estavam acontecendo, pois era comum uma exaltação maior aos atletas paraolímpicos durante os jogos e brincadeiras propostos em aula. Por exemplo, em um jogo de futebol nas minhas aulas, estava se tornando comum que os alunos com deficiência visual se nomeassem como um dos atletas paraolímpicos: “*Lá vai ele, Ricardinho¹ é o seu nome, ele vai direto ao gol... uh... essa passou tirando tinta da trave...*” (excertos das falas dos alunos durante os jogos nas minhas aulas).

A partir disso, o que eu queria era analisar a questão de inclusão e exclusão nos jogos e competições dentro de uma Escola “inclusiva”, onde as posições dos sujeitos participantes são constantemente atravessadas pelas diferenças entre normais e anormais – entendendo essas relações como um modo de governo desses corpos². Governo aqui é entendido como a forma de conduzir a conduta alheia ou como o “ato que se exerce sobre uma pessoa ou que ela exerce sobre si mesma para controlar suas ações” (BUJES, 2003, p.78).

Essas observações foram muito valiosas, pois me fizeram organizar um Projeto de Pesquisa realizável e pertinente. No entanto, durante a execução do Projeto, notei que eram necessários outros deslocamentos e proposições ainda não

¹ Ricardinho é atleta da seleção paraolímpica de Futebol de 5 (futebol para deficientes visuais) e era aluno de minha escola no ano de 2008.

² Objetivo da pesquisa na época do Projeto.

pensadas que trariam maiores contribuições ao contexto analisado. Através de novas leituras e outros olhares, o trabalho cresceu e tomou a forma que passo a apresentar, o que, além de satisfazer os anseios do Projeto de Pesquisa – aquilo que aqui significo como treino –, amplia a discussão.

1.2 O JOGO

Antes de começar o jogo – que aqui estou significando como a Dissertação –, penso que é necessário esclarecer um ponto. Minha pretensão não é descobrir verdades ou mostrar como as coisas “realmente aconteceram”. Espero, contudo, que as questões que ponho em discussão colaborem para que as suspeitas sejam mantidas ou “para desvendar as armadilhas do discurso inclusivo e experimentar possibilidades de pensar uma educação que, de fato, possa tratar com as diferenças [...]” (GALLO, 2009, p.11).

Há muito tempo, na constituição das diversas sociedades, tem-se pensado em como tratar o diferente/deficiente/anormal – anormal, neste trabalho, será entendido numa perspectiva foucaultiana como aquele que se encontra ao abrigo da norma, mas não está na faixa de normalidade (FOUCAULT, 1997, 2007, 2008a). Todavia, para a realização deste trabalho, não pretendo fazer a história dos processos de tratamento desses enquadrados como anormais; apenas me deterei em pensar a partir do surgimento das políticas de inclusão desses indivíduos nos mais variados cenários – escolas, clubes, etc. –, as quais modificaram diversas práticas nos setores públicos e privados, como, por exemplo, ações sobre acessibilidade que não eram comumente pensadas. Acredito que, para a análise que proponho, esse recorte será suficiente, pois será possível uma reflexão sobre como percebo as Paraolimpíadas fazendo parte dessas políticas.

A partir das décadas de 1970 e 1980, países da Europa ocidental e norte-americanos passaram a demonstrar uma “sensibilização” às condições de vida e à falta de participação social das pessoas com qualquer forma de deficiência sensorial ou física ou com distúrbios mentais e psíquicos. As associações que defendiam os direitos dessas pessoas passaram a ter cada vez mais visibilidade e “voz”. No final da década de 1980 e no início da década de 1990, vários países passaram a integrar em suas leis formas de atender aos direitos e às necessidades das pessoas com algum tipo de deficiência. Em um âmbito geral, as duas Declarações que impulsionaram a ascensão das Políticas de Inclusão foram a *Declaração Mundial sobre Educação Para Todos*, de 1990, e a *Declaração de Salamanca sobre*

Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, de 1994. A ascensão dessas políticas não aconteceu isoladamente. Dentre as condições de possibilidade para seu surgimento, cito como exemplo a passagem de um *modelo médico de deficiência* – no qual o problema da deficiência é da pessoa e necessita de cuidados médicos para ser resolvido – para um *modelo social de deficiência* – visão de que a situação é provocada pela sociedade, tendo solução nas ações sociais (LAVERGNE, 2009).

Todo esse discurso, no entanto, não pode deixar de ser olhado de outra maneira. O crescente interesse pela vontade de colocar todos na mesma rede e na mesma lógica e a iniciativa de sensibilização de alguns países em relação às condições de vida e aos direitos das pessoas com deficiência estão ancorados também em outras situações. Lavergne (2009) traz algumas reflexões sobre isso, expondo que os grandes difusores de todo esse discurso a respeito de “diversidade”, “respeito às diferenças”, são as grandes agências internacionais, tais como OMS, UNESCO, FMI e Banco Mundial, que operam dentro de uma forma de economia política neoliberal, a qual, segundo Costa (2009), apresenta duas novidades importantes:

[...] em primeiro lugar, observa-se um deslocamento mediante o qual o objeto de análise (e de governo) já não se restringe apenas ao Estado e aos processos econômicos, passando a ser propriamente a sociedade, quer dizer, as relações sociais, as sociabilidades, os comportamentos dos indivíduos etc.; em segundo, além de o mercado funcionar como chave de decifração (*princípio de inteligibilidade*) do que sucede à sociedade e ao comportamento dos indivíduos, ele mesmo generaliza-se em meio a ambos, constituindo-se como (se fosse a) substância ontológica do ‘ser’ social, a forma (e a lógica) mesma desde a qual, com a qual e na qual deveriam funcionar, desenvolver-se e transformar-se as relações e os fenômenos sociais, assim como os comportamentos de cada grupo e de cada indivíduo (COSTA, 2009, p.174).

Aqui, porém, quero fazer a ressalva de que não é o caso de apontar as “instituições como vilãs de uma conspiração”. O que pretendo é olhar pelo avesso esse discurso das políticas de inclusão já naturalizado. Além disso, como já citei, meu interesse maior é pensar nas Paraolimpíadas como parte dessas políticas ou, escrevendo de outra forma, analisar como as Paraolimpíadas podem ser entendidas como estratégias biopolíticas para trazer os indivíduos para as normas constituídas e constituintes da racionalidade neoliberal ao mesmo tempo em que operam sobre

esses sujeitos formas de governmentação de seus corpos. Como desdobramento da investigação, também é possível pensar a respeito da inclusão e exclusão como uma unidade de sentido (LOPES, 2004) e em como os discursos associados a esses processos produzem efeitos, aqui entendidos numa referência deleuziana³, sobre os sujeitos que possuem deficiência e são praticantes de esportes paradesportivos na escola.

De acordo com Lopes (2009a), no neoliberalismo, certas normas são instituídas para posicionar os sujeitos numa rede de saberes, bem como para criar ou conservar o interesse de cada um em permanecer nas redes sociais e de mercado. Para a autora, duas grandes regras fazem parte desse jogo do neoliberalismo:

A primeira regra é manter-se sempre em atividade. Não é permitido que ninguém pare ou fique de fora, que ninguém deixe de se integrar nas malhas que dão sustentação aos jogos de mercado e que garantem que *todos*, ou a maior quantidade de pessoas, sejam beneficiados pelas inúmeras ações de Estado e de mercado. Por sua vez, Estado e mercado estão cada vez mais articulados e dependentes um do outro, na tarefa de educar a população para que ela viva em condições de sustentabilidade, de empresariamento, de autocontrole, etc. A segunda regra é que todos devem estar incluídos, mas em diferentes níveis de participação, nas relações que se estabelecem entre Estado/população, públicos/comunidades e mercado. Não se admite que alguém perca tudo ou fique sem jogar. Para tanto, as condições principais de participação são três: primeiro, *ser educado em direção a entrar no jogo*; segundo, *permanecer no jogo (permanecer incluído)*; terceiro, *desejar permanecer no jogo* (LOPES, 2009a, p.155).

Dessa maneira, percebo as Paraolimpíadas como inscritas no jogo neoliberal, onde não é permitido que ninguém fique de fora: pessoas com ou sem deficiência podem participar de jogos e competições. Além disso, marca-se o nível de participação desses indivíduos: atletas paraolímpicos estão no jogo, mas ocupando um lugar diferenciado. São os outros do jogo.

Também é necessário refletir que as políticas de inclusão operam sobre os indivíduos como estratégias de governmentação em relação à população (VEIGA-

³ Não se trata aqui de um conceito de efeito em que este se encontra em relação com um nexos causal direto. Para Deleuze, os efeitos estão copresentes e são coextensivos à sua própria causa. O autor vale-se de uma ideia de causa imanente, causa esta inseparável de seus efeitos.

NETO; LOPES, 2007); como pretendo mostrar as Paraolimpíadas como parte dessas políticas, noto suas ações em direção ao governo dos corpos dos indivíduos. Tais estratégias, para mim, agem sobre os sujeitos – simultaneamente –, em um caráter mais global, trazendo os indivíduos para participarem de jogos, esportes e competições e, em um caráter microfísico, através do disciplinamento de seus corpos.

A possibilidade de realizar a análise que me propus a fazer advém da utilização de alguns conceitos chave da teorização de Michel Foucault: poder, governo, biopoder, norma⁴ e seus correlatos. Além desses, também me vali de outros conceitos, que serão mostrados no decorrer do trabalho, os quais colaboram para as reflexões finais a que cheguei.

Esta pesquisa, que tem como objetivo central pensar nas Paraolimpíadas como parte das políticas de inclusão, foi desenvolvida sobre três focos de análise: a história dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, reportagens do jornal Zero Hora dos meses de agosto e setembro do ano de 2008 – época das últimas competições – e o desenvolvimento de um estudo diretamente com alunos que participam de jogos paradesportivos em uma escola dita inclusiva, através da utilização da metodologia de grupos focais. Na tentativa de mostrar o encadeamento entre as minhas suposições iniciais de pesquisa, seu desenrolar e as minhas observações finais, estruturei a sequência deste trabalho nos seguintes capítulos.

No capítulo intitulado *Os jogos ao longo da história*, mostro como surgiram as Olimpíadas e as Paraolimpíadas, fazendo referência à história de cada uma delas e às abordagens midiáticas que recebem atualmente. Para realizar essa análise, debruço-me sobre alguns escritos que trazem a história dos Jogos Paraolímpicos e Olímpicos, bem como consulto *sites* oficiais dos Jogos, na busca do que hoje está sendo considerado como regulador e controlador dessas competições (índices, recordes, designações e regulamentos). Também realizo a análise de um artefato midiático da época das últimas competições – jornal Zero Hora nos meses de agosto e setembro do ano de 2008 –, verificando a visibilidade e os enunciados que ambas carregam. Dessa maneira, mostro como a própria constituição dessas competições

⁴ No decorrer do trabalho, será feito um refinamento conceitual desses termos, que são centrais para o estudo.

traz consigo formas de segregação que fazem parte de uma formação discursiva que hoje colabora e legitima lugares e posições sociais distintas para as Olimpíadas e as Paraolimpíadas.

O capítulo *Pensar as diferenças* está organizado de modo a mostrar as formas como vem sendo exercido o poder nas diversas sociedades, desde a Sociedade de Soberania até uma sociedade baseada na gestão governamental. Discuto os diversos modos como o governo é exercido sobre a população e faço uma referência ao liberalismo da Modernidade e ao neoliberalismo contemporâneo, articulando-os ao conceito de governamentalidade. A partir dessas colocações, relaciono as políticas de inclusão à racionalidade neoliberal, mostrando, igualmente, essa relação com a Sociedade de Controle em que vivemos hoje. Também procuro, com base nos trabalhos de Ewald e de Foucault e nas colaborações de Bauman, contextualizar por que os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos não só ocorrem em tempos diferentes, mas marcam uma forma moderna e binária de classificar as competições. Além disso, realizo uma aproximação dos conceitos de normatização e normalização, considerando o que foi apresentado no capítulo anterior. Questiono, ainda, o motivo pelo qual as abordagens da mídia em relação às duas competições permanecem tão diferenciadas e discuto como percebo as Paraolimpíadas como uma estratégia biopolítica.

Já o Capítulo IV – *Conversações: os sujeitos entram no jogo* – permite-me realizar os desdobramentos inicialmente pensados, pois passo a investigar sujeitos que estão imersos na lógica das políticas de inclusão e que possuem estreita relação com jogos paradesportivos. No início do Capítulo, justifico a escolha por uma escola “inclusiva” para realizar o trabalho. Posteriormente, trago a opinião de sujeitos que possuem deficiência e que participam de jogos e competições paradesportivas dentro dessa escola. Tais colaborações são oriundas de grupos focais, entendendo-os como facilitadores quando se quer explorar o grau de consenso sobre um determinado tópico ou se deseja compreender diferenças e divergências (GATTI, 2005). Para nortear a realização dessas discussões com os alunos, tive presente algumas questões: como operam sobre eles o discurso construído a respeito dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos? Quem são os seus ídolos? Como os identificam? Há relativizações sobre normalidade e anormalidade

presentes em suas falas ou eles apenas reproduzem o que já foi historicamente construído e reforçado pela mídia? Como os alunos se percebem nesse processo de in/exclusão? Que efeitos esse conjunto de informações tem sobre esses escolares? As opiniões desses alunos foram organizadas em quatro categorias, as quais vêm reafirmar as hipóteses e intenções desta pesquisa.

O Capítulo V finaliza esta Dissertação com uma reflexão sobre as Paraolimpíadas e as políticas de inclusão. Nessa última seção, aponto, com base nas proposições feitas ao longo do trabalho, minhas impressões após as leituras e pesquisas realizadas.

2. CAPÍTULO II: OS JOGOS AO LONGO DA HISTÓRIA

“... nem tudo é ruim, mas tudo é perigoso, o que não significa exatamente o mesmo que ruim” (FOUCAULT, 1995, p. 256).

2.1 HISTÓRICO DOS JOGOS OLÍMPICOS: A BUSCA DA PERFEIÇÃO

Começo esta parte do trabalho com um alerta do filósofo Michel Foucault – colocado na epígrafe acima – na intenção de anunciar que a proposta deste Capítulo não é simplesmente relatar uma história naturalizada desses Jogos que circula na sociedade. Ao contrário, trata-se de uma narrativa que nos convoca a suspeitar de conceitos construídos e nos instiga a uma reflexão sobre cada aspecto apresentado.

A apresentação da história dos Jogos Olímpicos e, posteriormente, da história dos Jogos Paraolímpicos busca, além de situar o leitor nas questões que estou discutindo, propiciar um panorama geral de como os discursos que hoje fomentam e legitimam alguns enunciados sobre essas competições foram sendo constituídos. Segundo Bujes (2003), inspirada em Foucault, as relações discursivas não unem entre si objetos e palavras, mas oferecem objetos aos discursos, definindo do que eles podem falar e quais são as relações que podem ser efetuadas ao se falar desse objeto. Penso que assim é possível iniciar a problematização necessária para entender o caráter diferenciado que cada competição vem carregando, pois há a possibilidade de vislumbrar como esses discursos foram surgindo. Reafirmo também que estou me valendo de um conceito de discurso da teorização de Michel Foucault, como expõe o autor:

Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoie na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o

caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de relações de existência (FOUCAULT, 2002, p.135).

Ao tratar da história das Olimpíadas, da Grécia Antiga até os dias de hoje, duas questões, para mim, devem receber uma atenção especial, pois elucidam as reflexões que pretendo fazer: uma é o fato de os campeões na Olimpíada da Grécia Antiga serem comparados aos deuses venerados naquela época e, assim, passarem a ser considerados perfeitos; a outra é a regulamentação e a fiscalização imposta aos corpos dos atletas desde então, principalmente através de índices estabelecidos.

Para analisar a primeira questão, apresento um breve histórico das Olimpíadas e algumas reflexões. A origem das Olimpíadas deu-se em tempos bem mais antigos do que são comumente datados, tendo sido estabelecido o ano de 776 a.C., na Grécia Antiga, como o primeiro ano de realização de uma Olimpíada. No entanto, o motivo e a data de seu surgimento são muito anteriores⁵. Os gregos antigos possuíam um grande número de concursos que faziam parte de festas em honra a uma divindade – eram festas cívicas e religiosas. Além dos concursos atléticos, em que se media o preparo físico dos concorrentes, havia concursos artísticos, que avaliavam o talento dos concorrentes na dança, no teatro e na música. Portanto, vencer um desses concursos era uma forma de obter glória para si, para a cidade e para os concidadãos, além de ser uma maneira de homenagear o deus celebrado. Os Jogos Atléticos eram realizados em quatro lugares na Grécia Antiga e em homenagem a deuses diferentes: os Olímpicos, celebrados no santuário de Zeus, em Olímpia; os Píticos, celebrados no santuário de Apolo, em Delfos; os Ístmicos, no santuário de Possêiton, em Corinto; e os Nemeus, no santuário de Zeus, em Nemeia. Deles só podiam participar homens livres, de origem grega e em pleno gozo de seus direitos de cidadão.

Esses Jogos duraram algum tempo, mas depois deixaram de ser celebrados. Coube, então, a Hércules (considerado um dos heróis gregos) reativá-los, passando a ocorrer em pleno verão. Foram celebrados regularmente a partir de 776 a.C., quando ocorreu o primeiro registro dos vencedores. A partir dessa data, os gregos

⁵ **Encyclopaedia Britannica**. Chicago: Willian Benton, 1970 (vol.9).

adotaram os Jogos Olímpicos como referência cronológica, chamando "olimpíada" o período de quatro anos entre um festival e outro – fato que foi adotado nas Olimpíadas Modernas para determinar o intervalo entre os Jogos. Cada competição grega, então, tinha a duração de cinco dias, nos quais eram disputadas provas de força e agilidade. A vitória implicava alta honra não só para o vitorioso, como também para sua família e sua cidade natal. As Olimpíadas Antigas estenderam-se por aproximadamente doze séculos, até 393 d.C., quando foram abolidas pelo imperador romano Teodósio, que, convertido ao cristianismo, proibiu os cultos pagãos.

A retomada dos Jogos Olímpicos (na chamada Era Moderna) ocorreu a partir do ano de 1894, numa decisão tomada por integrantes de doze países em uma conferência em Sorbonne, Paris⁶, aprovando-se o projeto de educação para as escolas de Pierre de Frey (educador francês), conhecido posteriormente como o Barão de Coubertin. Sua proposta foi a de reinventar os Jogos Olímpicos Gregos com o ideal de torná-los um instrumento de formação do caráter e do corpo da juventude (primordialmente masculina), bem como uma forma de promoção da paz entre as nações. Em um de seus pronunciamentos, o Barão de Coubertin estabelece claramente o lugar de cada um nas competições, explicitando que o espetáculo a ser promovido é para os homens e brancos, não para os “outros”. Cardoso (2000) traz as palavras do Barão: “o verdadeiro herói olímpico é, a meu ver, o homem adulto e branco. Se deixarem, logo os brancos estarão correndo atrás dos negros, amarelos e vermelhos” (ibidem, p. 42).

Segundo Durántez (1994), os primeiros Jogos Olímpicos da Era Moderna aconteceram na cidade de Atenas em 1896, em deferência aos criadores dos Jogos originais que se pretendia reeditar. A última edição dos Jogos Olímpicos ocorreu no ano de 2008, na cidade de Pequim na China, contando com a participação de 204 países, sendo uma grande vitrine ao espetáculo da esperada perfeição dos corpos modernos. “Citius, Altius, Fortius” é o lema criado para representar o “Espírito Olímpico” (em latim, significa o “mais rápido, mais alto, mais forte”) ⁷.

⁶ **Encyclopaedia Britannica**. Chicago: Willian Benton, 1970 (vol. 16).

⁷ Comitê Olímpico Internacional. Disponível em www.olympic.org. Acesso em: 10 de maio de 2009.

Com esse breve histórico, ressalto a relação com a “perfeição” que anda lado a lado com os Jogos Olímpicos ou, poderia dizer, o “arraigamento” que a palavra *perfeição* tem nas Olimpíadas; isso porque, desde as primeiras edições dessa competição, o objetivo maior foi encontrar seres humanos perfeitos ou superiores fisicamente. O ditado popular que afirma “o importante é competir” é, nas Olimpíadas, desconhecido. Um atleta olímpico deve ser o melhor e reforçar o ideal de supremacia historicamente constituído, considerando-se tanto a origem olímpica grega de comparação e aproximação aos deuses, quanto a reedição moderna das Olimpíadas, em que a pretensão tem sido a de “formar o corpo” da juventude e, assim, formar um corpo belo, saudável, com ótimas capacidades físicas e psíquicas – um corpo “quase” perfeito.

Com a retomada das Olimpíadas em 1894, foram criados e estabelecidos comitês e organizações que regulamentam, coordenam e fiscalizam os Jogos. São instituições que decidem e impõem como cada competição deve ser organizada, delimitam o local de realização, incluem ou excluem países, esportes e atletas participantes, de acordo com aquilo que é julgado e considerado relevante para cada época e propósito desejado. O órgão central da organização das Olimpíadas é o Comitê Olímpico Internacional (COI), com sede na Suíça. Em cada país, o COI é representado pelos Comitês Olímpicos Nacionais, que fazem cumprir as normas baixadas pelo próprio COI e são responsáveis pela fiscalização dessas normas em seus países.

O estímulo para superar os limites pessoais e os limites do outro é o que irá balizar os Jogos Olímpicos. Isso porque um índice olímpico é estabelecido através dos melhores resultados entre os atletas; desse modo, quando um atleta atinge uma marca ainda não alcançada por outro (ou seja, um recorde), entram em vigor duas grandes forças de ação. A primeira é a dos demais atletas que desejam continuar sendo olímpicos, ou seja, desejam continuar a ter índices olímpicos. Esses competidores devem se igualar ou tentar uma aproximação do recorde estabelecido, pois apenas assim serão ainda aceitos pelos comitês, que cada vez mais aumentam suas exigências ou estabelecem novas normas através da legitimação dos recordes como padrão de referência para os índices. A outra força propulsora é a do próprio atleta que “bateu o recorde” – expressão esportiva –, que deseja continuar mantendo a sua posição de perfeito, de supremo e de exemplo.

Nesse sentido, marco novamente a recorrência discursiva presente nos Jogos Olímpicos na sua constituição histórica e na sua regulamentação. Refiro-me à acentuada referência à perfeição dos sujeitos. Na Grécia Antiga, isso acontecia pela representatividade que um atleta vencedor tinha: era comparado a um deus. Nas Olimpíadas modernas, está presente na exaltação aos ganhadores, que são sempre estimulados a estar no topo.

Assim, ser olímpico é bem mais do que competir, representar seu país, fazer parte de um evento de confraternização mundial ou participar do esporte de que se gosta e que se está habituado a praticar. Ser olímpico é fazer parte de toda uma rede historicamente constituída que engloba os atletas olímpicos, os marca, os define e os designa como superiores ou como perfeitos. Ser olímpico, hoje, ainda parece implicar as marcas de heroísmo e endeusamento que justificaram as Olimpíadas na Grécia Antiga, prosseguindo com a proximidade ao divino.

2.2 HISTÓRICO DOS JOGOS PARAOLÍMPICOS: A BUSCA DA SUPERAÇÃO

Apresentar a história ou a origem dos Jogos Paraolímpicos é um fato a ser cuidado e bem observado, pois estabelecerá, inevitavelmente, uma lógica direta de comparação entre esses Jogos e os Jogos Olímpicos. No entanto, minha intenção inicial é apenas mostrar a constituição desses Jogos para uma análise que indique uma discussão sobre os motivos que hoje os fazem ter abordagens sociais e midiáticas tão diferenciadas. Mostro, ainda, como esses Jogos são organizados atualmente, a fim de esclarecer um pouco mais algumas questões.

Em uma análise histórica, o primeiro registro de esportes que incluíram pessoas com deficiência remonta ao ano de 1918, na Alemanha. Eram competições de tiro e de arco e flecha em que participavam soldados mutilados na Primeira Guerra Mundial. O segundo registro de esportes para deficientes, cronologicamente, ocorreu em 1932 na Inglaterra, onde foi criada uma Associação de Jogadores de Golfe que possuíam um único braço. No entanto, a grande expansão de esportes para pessoas com deficiência ocorreu com base em uma das leis do mercado, a lei da oferta. Com o final da Segunda Guerra Mundial, inúmeros ex-combatentes de guerra ficaram mutilados ou com lesões na coluna vertebral, tornando-se paraplégicos ou tetraplégicos. A maior parte desses combatentes era tratada no Centro Nacional de Lesionados Medulares, em Stoke Mandeville, na Inglaterra. Nesse centro, o neurocirurgião alemão Ludwig Gutmann iniciou um tratamento com seus pacientes que incluía o esporte como uma alternativa de reabilitação. Posteriormente, no ano de 1948, aconteceu em Stoke Mandeville a primeira competição para atletas com deficiência, a qual coincidiu com as Olimpíadas, que estavam ocorrendo em Londres. Quatro anos depois, os jogos para atletas com deficiência aconteceram novamente na cidade de Stoke Mandeville na época das Olimpíadas. Já a partir do ano de 1960, os jogos para pessoas com deficiência passaram a acontecer na mesma cidade das Olimpíadas, porém sempre após os Jogos Olímpicos já terem ocorrido⁸.

⁸ De acordo com o Comitê Paraolímpico Brasileiro. Disponível em www.cpb.org.br. Acesso em 14 de junho de 2009.

Assim como as Olimpíadas, as Paraolimpíadas possuem uma organização bem rígida e regulamentada. Seu controle é exercido por Comitês e Organizações que “regulam e controlam” a participação ou não de atletas, países e modalidades esportivas. O principal deles é o Comitê Paraolímpico Internacional, com sede em Bonn, na Alemanha, o qual é representado pelos Comitês Paraolímpicos Nacionais em cada país. No Brasil, uma das responsabilidades do Comitê Paraolímpico é a de estabelecer a Comissão de Avaliação Funcional (composta por um médico, um fisioterapeuta e um professor de Educação Física). Essa comissão realizará a classificação funcional dos atletas e designará os que estão aptos a competir e em qual modalidade, além de concluir em que nível o atleta está, de acordo com a deficiência que possui. Essa classificação é baseada nos critérios físicos dos atletas, que são utilizados para marcá-los e nomeá-los, estipulando um lugar para cada um. Os atletas paraolímpicos são medidos, avaliados e considerados aptos a estar ou não inclusos em cada categoria e em cada competição. Nos esportes paradesportivos, os atletas que praticam o mesmo esporte não necessariamente vão disputar a mesma modalidade, pois estarão em classes diferentes, de acordo com a avaliação de suas capacidades.

Os esportes praticados por atletas com algum tipo de deficiência são diferentes dos esportes comumente divulgados e apresentados pela mídia ou conhecidos socialmente. Esses esportes foram criados e legitimados pelo Comitê Paraolímpico Internacional, que designou cada um deles para um “tipo” de atleta diferente, “encaixando” os participantes de acordo com suas possibilidades ou limitações de movimento. Para exemplificar e esclarecer o que estou afirmando, trago o nome de algumas das competições paraolímpicas existentes hoje e para quem são destinadas. Trata-se das seguintes modalidades⁹: o Atletismo (praticado em diversas modalidades e por pessoas com diversos tipos de deficiência), o Basquetebol em Cadeira de Rodas (praticado apenas por cadeirantes), a Bocha (praticada por paralisados cerebrais severos que utilizam cadeiras de rodas), o Ciclismo (praticado por paralisados cerebrais, deficientes visuais, amputados e lesionados medulares), a Esgrima (praticada por pessoas com deficiência locomotora), o Futebol de Sete (praticado por atletas com deficiência mental), o Futebol de Cinco (praticado por deficientes visuais), o Halterofilismo (praticado por

⁹ Disponível em: www.paralympic.org. Acesso em 15 de maio de 2009.

lesionados na coluna vertebral), o Hipismo (praticado por cadeirantes e atletas com deficiência visual), o Judô (praticado por deficientes visuais), a Natação (praticada por deficientes físicos e visuais), o Remo (praticado por deficientes físicos), o Rúgbi em Cadeiras de Rodas e o Tênis em Cadeiras de Rodas (ambos praticados por cadeirantes), o Tênis de Mesa (praticado por amputados de membro inferior com uso de próteses), o Tiro com Arco (praticado por tetraplégicos e paraplégicos), a Vela (praticada por pessoas com deficiência locomotora ou visual) e o Voleibol Sentado (praticado por paraplégicos).

Dentro de cada modalidade esportiva citada no parágrafo anterior, há uma divisão das categorias de acordo com o grau de deficiência de cada atleta. Não é suficiente que ele esteja dentro de um esporte bem definido, marcado e classificado; é necessário também que faça parte de uma categoria específica que o coloca ainda mais marcado e “posto em seu lugar”. Exemplificando essa afirmação, trago o atletismo em suas provas de corrida para uma análise mais detalhada. Nas modalidades paraolímpicas, cada atleta recebe a letra inicial da palavra inglesa que designa o esporte que pratica; no caso do atletismo, tem-se a letra T, da palavra *track* (pista). Essa letra é acrescida de um número, que irá variar de acordo com o tipo e o grau de deficiência do participante. A Comissão de Classificação Funcional, como já foi dito, constituída por um médico, um fisioterapeuta e um professor de Educação Física, é responsável pela avaliação e classificação dos atletas segundo os critérios dos Comitês Paraolímpicos Nacionais. A Comissão distribuirá a numeração respectiva para cada atleta, garantindo que cada um ocupe bem definidamente o seu lugar, de acordo com suas capacidades. No caso do atletismo, por exemplo, a variação de categorias inicia na numeração 11, atingindo a numeração 54 (T11, T12, T13, etc.). Em alguns esportes, essa numeração indica o grau de deficiência de atletas que possuem as “mesmas” condições de competir – por exemplo, todos lesionados medulares –, havendo, então, uma variabilidade numérica para o que seria “mais ou menos” deficiente ou capaz, mas dentro das “mesmas” condições. Em outros esportes, essa numeração designará o tipo de deficiência naquela competição; por exemplo, nas corridas de pista do atletismo, há competições para deficientes visuais, deficientes físicos, etc., e os números designam o tipo de prova de acordo com o tipo de deficiência.

Mostrar esse breve histórico das Paraolimpíadas e a maneira como vêm sendo organizadas abre a possibilidade de alguns destaques que, conforme minha análise, não devem deixar de passar por uma discussão. Primeiramente, chamo a atenção para o fato de os Jogos Paraolímpicos surgirem como uma forma de reabilitação de pacientes, fazendo com que a competição esteja atrelada ao significado de doença. Assim, os competidores são aqueles que conseguem “superar seus limites” e estar em um lugar (o esportivo) que até então não poderia ser seu. O segundo destaque é que os esportes são criados especificamente para cada um, de acordo com suas deficiências; além de definir e marcar cada atleta, os esportes são socialmente desconhecidos e pouco divulgados. O terceiro ponto a focalizar sobre os Jogos Paraolímpicos refere-se à classificação funcional imposta pela Comissão de Avaliação Funcional para cada desportista. O próprio fato de a Comissão ser composta por profissionais da saúde, que avaliam as possibilidades físicas dos atletas, categorizando-os, vai novamente remeter os Jogos ao significado de doença e “superação”, isso porque os desportistas permanecem em um lugar não esperado para eles. Dessa forma, competir em uma Paraolimpíada é também carregar “outros” atributos, até então não condizentes com o fato de ser um atleta.

Percebe-se, nesse breve histórico e na regulamentação dessa competição, que a recorrência existente no discurso que a constitui é bem diferente daquela que estamos habituados a ver em relação a atletas que não possuem deficiência. O surgimento dessa competição está diretamente marcado por uma significação de superação, pois, na medida em que os competidores são doentes em reabilitação, o fato de conseguirem praticar um esporte é considerado um sinal de “ultrapassar o esperado” para as suas condições. Aqui, o conceito de superação é diferente do que significa para um atleta olímpico, que é narrado como aquele que supera seus limites de ser humano e se torna perfeito ou superior. Nas Paraolimpíadas, o que é recorrente é que os atletas estão em um lugar que até então parecia estar vedado para eles. Talvez esse seja um dos motivos que fazem com que as Paraolimpíadas estejam no “jogo”, mas em um lugar desvalorizado, um lugar de outro, um lugar de anormalidade.

Além disso, acho interessante e, por que não, necessário grafar a época em que ocorre a primeira Paraolimpíada: ano de 1960. Até esse período, os Jogos

Paraolímpicos aconteciam dentro de um âmbito mais local e com menor visibilidade. No entanto, a partir da década de 1960 – período em que se iniciam os questionamentos sobre uma maior participação das pessoas que possuem deficiência nos mais diversos cenários –, é que as Paraolimpíadas também começam a aparecer. Ressalto que não quero traçar um nexo direto de causa e consequência, mas apenas mostrar que os Jogos Paraolímpicos fazem parte dessa rede que se manifesta por inclusão para todos. Ao mesmo tempo, é importante pensar que essas manifestações não são isoladas, pois nessa mesma época, no cenário mundial, estavam ocorrendo diversas lutas a favor das minorias, como o movimento *hippie*, lutas anti-*apartheid*, lutas feministas, etc., as quais podem ser consideradas como condições de possibilidade para a difusão do discurso da inclusão.

2.3 OS JOGOS NA ATUALIDADE: UM OLHAR ATRAVÉS DA MÍDIA JORNALÍSTICA

As duas seções anteriores mostram como as Olimpíadas e as Paraolimpíadas foram sendo construídas por caminhos e motivos bem diversos, servindo a épocas e a propósitos completamente antagônicos. As Olimpíadas surgem como uma maneira de ressaltar seres humanos nomeados como perfeitos e de homenagear os deuses gregos; já as Paraolimpíadas surgem como uma forma de reabilitação dos soldados lesionados de guerras.

Além de mostrar como se engendraram historicamente os discursos em que esses Jogos estão envolvidos, discuto nesta seção o papel e a repercussão social dessas competições nos dias de hoje, em que os significados de perfeição para os olímpicos e de superação para os paraolímpicos é cada vez mais marcado. Para isso, trago a mídia, em especial as reportagens jornalísticas, como um dos focos de análise de minha pesquisa, entendendo sua função como produtora de saberes e de sujeitos (FISCHER, 2002b). Tenciono instigar uma reflexão sobre a abordagem diferenciada que essas duas competições recebem da mídia, a qual, ao mesmo tempo em que produz as formas de pensar dos sujeitos, legitima e reforça o caráter de diferença entre esses Jogos.

[...] a mídia se faz num espaço de reduplicação dos discursos, dos enunciados de uma época. Mais do que inventar ou produzir um discurso, a mídia o reduplicaria, porém, sempre a seu modo, na sua linguagem, na sua forma de tratar aquilo que deve ser visto ou ouvido (FISCHER, 2002a, p.86).

Entendo que aquilo que é veiculado pela mídia é uma reduplicação dos interesses da sociedade (de consumo, de venda, de mercado, de lucro) e dos interesses da própria mídia. De acordo com Kellner (2001), o foco da mídia é a grande audiência, e, para isso, deve transmitir aquilo que está associado às preocupações atuais da sociedade contemporânea.

Para embasar e realizar minha análise, poderia ter optado por inúmeros artefatos midiáticos dos mais diversos meios de comunicação como, por exemplo, reportagens de revistas, entrevistas, propagandas de divulgação dos Jogos,

gravações audiovisuais, etc., pois todos poderiam, em maior ou menor grau, representar o que afirmo. Porém, respeitando o tempo de finalização deste Mestrado, fiz um recorte analítico mais circunscrito. Trago para discussão reportagens do Caderno de Esportes do jornal Zero Hora, fazendo um apanhado entre os dias 08/08/2008 e 24/08/2008 (época das últimas Olimpíadas) e entre os dias 06/09/2008 e 17/09/2008 (época das últimas Paraolimpíadas). Acredito que, para o tipo de análise que me propus a fazer, a seleção desse material foi pertinente, pois é representativa do que circulou nesse meio de comunicação na época.

As análises realizadas foram de duas ordens: a primeira, quantitativa; a segunda, qualitativa. Na abordagem quantitativa, centrei-me no número de páginas, reportagens e notas que esse jornal apresentou no momento em que estava ocorrendo cada uma das competições. Para a análise qualitativa, verifiquei os tipos de enunciados relativos a cada competição, entendendo-os como parte do discurso que, para mim, acaba por legitimar as segregações e as representações atuais que as duas competições carregam.

Antes de proceder às análises, faço uma sucinta referência a teorizações foucaultianas sobre a linguagem, pois é no âmbito dessa concepção que faço minhas reflexões, lembrando que Foucault assume a linguagem como constitutiva de nosso pensamento (VEIGA-NETO, 2007b). Devemos saber que todos nós nascemos dentro de um mundo que já é de linguagem, em que os discursos já estão circulando há muito tempo. “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2008b, p. 10).

Ao entender o discurso a partir de uma perspectiva foucaultiana, é possível perceber que ele não possui apenas um sentido, uma verdade, mas está intrinsecamente conectado a uma história, ou seja, não é uma mera referência a algo. O discurso faz parte de uma rede maior que o precede e o engloba; ele é parte de uma formação discursiva, sendo do mesmo modo constituído por um conjunto de enunciados ou, como diz Fischer (2004), de “acontecimentos discursivos” – “justamente porque o acontecimento não se reduziria jamais a um estado de coisas, funcionando como o referente de algo que foi dito e cuja veracidade ou falsidade buscaríamos investigar” (ibidem p. 219). Assim, como ensina Veiga-Neto, “os

discursos não estão ancorados ultimamente em nenhum lugar, mas se distribuem difusamente pelo tecido social, de modo a marcar o pensamento de cada época, em cada lugar, e, a partir daí, construir subjetividades” (VEIGA-NETO, 2007b, p. 100).

Como parte integrante do discurso, os enunciados não podem ser analisados de uma maneira simplista ou ser considerados meramente frases, falas ou textos, pois os enunciados se constituem de uma maneira muito rara. Eles, no dizer de Fischer (2004, p. 219) “flutuam no limite das coisas e das palavras”. Assim, penso que, nos recortes e grifos que realizo nesta pesquisa, se apresentam enunciados que descrevem acontecimentos como elementos do discurso que estabelecem “relações entre várias camadas de tramas” (FISCHER, 2004, p. 219), “entre distintas camadas de multiplicidades” (ibidem).

Os sujeitos estão intrinsecamente conectados a toda a formação discursiva que os sujeitou a argumentarem de uma ou de outra maneira, reforçando certo regime de verdade, e submetidos inegavelmente a relações de poder.

Examinando o enunciado, o que se descobriu foi uma função que se apoia em conjuntos de signos, que não se identifica nem com a “aceitabilidade” gramatical, nem com a correção lógica, e que requer, para se realizar, um referencial [...] um sujeito [...] um campo associado [...] uma materialidade (FOUCAULT, 2002, p. 133).

O que busco mostrar, dessa forma, é que as reportagens (grandes ou pequenas), as entrevistas, os textos e as imagens veiculadas no *corpus* analítico selecionado do jornal Zero Hora têm uma estreita relação com questões de poder e regimes de verdade. “Se um enunciado exclui [...] é porque o regime de verdade do qual faz parte esse enunciado se estabeleceu para atender a determinada vontade de verdade” (VEIGA-NETO, 2007b, p105).

Ao me aproximar do material escolhido, logo de início percebi as diferenças de tratamento que o jornal Zero Hora dispensou aos Jogos Olímpicos e posteriormente aos Jogos Paraolímpicos. A primeira questão analítica é o número de páginas destinadas à cobertura dessas competições. Para as Olimpíadas, foi reservada, diariamente, uma média de cinco páginas trazendo todas as notícias

consideradas relevantes para o leitor a quem esta mídia se endereça¹⁰. Além disso, na época, esse jornal criou um caderno especial¹¹ com cerca de dez páginas sobre o evento que estava ocorrendo. Entretanto, esse mesmo jornal, ao realizar a cobertura das Paraolimpíadas no mesmo ano, trouxe apenas uma página diária sobre esse evento, e, muitas vezes, havia apenas uma nota em um canto de página¹². Em princípio, esse exame dos elementos numéricos poderia parecer irrelevante, no entanto, é necessário considerar e relativizar questões de visibilidade muito presentes aqui. Por que uma competição tem maior visibilidade do que outra? Por que os Jogos Paraolímpicos não mobilizam um número considerável de elementos midiáticos que lhes dê maior visibilidade? O que justifica os limites da cobertura oferecida aos jogos e aos atletas paraolímpicos em um dia de competição? A sociedade legitima o que deve ter visibilidade e/ou a mídia legitima o que a sociedade deve ver?

Fischer (2001), em um de seus trabalhos, ressalta que a mídia não apenas veicula os discursos, mas também produz esses discursos e seus significados e, assim, constrói os sujeitos. Nessa perspectiva, é compreensível que o jornal Zero Hora, aqui representando a mídia, esteja contribuindo para esta formação subjetiva ao dar visibilidade àquilo que julga como relevante. Dessa forma, realiza sua escolha do que deve ou não ser visto, lido e pensado. “As sociedades e culturas em que vivemos são dirigidas por poderosas ordens discursivas que regem o que deve ser dito e o que deve ser calado e os próprios sujeitos não estão isentos desse efeito” (COSTA, 2000, p.32).

No momento em que há uma visibilidade maior a certos elementos, pode-se pensar que haverá um interesse maior por eles, na medida em que a repetição da notícia representa que esta possui uma maior relevância. Assim, pensando na mesma

lógica de Gabriel Tarde (2005), acredito que, quando a mídia mostra, repete e enfatiza uma determinada situação, ocupa posição privilegiada na produção da opinião pública.

¹⁰ Informação obtida ao analisar os números 15684 até 15700 do ano de 2008 do Jornal Zero Hora.

¹¹ Jornal de Pequim.

¹² Informação obtida ao analisar os números 15713 até 15724 do ano de 2008 do Jornal Zero Hora.

[...] todo jornal tem seu gancho, e esse gancho, cada vez mais em destaque, fixa a atenção da totalidade dos leitores, hipnotizados por esse ponto brilhante. No fundo, apesar da miscelânea de artigos, cada folha tem sua cor própria, sua especialidade, seja pornográfica, seja difamatória, seja política ou outra qualquer, à qual o restante é sacrificado e sobre a qual o público se lança avidamente. Pegando-o por meio dessa isca, o jornalista o leva aonde quiser (TARDE, 2005, p.19-20).

Não é apenas uma questão numérica, é bem mais que isso, é uma situação de conferir maior ou menor importância, segundo critérios que extrapolam o campo midiático. Trata-se de valorizar uma competição e desvalorizar outra segundo uma trama muito complexa de interesses vindos de muitos lugares. O interessante é que o valor menor é sempre dado ao segundo evento – naquilo que vem sendo entendido como uma relação binária¹³ –, que, neste caso, são os Jogos Paraolímpicos.

Na intenção de exemplificar o que estou discutindo, trago as duas capas que o jornal Zero Hora apresentou nas respectivas datas de início dos Jogos: dias 08/08/2008 e 06/09/2008.

¹³ “A Modernidade inventou e se serviu de uma lógica binária, a partir da qual denominou de diferentes modos o componente negativo da relação cultural: marginal, indigente, louco, deficiente, drogado, homossexual, estrangeiro etc. Essas oposições binárias sugerem sempre o privilégio do primeiro termo, e o outro, secundário nessa dependência hierárquica, não existe fora do primeiro, mas dentro dele, como imagem velada, como sua inversão negativa” (DUSCHATZKY; SKLIAR, 2001, p.123).



Figura 1 – Foto da capa do jornal Zero Hora do dia 08 de agosto de 2008
Fonte: Zero Hora (edição 15684)



Figura 2 – Foto da capa do jornal Zero Hora de 06 de setembro de 2008
Fonte: Zero Hora (edição 15713)

Na primeira capa, é claramente perceptível que o interesse maior era o de divulgar o início das Olimpíadas, tanto que a reportagem central apresentada se referia a esse evento. Era a representação do que a sociedade queria ver e do que a sociedade deveria ver. Contudo, ao se analisar a segunda capa – publicada no dia

do início das Paraolimpíadas –, percebe-se que não há nenhuma reportagem ou mesmo uma pequena nota que faça referência ao assunto. Para a sociedade ou para o público,¹⁴ a informação foi negligenciada, tendo em vista que não há interesse de divulgação na mesma proporção, pois socialmente o evento em questão não evoca o mesmo tipo de interesse. Olimpíadas e Paraolimpíadas estão em lugares diferenciados.

A segunda análise comparou os diversos enunciados que foram trazidos no jornal Zero Hora, os quais diferiram muito na apresentação das duas competições. Realizei alguns recortes (plenamente interessados) que tornam inteligíveis as proposições das diferenças que busco marcar. Para mim, esses enunciados, carregados de manifestações de poder, fazem parte de um regime de verdade que foi criado em torno dos Jogos Olímpicos e dos Jogos Paraolímpicos. Passemos a examinar alguns excertos retirados de duas reportagens o Jornal Zero Hora. A primeira é da época das últimas Olimpíadas e a segunda da época das últimas Paraolimpíadas:

“Com a expectativa de conquistar até oito medalhas de ouro nos Jogos de Pequim – tornando-se o nadador com o maior número de vitórias em uma única edição olímpica –, o nadador norte-americano Michael Phelps, 23 anos, já começou arrasando nas piscinas chinesas” (ZH, n. 15688, p.10, 10/08/2008).

“Superar limites é com eles mesmos. Feiten ficou tetraplégico depois de sofrer um acidente [...]. Até aí improvável pensar que esse jovem seria grande esportista [...]. Hoje, empurra a própria cadeira de rodas, consegue dirigir e é o 11º no ranking brasileiro de natação na categoria geral” (ZH, n. 15713, p.51, 06/09/2008).

Esses recortes fazem parte, respectivamente, das reportagens sobre Olimpíadas e Paraolimpíadas. Ambos se referem a atletas de natação. Há neles, no entanto, peculiaridades que acredito merecerem uma maior atenção, tendo em vista

¹⁴ [...] público [...] uma coletividade puramente espiritual, como uma disseminação de indivíduos fisicamente separados e cuja coesão é inteiramente mental (TARDE, 2005, p.5).

que são representativas de um tipo de enunciado presente nas demais notícias que verifiquei. O primeiro excerto relata como está o desempenho do nadador olímpico Phelps, expondo sucintamente que se trata de um atleta vitorioso, de um campeão. Já o segundo recorte traz uma reportagem sobre o nadador paraolímpico Feiten. Até esse ponto, poderíamos afirmar que são notícias equivalentes; no entanto, é na narrativa presente no segundo excerto que estão marcadas as diferenças. A intenção inicial da reportagem não está em divulgar como o atleta está se saindo nas últimas competições de que participou; ao contrário, seu propósito é expor a deficiência daquele indivíduo, tecendo comentários de como seria improvável a sua participação em um esporte. Apenas depois de caracterizar o atleta – marcar sua anormalidade – é que há uma referência ao seu desempenho no esporte.

Pode-se considerar que a primeira notícia interessa ao público pelo fato de mostrar um ser humano com condições físicas superiores e apresentar a todos um campeão – fator que possui grande relevância na contemporaneidade, já que se vive um perene incentivo a mudanças ou melhoras das mais diversas ordens: física, pessoal, financeira, etc. No entanto, a segunda reportagem possui outro propósito. Ela não está para mostrar um campeão, mas para reforçar a ideia de que todos podem estar incluídos nas mais diversas situações – mesmo sendo alguém que está marcado pela sua deficiência. Ao mesmo tempo, esses enunciados caracterizam o discurso vigente, que segrega as duas competições, pois mostram a superioridade e a perfeição dos atletas olímpicos e a superação dos atletas paraolímpicos.

Para avançar em outro ponto da análise, trago estes outros dois excertos:

“Às 22h29min30s deste sábado, em Pequim, os 90 mil espectadores que até então pulavam, gritavam e faziam uma inédita ola chinesa no Ninho do Pássaro silenciaram. [...] O silêncio do público durou 30 segundos, muito mais do que os 9s69 que o jamaicano Usain Bolt precisou para quebrar os recordes olímpicos e mundiais, uma façanha que há quatro anos parecia impossível de se realizar, mas que ontem à noite ele fez dançando, batendo no peito e sorrindo. Como se ele fosse um homem comum” (ZH, n. 15695, p. 4, 17/08/2008).

“O Brasil tem se mostrado uma potência paraolímpica em Pequim. [...]”

Ex-medalista brasileiro no atletismo, Robson Caetano acredita que a evolução do Brasil se dá por causa da atenção que os meios de comunicação, especialmente a TV dão ao esporte:

- Isso causa um otimismo muito grande em pessoas que estão escondidas em casa, presas em suas cadeiras de rodas. A partir do momento em que a TV mostra que isso existe, cria-se uma aceitação tanto do público quanto dos próprios deficientes. [...]

Você pode estar se perguntando: por que o Brasil é potência paraolímpica e não consegue o mesmo feito na Olimpíada? Segundo Robson Caetano, não há como compará-las:

- O esporte paraolímpico é muito mais recente do que o tradicional e veio para suprir uma necessidade americanizada de mutilados de guerra. Os recordes, nível de exigência e treinamento são muito diferentes”. (ZH, n. 15724, p. 58, 17/09/2008)

Trago esses dois fragmentos para a discussão não com o propósito de fazer uma comparação direta entre ambos, como ocorreu com os anteriores. Neste caso, o que pretendo mostrar é que seus enunciados reforçam a argumentação já evidenciada nesta pesquisa a respeito do que é ser olímpico e do que é ser paraolímpico.

A primeira notícia faz parte de uma reportagem que mostrava o desempenho dos competidores de provas de pista do Atletismo. O recorte que selecionei utiliza uma narrativa bastante frequente nas demais reportagens que analisei. Ele apresenta o incomum, o superior, aqueles que são capazes de feitos inimagináveis para a sociedade que lhes assiste e os reverencia. Ao narrar a prova final dos 100m rasos, o colunista mostra a perplexidade do público diante de um feito “impossível” para a condição humana. Nesse sentido, penso que essas afirmações, ao serem novamente levadas às pessoas (em forma de notícia), reforçam o discurso vigente.

O segundo excerto é retirado da reportagem final que o jornal Zero Hora fez sobre as Paraolimpíadas, em que há a apresentação de um panorama geral do quadro de medalhas do Brasil (em especial, sobre o Atletismo) e uma pequena reportagem com um ex-atleta olímpico, buscando-se sua opinião sobre esses Jogos. Nessa reportagem, há duas passagens que merecem atenção. A primeira refere-se

ao papel que o entrevistado atribui à mídia em relação aos Jogos Paraolímpicos, considerada como parte essencial de uma estratégia para trazer para o “jogo” os que estão “escondidos” em casa. A segunda passagem diz respeito à contestação imediata que o ex-atleta olímpico faz quando perguntado sobre o motivo do melhor desempenho dos paraolímpicos em relação aos olímpicos. De uma maneira direta, o esportista responde que não há como comparar as duas competições e que um dos motivos seria que os jogos paraolímpicos passaram a acontecer devido à necessidade de se fazer alguma coisa com os mutilados de guerra; o entrevistado afirma que os dois tipos de competição são muito diferentes.

Os recortes apresentados ilustram o discurso que é recorrente na maioria das reportagens analisadas, que reafirmam a posição de cada uma das competições na história. As palavras têm força e legitimidade no momento em que estão inseridas em uma lógica e uma ordem que já possuem significados estabelecidos. Ao mesmo tempo em que reproduzem um discurso existente, elas o reforçam e o ampliam: os olímpicos são os perfeitos, os capazes, os ilustres, os que se aproximam do divino; os paraolímpicos são os que superam as suas dificuldades. Ambos estão no “jogo”, mas em lugares diferenciados e marcados.

Também exponho aqui a utilidade, para esta pesquisa, da identificação desses discursos. Além de refletir sobre alguns motivos que hoje posicionam cada competição em um lugar distinto, consegui, através deles, obter argumentos para estender a discussão com os alunos com deficiência nos grupos focais a respeito das Olimpíadas e Paraolimpíadas.

3. CAPÍTULO III: PENSAR AS DIFERENÇAS

Este capítulo possui uma forte articulação com o anterior. Aqui discuto alguns conceitos que já apareceram no capítulo precedente, mas que ainda necessitam de uma maior explicitação. A intenção é retomar tais conceitos a fim de realizar uma discussão que possibilite entender um pouco mais as questões apontadas. Como a história das Olimpíadas e das Paraolimpíadas pode ser relativizada em diferentes contextos? Quais os significados que a visibilidade conferida pela mídia para cada um dos jogos está carregando?

Exponho, então, um primeiro argumento que percebo como necessário para a compreensão deste trabalho: pensar nas diferenças estabelecidas entre os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos não como uma questão a priori, mas como algo que se constituiu socialmente em um dado período e que remete a questões de poder. A partir de agora, começo a tecer algumas considerações e articulações entre essas grandes competições desportivas e a noção de governo, norma e seus correlatos – normalidade, anormalidade, normalização e normatização. Como os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos atuam governando os corpos dos atletas? Como se estabelece este conceito de normalidade? Como se atribui a algo ou a alguém esta adjetivação: normal? Como as Olimpíadas e as Paraolimpíadas se articulam ao conceito de normalidade?

O conceito de normal não pode ser compreendido de uma maneira isolada e sem as conexões necessárias. Discuto aqui sobre normalidade e o lugar de onde vem essa ideia, fazendo uma referência fundamental sobre a constituição da norma. É importante, contudo, afirmar que a palavra *norma* poderá assumir diversos significados e interpretações, mas, para o desenvolvimento desta reflexão, valho-me das contribuições de Michel Foucault e François Ewald. Nas perspectivas desses dois autores, a norma pode revestir-se de muitos significados e está associada a lutas em torno de questões de poder.

Antes de tratar especificamente da questão da norma, também é importante entender como essa noção e o fato de algo ou alguém ser considerado normal e

anormal possuem relevância e sentido nas análises da sociedade contemporânea. Ao mesmo tempo, faz-se necessário compreender a forma como o poder foi e é exercido ou como se governa ao longo dos tempos. Para tanto, uma compreensão da constituição das sociedades, embasada nas análises de Michel Foucault, faz-se pertinente. Dentro desse breve histórico das sociedades, também pretendo mostrar como surge ou como é relevante a análise e compreensão da racionalidade política neoliberal – vivenciada atualmente – para melhor entender este trabalho.

3.1 JOGOS DE PODER: FORMAS DE GOVERNAR AO LONGO DOS TEMPOS

Foucault (2008a), no curso *Segurança, Território e População* (1977-1978), mostra como a arte de governar estava bloqueada, entre os séculos XVI e XVIII, por haver uma grande diferença entre, por um lado, o poder do soberano – que era amplo, abstrato e rígido demais – e, por outro lado, o governo da família – que era estreito, inconsistente e muito frágil. Era, então, necessário estabelecer uma forma de governo que atingisse todos, que atingisse a população – conceito que passa por uma (re)significação nessa época: antes disso, a população era considerada de uma forma negativa, a população era o contrário da depopulação¹⁵, ou seja, população era o movimento pelo qual, após algum desastre (epidemias, guerras, etc.), se *repovoava* um lugar. No entanto, esse conceito foi se modificando.

A população é um conjunto de elementos, no interior do qual podem-se notar constantes e regularidades até nos acidentes, no interior do qual pode-se identificar o universal do desejo produzindo regularmente o benefício de todos e a propósito do qual pode-se identificar certo número de variáveis de que ele depende e que são capazes de modificá-lo (FOUCAULT, 2008a, p. 97-98).

Foucault, além de explicar a necessidade do desbloqueio da arte de governar, expõe como ocorreu esse desbloqueio com a transição de uma sociedade de soberania para uma sociedade baseada na gestão governamental (séculos XVI e XVIII), em que houve uma mudança de ênfase nas formas de exercício do poder. Para o autor tal transformação foi possível devido ao surgimento – não no sentido de surgir pela primeira vez, mas no sentido de ter visibilidade – das disciplinas ou de uma sociedade disciplinar (FOUCAULT, 2007), que foram desbloqueando (século XVII) as artes de governar. A sociedade da soberania era regida pelo poder do soberano em relação aos seus súditos e marcada por uma forma severa de governar, em que eram utilizadas punições exemplares e suplícios públicos. A sociedade disciplinar, que pode ser associada ao “surgimento da Modernidade”,

¹⁵ Foucault (2008a).

marca a implantação de uma série de transformações em que a espetacularização do exercício do poder cede lugar ao desenvolvimento dos dispositivos disciplinares, sustentados pelo advento das instituições de sequestro e disciplinamento dos corpos: o quartel, a prisão, o hospital, a escola, a fábrica e o manicômio. Na sociedade disciplinar, a ênfase na forma de exercer o poder está em tornar os corpos dóceis – submissos e exercitados – e, assim, facilmente sujeitados àquilo que se deseja. Já na sociedade da gestão governamental ou sociedade de segurança, a forma como se exerce o poder está direcionada ao homem como ser vivo ou ao homem-espécie, também referida como “biopoder” (FOUCAULT, 2005). Todavia, reitero que não há a substituição de um poder pelo outro em cada uma dessas sociedades nomeadas, mas sim da ênfase dada por cada uma na forma de exercer o poder.

Vocês não têm uma série na qual os elementos vão se suceder, os que aparecem fazendo seus predecessores desaparecerem. Não há a era do legal, a era do disciplinar, a era da segurança. Vocês não têm mecanismos de segurança que tomam o lugar dos mecanismos disciplinares, os quais teriam tomado o lugar dos mecanismos jurídico-legais. [...] o que vai mudar, claro, são as próprias técnicas que vão se aperfeiçoar ou, em todo caso, se complicar, mas o que vai mudar, principalmente, é a dominante ou, mais exatamente, o sistema de correlação entre os mecanismos jurídico-legais, os mecanismos disciplinares e os mecanismos de segurança (FOUCAULT, 2008a, p. 11).

Cada forma de exercer o poder possui mecanismos que a possibilitam – que a fazem funcionar. Aqui, inicialmente, explico com mais detalhamento como agem os mecanismos disciplinares e os mecanismos de segurança, pois ambos possuem uma estreita relação com a norma, o que também me interessa neste trabalho.

Os mecanismos disciplinares passam a ser utilizados como uma forma de obter o maior aproveitamento útil de um corpo, na medida em que o tornam obediente para seguir o que foi determinado e para enquadrar-se dentro de um padrão preestabelecido – um padrão de normalidade, um padrão em relação a uma norma. “Ela (a disciplina) dissocia o poder do corpo; faz dele, de um lado, uma ‘aptidão’, uma ‘capacidade’ que ela procura aumentar; e inverte, por outro lado, a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação estrita” (FOUCAULT, 2007, p. 119).

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente ao aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente (FOUCAULT, 2007, p. 119).

Para que todos possam ser úteis e dóceis e, assim, bem aproveitados para aquilo que se deseja realizar com cada corpo, a necessidade de que haja um padrão, uma norma, passa a ser vista como natural. As instituições disciplinares de sequestro cumprem tal desígnio no sentido de buscar normalizar todos que por elas passam. A necessidade de se ter um corpo dócil passa pela imposição de uma normalização disciplinar a todos, havendo um padrão a seguir, uma norma estabelecida previamente.

A normalização disciplinar consiste em primeiro colocar um modelo, um modelo ótimo que é construído em função de certo resultado, e a operação de normalização disciplinar consiste em procurar tornar as pessoas, os gestos, os atos, conformes a esse modelo, sendo normal, precisamente, quem é capaz de se conformar a essa norma e anormal quem não é capaz (FOUCAULT, 2008a, p. 75).

A normalização disciplinar, dessa forma, toma os corpos como o seu centro de atenção. Sobre os corpos dirigem-se os feixes de aplicação do disciplinamento: quais são os melhores gestos a fazer para atingir um determinado resultado (FOUCAULT, 2008a)?

Os mecanismos de segurança – embora se utilizem do disciplinamento dos corpos – têm relação com a forma de exercer o poder que considera centralmente a população e o homem-espécie – questão que surge no final do século XVIII (FOUCAULT, 2008a). O aparecimento dessa outra forma de poder, denominada de biopoder – a qual, como já explicado, se aplica à vida dos homens e se dirige ao homem vivo, ao homem ser vivo ou ao homem-espécie –, irá dirigir-se à população e resolver o bloqueio da arte de governar. “O desbloqueio dessa arte de governar

esteve ligado, penso eu, à emergência do problema da população” (FOUCAULT, 2008a, p. 138).

Dessa maneira, a relação da norma com o biopoder (poder sobre a vida) ou com o governo da população tem a ver com os dispositivos de segurança e sua utilização para interferir junto à população. Esses dispositivos de segurança surgem a partir de questões como: o controle e a contagem dos nascimentos e óbitos, a escassez alimentar, a *variolização-vacinação* no século XVIII (FOUCAULT, 2008a), etc. Tudo isso foi tornado possível pelo estabelecimento de uma ciência do Estado – a Estatística –, com o auxílio da qual foi sendo cada vez mais ampliada a possibilidade de gerir os problemas relativos à população. Sobre os mecanismos de segurança aplicados no caso da *variolização-vacinação*, Foucault expõe que:

Vai consistir em levar em conta o conjunto sem descontinuidades, sem ruptura, dos doentes e não-doentes, isto é, em outras palavras, a população, e em ver nessa população qual é o coeficiente de morbidade provável, isto é, o que é normalmente esperado em matéria de acometimento da doença, em matéria de morte ligada à doença, nessa população [...]. Dá para ter, portanto, idéia de uma morbidade ou de uma mortalidade “normal” (FOUCAULT, 2008a, p. 81-82).

O desenvolvimento de técnicas típicas das práticas de segurança para lidar com os problemas suscitados pelas populações possibilita que sejam esboçadas certas noções – como caso, risco, cálculo de probabilidades – que passam a ser úteis para a extensão dos dispositivos de segurança e de governo dos agregados populacionais.

Com os dispositivos de segurança, estabelece-se outro tipo de normalização. Diferente da normalização disciplinar, essa outra forma de normalização não determinará o normal ou a norma por meio de um modelo ou um padrão previamente estabelecido. Ao contrário, a norma irá estabelecer-se por um conjunto de regularidades que se repetem e, assim, designam o que é e como é: a maioria, a média, o normal e a norma. Além desses conceitos, também deve ser considerada toda a distribuição dos fenômenos individuais em relação ao campo coletivo, realizada a partir da norma (que na maioria das vezes terá como forma de expressão gráfica a curva normal, ou Curva de Gauss, ou dela idealmente se

aproximará). “Aqui [...] vamos ter uma identificação das diferentes curvas de normalidade, e a operação de normalização vai consistir em fazer essas diferentes distribuições de normalidade funcionarem umas em relação às outras [...]” (FOUCAULT, 2008a, p. 82-83).

A definição de normal e anormal terá relação com a regularidade, com a maioria e com a média estabelecida. A norma, dessa maneira, determina uma posição aos sujeitos de acordo com aquilo que está por ela definido e medido. A norma avalia e hierarquiza. Olhar a partir da ótica da norma significa fazer deslocamentos para uma posição mais ou menos próxima da normalidade. Assim, aqueles posicionados dentro da norma terão seus lugares diferenciados em relação a ela, tendo a possibilidade de ser considerados normais ou anormais, e essa designação dependerá apenas das regularidades que se estabelecem definindo o que é ser normal. A sequência e a repetição dessas regularidades também irão demonstrar a relação com as questões e o vocabulário estatístico, pois a norma constitui a própria média dentro de um conceito da Estatística.

Tal como a média, outros conceitos da Estatística são deslocados para elucidar as questões de norma, como, por exemplo, o conceito de curva normal – já citado. Desse modo, os que estão no centro da curva normal, dentro das regularidades e das repetições que designam a média, são os normais; aqueles que estão na exceção, fora das regularidades e das repetições, posicionados nos polos da curva normal, são os ditos anormais. A norma expõe a normalidade e a anormalidade dos sujeitos, no entanto, em nenhum momento os deixa escapar ou os exclui. O que ocorre é a determinação de uma posição de normal (dentro de uma zona de normalidade) ou de anormal (fora da zona de normalidade, mas dentro da norma). Nada é excluído, nada é colocado do lado de fora ou escapa à norma; todos são posicionados de acordo com a medida estabelecida, com a média, com as regularidades. Para Ewald (1993), embora a norma estabeleça as medidas que devem ser seguidas e apreciadas, o que importa não é a perfeição em relação àquela medida criada, mas sim as regularidades que se estabelecerão em relação ao cumprimento daquela medida, assim vista como a média.

3.1.1 Do liberalismo ao neoliberalismo

Ao definir o conceito de biopoder, Foucault designou os procedimentos estatais que têm como objetivo promover a vida, ou seja, “tanto cuidar para que cada um permaneça vivo quanto prevenir a extinção da própria espécie” [...]. A antiga máxima “deixar viver – fazer morrer” foi substituída pelo moderno “fazer viver – deixar morrer” (VEIGA-NETO; LOPES, 2007).

Ao explicitar o poder e os mecanismos que possibilitam essa forma de exercício do poder, Foucault também explica seu desenvolvimento através de uma biopolítica. No curso *Nascimento da Biopolítica* (1978-1979), Foucault (2008c) define por biopolítica a maneira pela qual se tentou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas propostos à prática governamental pela população, tais como: saúde, higiene, natalidade, etc.

Nesse curso, Foucault preocupou-se em explicar também a racionalidade política na qual esse poder (biopoder) e essa forma de intervenção (biopolítica) se desenvolvem, o liberalismo¹⁶. Segundo o autor, não é possível analisar esses problemas sem olhar para essa racionalidade, ou seja, sem olhar para o liberalismo (FOUCAULT, 1997), sobre o qual ele argumenta:

O liberalismo deve ser analisado, então, como princípio e método de racionalização do exercício de governo [...]. Enquanto toda a racionalização do exercício do governo visa a maximizar seus efeitos, diminuindo, o máximo possível, o custo [...], a racionalização liberal parte do postulado de que o governo não poderia ser seu próprio fim. Não tem em si próprio sua razão de ser e sua maximalização, mesmo nas melhores condições possíveis, não tem de ser o seu princípio regulador. Nisso, rompe com essa “razão do Estado”, que desde o final do século XVI tinha buscado no exercício e no reforço do Estado a finalidade capaz de justificar uma governamentalidade crescente e de regular o seu desenvolvimento (FOUCAULT, 1997, p.90).

¹⁶ Meu interesse em trazer a racionalidade política que possibilitou o desenvolvimento da biopolítica é o de embasar a discussão posterior que farei, pois acredito que, com base na análise dessa racionalidade liberal, será possível vir a entender a racionalidade neoliberal – conceito importante neste trabalho.

Veiga-Neto (2000) explica que podemos compreender a Modernidade como resultado da combinação de duas superfícies: o deslocamento das práticas pastorais e o advento da Razão de Estado. Esses são dois movimentos antagônicos, mas que se complementam para criar as condições de possibilidade para o Estado Moderno. De um lado, temos o jogo do pastor – individualizador que tem na disciplina a técnica capaz de colocar para dentro do indivíduo o olhar do soberano – e, de outro, temos o jogo da cidade – jogado na população, para o qual foi fundamental a emergência de novos saberes, como a Demografia, a Estatística, a Saúde pública, etc. Dessa forma, é no jogo da cidade que se configura o liberalismo como uma crítica que descobre que governar demais é irracional, ou seja, “em que o governo, para ser mais econômico, torna-se mais delicado e sutil” (VEIGA-NETO, 2000, p.186).

Castro (2009) colabora dizendo que devemos entender o liberalismo como uma racionalização do exercício do governo que aplica o princípio da máxima economia e sustenta que a ação de governar a conduta dos indivíduos não pode ser um fim em si mesmo. O autor também afirma que o mercado foi o lugar privilegiado para provar a necessidade de limitar a ação do governo, pois a “economia mostra uma incompatibilidade de princípio entre o desenvolvimento ótimo do processo econômico e a maximização dos processos governamentais” (ibidem, p.244).

Na obra supracitada – *Nascimento da Biopolítica* – Foucault analisa o desenvolvimento do liberalismo a partir da segunda metade do século XX segundo duas vertentes: o ordoliberalismo alemão de 1848 a 1962 e o liberalismo americano da Escola de Chicago. Além de trazer reflexões sobre cada um deles, Foucault apresenta algumas diferenças sobre suas economias: enquanto o ordoliberalismo considera a regulação dos preços no mercado, a outra “busca estender a racionalidade do mercado, os esquemas de análise que ela propõe e os critérios de decisão que sugere a domínios não exclusivamente ou não prioritariamente econômicos” (FOUCAULT, 1997, p.96).

O que temos, no entanto, é que a prática liberal que mais se estabeleceu foi a da Escola de Chicago. Inicialmente, norteia as políticas econômicas dos países ocidentais e, depois, atinge quase todo o mundo. Esse “neoliberalismo”, então, proclama a utilização mínima do Estado, que “passa a ser pensado como o responsável pela construção social de novas necessidades e maiores competências”

(VEIGA-NETO, 2000, p.197). Além disso, dentre suas características, destaco como importantes: a maximização da liberdade individual, a competição e a forte articulação com a mídia e o marketing.

Contudo, é a partir da década de 1980 que o liberalismo vem sendo ressignificado como neoliberalismo e apresenta deslocamentos importantes (SARAIVA; VEIGA-NETO, 2009). Dentre elas, os autores destacam:

O princípio de inteligibilidade do liberalismo enfatizava a troca de mercadorias: a liberdade era entendida como a possibilidade de que as trocas se dessem de modo espontâneo. O princípio de inteligibilidade do neoliberalismo passa a ser a competição: a governamentalidade neoliberal intervirá para maximizar a competição, para produzir liberdade para que todos possam estar no jogo econômico. Dessa maneira, o neoliberalismo constantemente produz e consome liberdade. Isso equivale a dizer que a própria liberdade transforma-se em mais um objeto de consumo [...] (SARAIVA; VEIGA-NETO, 2009, p.189).

Há um deslocamento de uma racionalidade voltada para o mercado para uma voltada para a competição. Todavia, isso não é uma relação de substituição de uma pela outra, mas sim uma mudança de ênfase. Isso também não significa que, quando a ênfase estava no mercado, não havia a competição ou vice-versa (SARAIVA; VEIGA-NETO, 2009).

Nesse contexto, julgo importante trazer um conceito bastante atual na nossa sociedade, o qual, para mim, é uma das condições que possibilitam o neoliberalismo: o controle. Este, além de atuar através do biopoder e da disciplina, age por meio da mídia e do marketing, modulando as mentes para aquilo que se deseja, como, por exemplo, para a competição e para o consumo.

Para Lazzarato – utilizando-se de Gabriel Trade e Gilles Deleuze (2006) –, o controle está presente em nossa sociedade a partir, principalmente, do século XIX. No entanto, isso não implicaria um apagamento do poder disciplinar e do biopoder, mas uma mudança de ênfase em direção ao controle. Enquanto as disciplinas operam no nível do corpo e o biopoder na gestão da vida, o controle tem como foco principal a memória mental – exercendo seu poder através das tecnologias de ação à distância –, mas, ao mesmo tempo, engloba o poder disciplinar e o biopoder.

As principais características desse poder são a flexibilização dos limites e o apagamento das fronteiras, em que as posições geográficas não possuem mais importância; o que existe são linhas múltiplas, mutantes e dispersas (MORAES, 2008). A denominação que está sendo utilizada para caracterizar esse poder que não se dá apenas sobre a vida biológica, mas sobre a vida como memória, é a de *noopoder*, exercido sob uma forma de *noopolítica* (LAZZARATO, 2006). Dessa maneira, as formas de intervir e de submeter os sujeitos ao que está sendo desejado passam por uma transformação, ou seja, há outro tipo de abordagem em relação aos indivíduos a fim de controlá-los, mas sem o apagamento das ações dos dispositivos anteriores.

Existe, portanto, uma moldagem dos corpos, garantida pelas disciplinas (prisões, escola, fábrica), a gestão da vida organizada pelo biopoder (Estado-providência, políticas de saúde) e a modulação da memória e suas potências virtuais reguladas pela noopolítica (redes hertzianas, audiovisuais, telemática e constituição da opinião pública, da percepção e da inteligência coletiva) [...]. O conjunto desses dispositivos, e não somente o último, constitui a sociedade de controle (LAZZARATO, 2006, p. 87).

Outra característica do neoliberalismo, apontada por Lopes (2009b), é a inclusão. Para corroborar isso, Lopes traz uma observação feita por Foucault no curso *Nascimento da Biopolítica*, quando o autor expõe que o ponto comum existente entre o econômico e o social é a regra da não-exclusão. Para a autora, a inclusão é uma característica do neoliberalismo, na medida em que faz a manutenção de todos nas redes do mercado. Segundo ela, há duas grandes regras que operam no jogo neoliberal – explicitadas com detalhe no Capítulo I: a primeira é manter-se sempre em atividade, e a segunda é ter todos incluídos em diferentes níveis de participação, mas para isso é necessário ser educado em direção a entrar no jogo, permanecer e desejar permanecer nele.

Vejo as políticas de inclusão como parte da racionalidade neoliberal, pois agem incluindo todos nas regras dessa racionalidade: há uma educação da população no sentido de que se viva em condições de sustentabilidade, de empresariamento e de autocontrole, no entanto, em diferentes níveis de participação (LOPES, 2009b). Assim, as políticas de inclusão podem ser entendidas como

“envolvidas com uma maior economia entre a mobilização dos poderes e a condução das condutas humanas” (VEIGA-NETO; LOPES, 2007, p.955).

A análise realizada até aqui – em que me preoquei em apresentar as formas como se exerceu o poder desde a Sociedade de Soberania até a Sociedade de Controle, explicando também a racionalidade política do liberalismo e do neoliberalismo – foi para abrir a possibilidade de compreender como as formas de governar possuem relação com o meu objeto de estudo. Através dessas noções, consigo – como detalharei em seguida – perceber como os mecanismos de segurança, valendo-se também dos mecanismos disciplinares, atuam nos corpos dos atletas olímpicos e dos atletas paraolímpicos, muitas vezes através não só de uma intervenção biopolítica, mas de uma intervenção no nível noopolítico. Com essas análises, também passo a perceber que as ações sobre os corpos dos diferentes sujeitos fazem parte da racionalidade política do neoliberalismo – articulação que demonstrarei no decorrer desta pesquisa.

3.2 GOVERNAMENTO DOS CORPOS

Para uma melhor compreensão da forma como vem sendo exercido o poder, acredito ser necessário desenvolver outro conceito que amplia e possibilita essa discussão. Como brevemente falei, percebo que as diferentes formas de governar atuam sobre os corpos dos sujeitos. O que ainda não fiz foi detalhar a atuação dessas formas de exercício do poder, mas acredito que, para um melhor esclarecimento dessa ação, é preciso desenvolver outros conceitos. Inicialmente, explícito o conceito de governo, o qual é indissociável tanto das formas de regulação da população quanto das práticas disciplinares e do controle e está presente quando se localiza, se marca, se julga ou se designa um corpo. Faço uma articulação do conceito de governo com o que foi apresentado sobre os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. Mas, antes de mostrar como essa questão está imbricada nesta análise, quero justificar o uso da palavra *governo* e não *governo*.

Foucault (1992) discute como foram sendo constituídas e, ao mesmo tempo, (re)significadas as questões de governo. Para o autor, certamente sempre existiram, na Idade Média e também na Antiguidade greco-romana, tratados que eram formas de conselhos ao príncipe/governante em relação aos seus modos de se comportar, de exercer o poder, ser respeitado, etc. No entanto, foi entre os séculos XVI e XVIII que os tratados não mais se apresentaram como conselhos ao príncipe, mas como uma “arte de governar”.

De modo geral, o problema de governo aparece no século XVI com relação a questões bastante diferentes e sob múltiplos aspectos: problema de governo de si mesmo [...]; problema do governo das almas e das condutas [...]; problema do governo das crianças [...]; enfim, problemas do governo dos Estados pelos príncipes. Como se governar, como ser governado, como fazer para ser o melhor governante possível, etc. (FOUCAULT, 1992, p. 277-278).

Essa arte de governar, então, diz respeito a formas e instâncias múltiplas de governo, e o Estado será apenas mais uma dessas formas. Embora essas formas de governar sejam muitas, todas estão dentro do Estado. Já no século XVIII, a arte de governar será tomada como uma ciência política, pois, com o surgimento da população – como objeto que o governo deverá levar em conta para conseguir governar –, haverá a necessidade de se realizarem planejamentos sobre essa população numa forma de economia política. Outro aspecto que julgo relevante é que a disciplina continua com um papel importante na arte de governar, pois é necessário não apenas gerir a população como massa, mas “geri-la em profundidade, minuciosamente, no detalhe” (FOUCAULT, 1992, p.291).

Compreendendo a que se refere – para Foucault – a palavra *governo*, tomo em seu lugar a palavra *governo* para designar essa forma múltipla de governo. Dentro da língua portuguesa, a palavra *governo* refere-se tanto à instituição quanto ao ato ou efeito de governar, e *governo* estaria mais para significar “o modo como o poder se exerce e é exercido para administrar a conduta” (BUJES, 2003, p. 78). Como não há, na língua portuguesa, outro vocábulo que possa distinguir um sentido de governo do outro – a palavra *governo*, nos dicionários, refere-se tanto à instituição e ao âmbito administrativo do governo quanto à ação de governar –, *governo* seria a mais apropriada. Segundo Veiga-Neto (2002), diferentemente da forma conhecida da palavra *governo* (geralmente grafada com G maiúsculo), ligada à administração pública (Governo da República, Governo Municipal, Governo do Estado), a palavra *governo* inclui as diversas formas de governar. Por isso, a palavra *governo* é escolhida, pois se refere a diversas instâncias que governam de diferentes modos, sendo um “ato que se exerce sobre uma pessoa ou que ela exerce sobre si mesma, para controlar suas ações” (BUJES, 2003, p. 78).

Dessa maneira, ao falar de governo, estarei me referindo às diversas formas de governar exercidas por várias instâncias da sociedade, as quais estão – de uma maneira ou de outra – exercendo poder sobre os atos das pessoas. Também estarei fazendo referência ao governo que cada pessoa exerce sobre si mesma. Para Veiga-Neto (2006), além de resultar de uma ação de poder de uns sobre os outros, o governo poderá também resultar da ação que cada um realiza sobre si mesmo.

Aqui acredito ser pertinente introduzir ou nomear o conjunto de práticas de governo (VEIGA-NETO; LOPES, 2007) que Foucault (2008a) chamou de governamentalidade. Por esse conceito, podemos entender que se trata da racionalidade que está presente nas diferentes formas de governar, mostrando como, da pastoral cristã – característica da sociedade da lei na Idade Média –, se chegou à sociedade da disciplina e, posteriormente, à sociedade controlada pelos dispositivos de segurança (VEIGA-NETO, 2002).

Por esta palavra “governamentalidade”, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade”, entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por governamentalidade, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se, pouco a pouco, “governamentalizado” (FOUCAULT, 2008a, p.143-144).

Com esse conceito, podemos entender como o Estado foi, aos poucos, sendo governamentalizado, e essa governamentalidade interior e exterior ao Estado foi que permitiu a sua sobrevivência (FOUCAULT, 1992). Assim, o Estado não age sozinho; ele faz parte de uma rede de instâncias que governam: a escola, a sociedade, o mercado, etc. Com isso, como afirma Veiga-Neto, pode-se “apontar para o fato de que a governamentalidade é máxima, no neoliberalismo” (ibidem, 2000, p.203).

Tendo exposto a definição de governo e de governamentalidade, minha pretensão agora é a de aproximar as discussões sobre os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos como formas de governo, especificamente no que se refere ao governo dos corpos e das populações que fazem parte desses Jogos. Posto isso, alguns detalhes da discussão anterior interessam-me: como age essa forma de governo que posiciona os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em lugares

diferentes? Como acontece o governo dos corpos dos atletas – tanto olímpicos quanto paraolímpicos – que se sujeitam a toda essa rede discursiva que os envolve?

Ao me referir, primeiramente ao governo como ação sobre a vida dos outros, relaciono a naturalidade com que são posicionadas as Olimpíadas e as Paraolimpíadas na relação com o tempo. Por que elas ocorrem em tempos diferenciados – as Paraolimpíadas sempre acontecem depois das Olimpíadas – e isso não é uma questão pensada ou discutida? Percebo, dessa maneira, que há um discurso que segrega e posiciona o lugar de normalidade e anormalidade para cada competição; há uma legitimação midiática desse discurso, reforçando-o; e há um arranjo social que aceita o que é divulgado. Assim, o discurso apresentado pela mídia é o mesmo que é aceito e tido como verdadeiro pela população em geral.

Esse conjunto de ações, no caso, torna plenamente inteligível a forma binária de colocar uma competição em posição de vantagem em relação à outra, reforçando a ideia de as Olimpíadas terem uma abrangência maior – são as competições dos normais – e de as Paraolimpíadas terem uma forma mais limitada – são as competições dos anormais. Também não há nenhuma proposta a respeito da realização desses Jogos no mesmo espaço e no mesmo tempo, nas reportagens do jornal Zero Hora que estou analisando. O que ocorre é que a história desses Jogos, a mídia e a própria sociedade operam uma forma de governo que segrega indefinidamente essas competições. “O horror à mistura reflete a obsessão de separar. A excelência local, especializada, que as maneiras modernas de fazer as coisas tornaram possível, tem as práticas de separação como seu fundamento único [...]” (BAUMAN, 1999, p. 22).

Também, nessa percepção do governo como condução da conduta alheia, cada competição dirige-se a um público diferente para obter diferentes efeitos. As Olimpíadas divulgam a perfeição e a superioridade que um ser humano é capaz de alcançar, e as Paraolimpíadas subjetivam as pessoas com deficiência para participarem das instâncias sociais e, assim, da lógica neoliberal. Em relação à norma, não importa o lugar que esses sujeitos irão ocupar, tampouco se as suas diferenças serão exaltadas e marcadas; o importante é que eles passarão a fazer parte da lógica do consumo, pois, inclusive, as diferenças podem ter um grande efeito quando se fala em mercados-alvo (COSTA, 2008). Isso é uma forma de

governo, é uma maneira de conduzir a conduta dos outros para que atinjam o fim desejado através de uma estratégia que se utiliza de questões de poder e de saber. “Para atingir a perfeição e bem governar, é preciso dispor de meios, prever as táticas, pôr em ação as estratégias que nos levem à consecução de certos fins” (BUJES, 2003, p. 79).

Em segundo lugar, entendendo o governo como uma forma de ação do indivíduo sobre si mesmo, relaciono a essa proposição o fato de que os atletas – tanto olímpicos quanto paraolímpicos – se sujeitam às normatizações vigentes e permanecem nos lugares para eles determinados. Eles também exercem um autogoverno, que provém das diversas relações de poder das quais eles participam e através das quais eles se modelam. Ou seja, age sobre eles essa forma de governo que os faz se conduzirem de um determinado modo, aceitando as designações que lhe são oferecidas. Assim, os indivíduos são convidados a um autogoverno em que são levados a se conhecer – em termos de suas capacidades e potencialidades – e a se reconhecer como parte de um grupo. “Portanto, autogovernar-se é, de certo modo, fabricar-se e inventar-se constantemente, ainda que dentro dos limites e do controle exercido pelas relações de poder nas/das quais participamos” (BUJES, 2002, p. 37-38).

É o que ocorre com cada atleta de cada competição olímpica ou paraolímpica. Na medida em que os atletas são levados a reconhecer suas possibilidades e, assim, a se identificar como pertencentes a um grupo, para eles, não há questionamentos a fazer sobre essas localizações, pois tais determinações fazem parte de toda uma rede de relações de poder e saber já anteriormente estabelecidas.

Há, de outro modo – juntamente com o governo que posiciona cada atleta olímpico e paraolímpico em um lugar determinado –, um governo operando mais minuciosamente; um governo que irá procurar detalhar cada corpo em suas minúcias através de uma intervenção que é a disciplinar. Como já explicitado acima por Foucault (2002), é preciso conhecer cada corpo para governar a população, não de uma forma superficial, mas no detalhe. Nas Paraolimpíadas, essa forma de governo ocorre de duas maneiras. A primeira é quando o sujeito quer se tornar um paradesportista, pois sobre esse corpo será realizada uma

Classificação Funcional¹⁷ que lhe determinará um número de acordo com sua deficiência, seja pelas possibilidades que essa deficiência lhe atribui – de mais ou menos capaz –, seja pela deficiência em si. A segunda operação de governo será quando esse desportista, já classificado, desejar tornar-se um atleta paraolímpico, pois ele deverá moldar seu corpo para atingir um índice preestabelecido. Isso é o que também ocorre com os atletas que não possuem uma nomeada deficiência, ou seja, com um atleta olímpico. Para ser olímpico ou paraolímpico, cada atleta deve trabalhar/aperfeiçoar minuciosamente seu corpo para atingir os índices previamente impostos e ser considerado capaz de estar numa competição olímpica ou paraolímpica.

Ao detalhar, conhecer e saber cada informação pertinente às populações olímpicas e paraolímpicas, as formas de governo sobre elas são mais fáceis de ser conduzidas. Dessa maneira, há um maior domínio sobre esses atletas, e, em uma sociedade de controle como esta em que vivemos, quanto maiores e mais ramificadas forem as formas de governo, mais bem-sucedido este será.

¹⁷ Procedimento explicado no capítulo sobre a história dos Jogos Paraolímpicos.

3.3 PARAOLIMPÍADAS COMO ESTRATÉGIA BIOPOLÍTICA

Vimos nas seções anteriores como, segundo a perspectiva de Michel Foucault, aconteceram as mudanças de ênfase na “arte de governar” desde o século XVI. Segundo o autor (2008a), no período que vai do século XVI ao século XVIII, ou seja, a meio caminho de uma sociedade de soberania para uma sociedade de gestão governamental, aparecem as disciplinas (século XVII), que serão uma das condições de possibilidade para essa transformação. Assim, associados ao desenvolvimento de uma lógica de governar a população considerando o homem como ser vivo/homem-espécie, surgem os dispositivos de segurança, que vão agir no sentido de conhecer a todos para melhor governá-los. É o chamado biopoder,¹⁸ que se desenvolve através de uma biopolítica, agindo sobre a vida da população. A ação dessa forma de poder possibilitará o desenvolvimento dos dispositivos de segurança, ou da normalização de segurança, que fazem, a partir dos dados estatísticos retirados da população, normas que passam a funcionar como elementos para conduzi-la e controlá-la.

É, dentro dessa perspectiva que percebo as Paraolimpíadas, pois as considero estratégias biopolíticas que intervêm na vida dos indivíduos, subjetivando-os segundo as normas da racionalidade neoliberal. Percebo sua ação no sentido de operar numa estreita relação com as políticas de inclusão, que buscam atingir a todos. Mas, para que essa intervenção seja eficaz, há também a necessidade de ação específica sobre cada corpo, ou seja, um investimento de caráter disciplinar. Dessa forma, afirmo que analiso os Jogos Paraolímpicos e também os Olímpicos vendo como os mecanismos¹⁹ de segurança operam nessas competições; no entanto, também percebo como esses mecanismos, para poderem funcionar, se

¹⁸ “Essa série de fenômenos, que me parece bastante importante, a saber, o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas, vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder. Em outras palavras, como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana” (FOUCAULT, 2008a, p.3).

¹⁹ Utilizo o termo mecanismo conforme Foucault (2008a).

valem de fazer operar sobre os atletas mecanismos disciplinares. “A segurança é uma certa maneira de acrescentar, de fazer funcionar, além dos mecanismos propriamente de segurança, as velhas estruturas da lei e da disciplina” (FOUCAULT, 2008a, p.14).

Considero, então, a função das Paraolimpíadas relacionada como uma estratégia biopolítica²⁰. São essas competições que entram em cada casa, em cada lugar, em cada instituição, e sujeitam as pessoas com deficiência que não estão se exercitando ou praticando esportes de modo que percebam suas “potencialidades e capacidades” e, assim, de uma forma ou de outra, participem mais efetivamente da sociedade. Atingir suas vidas é utilizar um instrumento de poder sobre aqueles indivíduos, é garantir sua inserção num meio social e torná-los passíveis de intervenção e controle. “A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder” (FOUCAULT, 2005, p. 292-293).

Se as Paraolimpíadas forem consideradas apenas como estratégia biopolítica, será possível entender que a mídia está cumprindo seu papel numa tentativa de subjetivar as pessoas com deficiência para se perceberem como capazes de participar de certas atividades ou desses esportes. A representatividade que é destinada a tais competições nas páginas dos jornais, por exemplo, é suficiente para divulgar aquilo que deve ter visibilidade e em que medida. A Paraolimpíada está na norma, mas em outro lugar, com outro papel e com outra representatividade em relação às Olimpíadas. Reforço, também, que tudo é ratificado por uma política de inclusão que afirma e divulga que todos devem ter as mesmas oportunidades nas mais diversas instâncias sociais.

Dessa maneira, estar definido como um atleta olímpico ou como um atleta paraolímpico, é ser constantemente atravessado por questões que giram em torno da norma, de ser normal ou de ser anormal. Isso não apenas pelo fato de os atletas olímpicos serem os desportistas considerados normais, já que seguem um padrão de regularidade, de perfeição e superioridade, tampouco em razão de os atletas paraolímpicos serem nomeados como os desportistas anormais por competirem

²⁰ “[...] aquilo que faz que a vida possa ser objeto de poder e o tipo de poder que toma a seu cargo a vida” (EWALD, 1993, p. 78).

possuindo algum tipo de deficiência, mas por todo o conjunto de discursos e relativizações que podem ser geradas em torno dessas competições. De acordo com esse olhar que estou lançando sobre elas, os atletas paraolímpicos, dentro de seu grupo, também são exemplos de perfeição e superioridade, ou seja, na relação com o grupo ao qual pertencem, os paraolímpicos não são anormais; no entanto, na relação em que for considerado o grupo dos esportistas de alto rendimento, os paraolímpicos serão os anormais. Nesse caso, a maior regularidade em torno da média, ou a maioria, são os olímpicos – portanto, considerados normais –, e a minoria, ou as exceções, são os paraolímpicos – os anormais.

Outro ponto que cabe ser analisado é que toda essa lógica dos dispositivos de segurança, que distribui os atletas segundo uma norma, também lança mão de técnicas de disciplinamento dirigidas a cada atleta, pois, para estarem incluídos, há padrões que eles devem atingir. Um desses mecanismos é o treinamento realizado com a intenção de obter um desempenho corporal ótimo no esporte praticado e, assim, tornar-se um atleta olímpico. Há, nessas condições, um índice a atingir, ou seja, um modelo a seguir, um modelo ótimo construído a partir de resultados práticos (FOUCAULT, 2008a), ou seja, é nos próprios jogos e competições que se estabelecem novos recordes e índices. Ao mesmo tempo, esses atletas não são apenas normalizados pelas regras e designações que o esporte e os Comitês Olímpicos regulamentam e normatizam (no sentido de criar normas); cada atleta olímpico poderá também ser utilizado para indicar e compor novas normatizações – novas regras. Assim, na medida em que um atleta supera os recordes estabelecidos por outros atletas, está criando as condições a partir das quais novos índices podem ser incluídos nas normas de uma competição. Esses índices servirão de parâmetro para uma nova normatização, constituindo-se como referência para os demais desportistas, que procurarão ter índices iguais ou maiores.

Para os atletas paraolímpicos há também a classificação funcional, que designará se o corpo daquele atleta é ou não normalizado para participar daquele esporte. Por exemplo, na natação para deficientes físicos, o que irá colocar um atleta em uma ou outra categoria será a normalização realizada pela classificação funcional, que mede, avalia e considera a funcionalidade daquele corpo para participar de determinada categoria. Assim, ao contrário dos olímpicos, um atleta

que deseja tornar-se paraolímpico passa por duas normalizações disciplinares diferentes.

No entanto, retomo o que afirmei sobre essas relativizações de quem é considerado normal ou anormal, pois elas não são interessantes para as políticas de inclusão – nas quais percebo os Jogos Paraolímpicos veiculados. O que é desejável está acontecendo: todos estão dentro das normas da governamentalidade neoliberal e podem ser alvo das ações do mercado e do Estado (LOPES, 2009b).

Outra maneira de exemplificar o que estou afirmando pode ser o exame do tempo em que as duas competições ocorrem. Como foi explicitado no capítulo anterior, a partir do ano de 1960, as duas competições passam a ocupar o mesmo local de realização e utilizam as mesmas instalações, ou seja, ocupam o mesmo espaço. No entanto, há uma sutil diferença em relação ao tempo. Embora o uso do espaço seja o mesmo, o tempo em que as competições ocorrem é diferente. As Olimpíadas sempre acontecem primeiro, e aproximadamente um mês depois acontecem as Paraolimpíadas. Isso poderia ser desconsiderado ou ser entendido simplesmente como uma organização diferente, mas, como me proponho a olhar com outros olhos para essa questão, percebo-a engendrada em uma forma moderna e binária de classificar, na qual o que é mais bem visto está e acontece em primeiro lugar, e o que é secundarizado acontece depois. É uma questão de valorização entre dois polos, em que o mais valorizado está sempre em primeira posição.

Por isso, acredito que os enunciados proferidos pela mídia sobre essas competições permanecem ainda tão diferenciados. O discurso da inclusão não é – como é amplamente divulgado – para que todos tenham as mesmas oportunidades e sejam tratados de maneira igualitária e com os mesmos direitos. Sua função, ao contrário disso, é obter uma melhor maneira para, ao incluir, conhecer e, assim, intervir na vida daquele sujeito de diversos modos. Ao mesmo tempo, percebo que o discurso reforçado pela mídia sobre as competições Olímpicas e Paraolímpicas seria também, dessa maneira, uma forma de intervenção em um nível noopolítico sobre a sociedade. Isso porque, além de utilizar uma tecnologia de acesso à distância – notícias, imagens, reportagens –, está ligada a uma noção de opinião pública – no sentido de converter as mais diversas massas a uma mesma subjetividade ou a uma mesma opinião.

Dessa forma, ao considerar as Paraolimpíadas uma estratégia biopolítica, também vejo funcionando nessa operação, mecanismos disciplinares e uma intervenção noopolítica.

4. CAPÍTULO IV: CONVERSÇÕES: OS SUJEITOS ENTRAM NO JOGO

A partir deste ponto do trabalho, passo a mostrar como foi realizada a investigação com os alunos. Inicio o Capítulo justificando a escolha por uma escola inclusiva para a realização da pesquisa, bem como explico por que optei por investigar alunos que possuem deficiência. Após, trago a opinião desses sujeitos que possuem deficiência e que participam de jogos e atividades paradesportivas dentro dessa escola.

4.1 A SELEÇÃO DO TIME E AS CONDIÇÕES DE JOGO

4.1.1 O Campo do Jogo: A escolha pela escola inclusiva

Escolher uma escola que se propõe a trabalhar de forma inclusiva para realizar esta parte da pesquisa aconteceu por acreditar que inúmeras possibilidades relevantes seriam acrescentadas ao meu trabalho. Uma delas era a de, mais uma vez, suspeitar de alguns discursos e práticas que circulam nessa vontade de incluir tão divulgada e desejada. A outra circunstância que me levou a essa escolha foi a de pensar que desenvolver meu trabalho dentro de um meio em que os sujeitos são constantemente atravessados pelo discurso da inclusão traria inúmeras possibilidades de análise e, ao mesmo tempo, fomentaria a discussão que proponho. Acho interessante expor que estas minhas suspeitas foram ampliadas durante o curso do Mestrado, mas iniciaram com o meu trabalho em uma escola

inclusiva. Talvez, no caso, este seja o motivo pessoal que me levou a essa escola (a “minha”) para realizar esta parte final da pesquisa, pois nada mais usual do que fazer da linha de partida a linha de chegada – como nas provas de corrida, por exemplo. Todavia, é importante saber que, ao atravessar a linha final, a perspectiva da qual se olha é sempre outra.

Dentro dessa lógica, penso que é necessário, para o entendimento das discussões realizadas neste trabalho, situar a escola em relação às políticas de inclusão e justificar por que acredito que a opinião desses sujeitos é diferenciada. Assim, fazendo uma rápida abordagem histórica a respeito da inclusão, discuto também a racionalidade neoliberal como a matriz de inteligibilidade que faz essas políticas produzirem práticas muito específicas.

A forma como se trata dos que incomodam, dos indesejados ou daqueles que não se enquadram em determinadas normas de uma sociedade foi passando por modificações ao longo dos tempos. Castro (2009) apresenta como Foucault descreveu o tratamento que era dispensado aos leprosos na Idade Média – “modelo lepra” – e, posteriormente, aos pestilentos – “modelo peste”. Ambas foram situações em que era necessário tratar com aquilo que era indesejado. No entanto, houve uma significativa mudança entre esses modelos, que foi possibilitada por uma mudança nas formas de exercício do poder. No modelo lepra, modelo da exclusão, imperavam as regras de separação rigorosa, em que havia um exílio para o mundo exterior, para além dos limites da cidade; esse tipo de tratamento comportava uma desqualificação jurídica e política dos sujeitos – que eram degredados. Já no modelo peste, passa a haver um enclausuramento; o território desse modelo não é o da exclusão, mas o da análise detalhada, da reticulação minuciosa do espaço habitado, levando à inclusão e à individualização dos sujeitos – que são segregados. A substituição de um modelo pelo outro é relacionada por Foucault ao processo de invenção das tecnologias positivas de poder (CASTRO, 2009).

Lopes (2009a), com base nas considerações de Michel Foucault, refere algumas modificações que foram ocorrendo com as maneiras de lidar com os indesejados. Para a autora, no século XVIII, há a reclusão como prática que visava à limpeza pela exclusão; já no século XIX, ocorre uma reclusão-includente, ou seja, há uma oposição entre as duas práticas. Tal oposição também é vista entre as práticas de inclusão do século XIX e as de integração e inclusão do século XX e início do

século XXI. “A oposição está na concepção de sequestro do tempo e da vida dos indivíduos pelas instituições ligadas, não diretamente e /ou explicitamente, ao Estado” (LOPES, 2009a, p. 166).

O abrandamento da presença do Estado não significa seu enfraquecimento; ao contrário, significa a sua presença em cada prática institucionalizada ou não. Em cada sujeito, está o Estado; não há como fugir à sua captura, cada vez mais sutil e eficiente. É possível afirmar que, desde o século XX, além da captura sutil e eficiente do Estado, vivemos a sua articulação produtiva com o mercado, cada vez mais agressivo e criativo (LOPES, 2009, p.167).

Dessa maneira, percebe-se que é no século XX que os interesses do Estado sobre cada indivíduo se modificam: deixou de ser interessante a utilização da separação (exclusão) ou o enclausuramento. O que passa a acontecer é que a intervenção sobre cada um ganha uma importância maior no momento em que o mercado entra no jogo. No neoliberalismo, não mais interessa excluir do sistema os diferentes/deficientes/indesejados/anormais; o que se deseja é que todos estejam inclusos na lógica do consumo, e, uma vez dentro dessa ordem, é desejável também que cada sujeito queira permanecer dentro dela.

Dentro do neoliberalismo, como forma de vida do presente, certas normas são instituídas não só com a finalidade de posicionar os sujeitos dentro de uma rede de saberes, como também de criar e conservar o interesse em cada um em particular, para que se mantenha presente em redes sociais e de mercado. Todos estamos, de uma maneira, sendo conduzidos por determinadas práticas e regras implícitas que nos levam a entrar e permanecer no jogo econômico do neoliberalismo (LOPES, 2009a, p.155).

Imersa nessa ordem neoliberal está a escola, que, além de ter uma relação de imanência com a sociedade, também pode agir no sentido de moldar um sujeito-cliente (VEIGA-NETO, 2000) desejável para as normas dessa ordem. Nesse sentido, conhecer como a escola se tornou, dentre outras coisas, inclusiva, é entender como a sociedade passou a lidar com seus anormais. Para isso, faço um breve histórico do surgimento das políticas de inclusão na escola para as pessoas com deficiência – em especial, no Brasil –, relacionando tal processo com a expansão da ordem

neoliberal. Acredito que esse recorte é apropriado para a compreensão das ideias que discuto.

É no século XIX, ainda na época do Império, que são pensadas as primeiras instituições e lugares para o tratamento das pessoas com deficiência na sociedade brasileira. Em 1854, surge o Instituto Imperial dos Meninos Cegos, hoje chamado de Instituto Benjamin Constant, e, em 1857, o Instituto dos Surdos Mudos, atual Instituto Nacional da Educação de Surdos. O atendimento a outros tipos de deficiência foi ampliado no século XX. Em 1924, foi fundado o Instituto Pestalozzi, que passou a atender pessoas com deficiência mental; em 1952, surge a AACD (Associação de Assistência à Criança Defeituosa), e, em 1954, é fundada a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais)²¹. Essas instituições – algumas de iniciativa estatal e outras não – têm em comum o caráter de atendimento em separado das pessoas com deficiência. Embora essas pessoas recebam atendimento educacional, não frequentam escolas regulares, nem as chamadas classes especiais, que foram surgir depois desse período. Nesse momento, ainda não existia a lógica de trazer essas pessoas para a inclusão na sociedade, como ocorre atualmente, no entanto, percebia-se a necessidade de conhecê-las, ou seja, de que se produzissem saberes sobre tais pessoas. O que é de destacar é que isso que se percebe como uma vontade de saber sobre esses indivíduos é o que possibilita uma intervenção biopolítica sobre eles, indicando a indissociabilidade entre as questões de saber-poder.

Lavergne (2009) argumenta que, na passagem da década de 1950 para a década de 1960, crescem no Brasil campanhas para lidar com as pessoas com deficiência, o que resulta em mudanças nas leis educacionais. Dessa maneira, a lei 4.024/61 aponta, no seu artigo nº88, que “*a educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade*”. Em 1973, é criado o CNESE (Centro Nacional de Educação Especial), pelo Ministério da Educação e Cultura, com o intuito de “expandir e melhorar o atendimento aos excepcionais” (LAVERGNE, 2009, p.50). Aos poucos, vai ocorrendo uma mudança nas estratégias de poder endereçadas às pessoas com

²¹ Sites consultados: www.ibc.gov.br; www.ines.gov.br; www.pestalozzi.gov.br; www.aacd-rs.org.br; www.apaebrasil.org.br. Acesso em: 25 de outubro de 2009.

deficiência. Nesse momento, apenas atendê-las e, assim, conhecê-las deixa de ser suficiente; a intenção agora é de começar a integrá-las nas diversas redes sociais.

A partir da década de 1970 e, em especial, de 1980, é que há uma ascensão das “preocupações” com as condições e com os direitos das pessoas com deficiência. Como já referi no Capítulo I deste trabalho, os grandes difusores de todo esse discurso a respeito de “diversidade” e “respeito às diferenças” são as grandes agências internacionais, tais como OMS, UNESCO, FMI e Banco Mundial.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 garante, em seu Artigo 205, que: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Em continuidade, prevê o inciso I do artigo 206 que um dos princípios do ensino é o de “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”.

Mas é a partir da década de 1990 que acontece o que pode ser considerado o marco da Educação Inclusiva, através da *Declaração Mundial sobre Educação Para Todos*, de 1990, e da *Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais*, de 1994. Dentre seus textos, destaco os seguintes excertos para corroborar o que estou dizendo:

UNIVERSALIZAR O ACESSO À EDUCAÇÃO E PROMOVER A EQUIDADE

É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo.

(Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos, 1990, artigo 3º).

SOBRE PRINCÍPIOS, POLÍTICAS E PRÁTICAS NA ÁREA DAS NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

Acreditamos e proclamamos que:

- * toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,
- * toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,
- * sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
- * aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma

Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,

* escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional (Declaração de Salamanca, 1994, artigo 2º).

Sustentada por tais princípios, a inclusão toma forma de lei e difunde-se mundialmente. Dentro do contexto brasileiro, a LDBEN 9394/96 traz em seu artigo 4º, inciso III, que: “*o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino*”. Ao mesmo tempo, a LDB passa a entender como educação especial “*a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais*” (Art. 58º).

Assim, é pela vontade de incluir, que aparecem gradativamente, como saídos de uma sombra relativa (pois já objetos de preocupação há bastante tempo), “novos” sujeitos de interesse e de saber educacional, que vão adquirir um rosto, e a quem se manda um certo dever de ser incluídos na sua materialidade e especificidade [...] Eles vão, doravante, integrar a “diversidade”, aquela “nova população”, difusa, eminentemente polimórfica, instável, constituída pelos “fora da média”, mas que, justamente a diversidade vai acolher enquanto pertencendo às extremidades da norma, isto é, sendo eles inseridos na escala normativa (LAVERGNE, 2009, p.108).

A escola onde realizei minha pesquisa também atravessou esse processo de oferecer diferentes tratamentos às pessoas com deficiência. Sua fundação, no ano de 1941, teve o intuito de acolher as pessoas com deficiência visual. No ano de 1955, tornou-se uma escola apenas para pessoas com deficiência e funcionava em regime de internato. Aos poucos, acompanhando as mudanças sociais que balizavam o atendimento e a educação das pessoas com deficiência, a escola foi abrindo suas portas para alunos que não possuíam problemas de visão. A partir do ano de 1998, a escola acaba com o regime de internato e torna-se uma escola

“inclusiva”, atendendo alunos com e sem deficiência visual na mesma classe regular de ensino²².

Percebe-se que a escola passou do momento de acolhimento do indivíduo com deficiência ao momento de oferecer uma educação segregada, em que os sujeitos ficavam separados da sociedade. Aos poucos, foi ampliando sua modalidade de ensino, de modo a atender também alunos que não possuíssem deficiência, num caráter de integração entre os sujeitos. Mas será após os anos 90 que os princípios da inclusão, que hoje norteiam a escola, entram em vigor. Atualmente, apenas cerca de 5% dos alunos da instituição possuem deficiência visual.

Considerar os alunos dessa escola um grupo de interesse para esta pesquisa diz respeito, principalmente, ao fato de entender que esses alunos estão sendo constantemente atravessados pelo processo de inclusão e – no meu entendimento – , ao mesmo tempo, por processos de exclusão, ambos compondo as diversas Políticas de Inclusão. Acredito, como Lopes (2004), que não há uma relação em que exista apenas a inclusão ou a exclusão, e sim que esses processos são interdependentes e por isso podem ser vistos como uma unidade de sentido: processo de in/exclusão.

[...] as instituições que garantem o acesso e o atendimento a todos são, por princípio, includentes, mesmo que, no decurso dos processos de comparação e classificação, elas venham a manter alguns desses “todos” (ou muitos deles...) em situação de exclusão. Isso significa que o mesmo espaço considerado de inclusão pode ser considerado um espaço de exclusão. Conclui-se assim que a igualdade de acesso não garante a inclusão e, na mesma medida, não afasta a sombra da exclusão (VEIGA-NETO; LOPES, 2007, p. 959).

Além de fazer algumas análises sobre as políticas de inclusão – como parte de uma governamentalidade neoliberal que acaba por operar nos indivíduos formas de exclusão –, também quero debater as operações de governo que agem sobre a população imersa nessa lógica. São operações que controlam as vontades, os pensamentos e os desejos de cada um. Acredito que tais operações são

²² Consulta ao PP vigente no Instituto Santa Luzia.

facilitadas quando todos estão postos em um mesmo lugar e acreditando nas mesmas coisas, pois, para a realização mais efetiva de um processo de governamento, há a necessidade de que aconteça o maior ordenamento possível dos elementos que compõem a população. “Tal ordenamento, na lógica das políticas de inclusão, funda-se no direito à igualdade, aqui entendida como mesmas garantias de acesso e permanência para todos. O ordenamento se dá por operações de aproximação, comparação, classificação e atendimento das especificidades” (VEIGA-NETO; LOPES, 2007, p. 959).

Desse modo, vejo operando, nos diversos momentos de uma escolarização inclusiva, modos de incluir e excluir os alunos; esses modos podem ser entendidos como estratégias de governamento de seus corpos. Isso irá ocorrer desde a entrada do aluno na escola até o término de sua formação, passando pelas diversas atividades aí implicadas, incluindo-se os jogos e atividades desportivas de que os alunos participam e que são objeto de análise nesta dissertação.

4.1.2 As Regras do Jogo: como foi realizada a pesquisa com os alunos

Nesta seção, passo a narrar, de uma forma mais detalhada, como foi organizada esta parte da pesquisa, em que fui a campo ouvir os sujeitos para analisar como os discursos sobre Olimpíadas e Paraolimpíadas e as políticas de inclusão têm efeitos sobre os sujeitos praticantes de esportes paradesportivos na escola que possuem deficiência. Portanto, escolhi sujeitos que participam de jogos e esportes na escola onde estudam; a instituição propõe-se a incluir alunos com deficiência visual nas classes regulares e, por conseguinte, a incluí-los em todas as suas atividades.

Para analisar os aspectos referentes às relações que se estabelecem entre os discursos e os sujeitos, utilizei a técnica de grupo focal, entendida como “um conjunto de pessoas selecionadas e reunidas por pesquisadores para discutir e comentar um tema, que é objeto de pesquisa, a partir de sua experiência pessoal”

(POWELL e SINGLE apud GATTI, 2005, p. 7). A abordagem que realizei possibilitou os aportes necessários para esta investigação, pois, através da técnica de investigação do grupo focal, foi possível uma multiplicidade de pontos de vista oriundos do próprio processo de interação entre o grupo. Para Gatti (2005), esse tipo de trabalho possibilita compreender processos de construção da realidade, práticas cotidianas, ações e reações a fatos e eventos, comportamentos e atitudes, constituindo-se numa técnica importante para o conhecimento das representações, percepções e simbologia de uma determinada questão por pessoas que partilham de traços em comum, relevantes ao que está sendo estudado. No entanto, há alguns cuidados para o bom andamento dessa técnica: a escolha de um grupo que tenha envolvimento com o tema proposto, o tipo de intervenção do moderador do grupo, o tipo de registro e o local de realização das sessões e o cuidado na forma de analisar os dados obtidos.

Para especificar de uma maneira mais sistemática como foi estruturada esta parte da investigação, proponho uma descrição de cada uma das etapas a fim de esclarecer o que fiz. Assim, o que segue é um detalhamento da estratégia utilizada, desde a escolha dos sujeitos até as explicações de como cheguei às categorias de análise.

4.1.2.1 A seleção: os jogadores

A escolha dos participantes teve relação com seu grau de conhecimento e de envolvimento com o meu objeto de análise – como já referi anteriormente –, sendo este o motivo que me fez acreditar que suas manifestações seriam de grande valia.

Privilegia-se a seleção dos participantes segundo alguns critérios – conforme o problema em estudo –, desde que eles possuam algumas características em comum que os qualificam para a discussão da questão que será o foco do trabalho interativo e da coleta do material discursivo/expressivo. Os participantes devem ter alguma vivência com o tema a ser discutido, de tal modo que sua participação possa trazer elementos ancorados em suas experiências cotidianas (GATTI, 2005, p.7).

Com base nisso, selecionei, na escola em que realizei a pesquisa, nove alunos que julgava terem as condições necessárias para participar das discussões propostas para os grupos focais: todos possuem deficiência visual, são participantes de jogos paradesportivos na escola inclusiva em que estudam e estão em uma faixa etária aproximada, entre 15 e 20 anos. Com esses critérios específicos, garanti que todos os selecionados tivessem algum tipo de vivência com o tema discutido e partilhassem de algumas características que os aproximam, ou seja, que possuíssem algumas características mais ou menos homogêneas – também necessárias para o desenvolvimento deste tipo de técnica de investigação (GATTI, 2005).

No decorrer das sessões, cada aluno recebeu um número específico, que foi mantido ao longo do estudo. Tal medida foi tomada de modo a garantir o sigilo das identidades dos alunos, conforme proposto no Termo de Consentimento²³ assinado por eles e seus responsáveis. Antes da realização das sessões, foi obtida a autorização da escola para cedência do espaço, tendo sido enviado aos pais e aos alunos um Termo de Consentimento para verificar a possibilidade de realizar a pesquisa com os estudantes. A cópia desse documento foi impressa em Braille e em tinta. Após o retorno das autorizações, o grupo foi composto da seguinte maneira:

²³ Em anexo.

Quadro 1 – Composição do grupo de alunos

Aluno	Idade
A1	19
A2	17
A3	17
A4	17
A5	20
A6	15
A7	15

Obs.: Dois alunos selecionados inicialmente desistiram de participar do estudo antes de sua realização.

4.1.2.2 As partidas: a organização e o desenvolvimento das sessões

As sessões dos grupos focais foram realizadas dentro da escola à qual os escolares estão vinculados²⁴. Foram realizados três momentos de discussão, com intervalos de uma semana de um encontro para o outro e com duração de cerca de 50 minutos cada um. Para a coleta de dados, foi utilizado um gravador de voz de um aparelho de MP3.

De posse das autorizações dos alunos, comecei as sessões. Minha preocupação inicial era a de me manter na figura de moderadora do grupo e, de nenhuma maneira, influenciar suas respostas. “O moderador deve explicitar seu papel, que é o de introduzir o assunto, propor algumas questões, ouvir procurando garantir, de um lado, que os participantes não se afastem do tema e, de outro, que todos tenham a oportunidade de se expressar” (GATTI, 2005, p. 28-29).

²⁴ São alunos regularmente matriculados no Instituto Santa Luzia em Porto Alegre/RS.

O que fiz foi identificar como, em suas manifestações, esses alunos (sujeitos da investigação) se posicionam em relação às questões que permeiam esta pesquisa. Em especial, procurei apontar como os alunos percebem o tratamento midiático dado a cada uma das competições; como, em suas falas, estabelecem relações entre os jogos e o que é percebido socialmente como normalidade e/ou anormalidade; como significam as questões de inclusão e exclusão, relacionadas a diferentes modalidades desportivas; quem eles identificam como seus ídolos e como se veem em relação a eles. Em um grupo focal, as discussões são móveis, pois não se trata de um método de entrevista coletiva, mas de uma proposta de troca efetiva entre os participantes (GATTI, 2005). Por esse motivo, o debate com os alunos ampliou-se e trouxe para a discussão pontos que não haviam sido pensados. Todavia, isso não significa que o trabalho tenha saído do tema; apenas foram trazidas outras possibilidades e questões que não haviam sido inicialmente propostas.

Cada sessão desses grupos foi elaborada previamente através de uma seleção minuciosa dos materiais que serviriam de apoio. Porém, isso não significou que o grupo se restringiu ao material; ao contrário, tais materiais agiram como facilitadores do processo e foram as ferramentas necessárias para que o debate se mantivesse no tema proposto, mas sem restringi-lo a questões específicas.

Em cada sessão, um tipo de material serviu como apoio. Para o primeiro encontro, levei reportagens do jornal Zero Hora²⁵ que tratavam do desempenho dos atletas olímpicos e dos atletas paraolímpicos. Também nesse dia comentei e li com os alunos as chamadas que este jornal trouxe no dia da abertura de cada uma das competições. Nessa primeira sessão, um dos alunos não compareceu. No segundo encontro, reproduzi em áudio duas narrações que faziam parte de comerciais vinculados pela emissora Sportv: um deles fazia o chamamento aos espectadores para acompanharem os Jogos Olímpicos através dessa emissora, e o outro fazia um chamamento para que o público acompanhasse as Paraolimpíadas também nesse canal. Já para o terceiro encontro, levei ao grupo um atleta medalha de ouro nas últimas Paraolimpíadas. Tratava-se do ex-colega deles, o atleta Ricardinho do

²⁵ Material impresso em tinta e em Braille para que os alunos pudessem acompanhar a leitura. Grande parte desse material foi sendo coletada no momento em que ocorriam os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos; outros materiais foram fruto de uma pesquisa nos arquivos do jornal Zero Hora e guardados em arquivo PDF.

Futebol de Cinco²⁶, que colaborou com o grupo expondo suas experiências e movimentando nossa discussão. O período de realização das sessões dos grupos focais foi o mês de setembro do ano de 2009.

4.1.2.3 Os primeiros ensaios de organização

Após a realização dos três encontros, fiz a passagem do que foi gravado em um MP3 para um arquivo no computador. Em seguida, iniciei a transcrição das gravações, sem me preocupar com formas acadêmicas de escrita, ou seja, tentando manter as manifestações dos alunos o mais fidedignas possível. Todas as gírias, pausas, dúvidas, interrupções entre eles e momentos de insegurança foram, de alguma maneira, mantidos na primeira transcrição²⁷.

De posse desse material, voltei às questões que me nortearam enquanto fazia as mediações no grupo: como opera sobre eles o discurso construído a respeito dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos? Quem são os seus ídolos? Como os identificam? Há relativizações sobre questões como normalidade e anormalidade presentes em suas falas ou eles apenas reproduzem o que já foi historicamente construído e reforçado pela mídia? Como os alunos se percebem nesse processo de inclusão? Que efeitos esse conjunto de informações provenientes da mídia tem sobre esses escolares?

Com as transcrições realizadas e lembrando as minhas intenções iniciais de investigação, passei a fazer uma leitura desse material, procurando as recorrências que marcaram e balizaram as discussões. Porém, ao mesmo tempo, também me detive em pequenos excertos – os quais, por vezes, não demandaram um grande volume de atenção por parte dos participantes – que foram significativos e importantes em determinados momentos dos debates.

²⁶ Esporte adaptado do Futebol de Salão no qual participam apenas atletas com deficiência visual.

²⁷ Em anexo.

Deve-se ter presente que nem sempre é necessário usar todos os dados, de modo exaustivo; algumas discussões podem ser marginais; em outras situações, porém, tudo o que se expõe é significativo; conforme os objetivos, algumas questões são mais importantes que outras (KRUEGER e CASEY apud GATTI, 2005, p. 55).

Nessa primeira “aproximação”, cheguei a um total de quinze temas tratados, os quais faziam parte de mais de quarenta excertos destacados. Porém, logo após esse primeiro olhar, tive necessidade de voltar às transcrições realizadas, no intuito de ver se eu não havia deixado de lado pontos importantes e/ou relevantes para o meu estudo. Então percebi que, para o meu objetivo naquele momento, havia feito os recortes necessários. No entanto, através desse novo olhar, também percebi que os quinze temas iniciais poderiam ser agrupados em unidades temáticas mais inclusivas, pois, de acordo com minha avaliação, diziam respeito a categorias maiores que os englobavam.

Assim, assumindo os riscos de minhas escolhas, passo a discutir como percebo as relações que os sujeitos da pesquisa mantêm com as questões relacionadas a este trabalho através dos focos analíticos nomeados por mim como: mídia, consumo e patrocínio; discursos paraolímpicos; anormalidades narradas; e sociedade e inclusão.

4.2 MÍDIA, CONSUMO E PATROCÍNIO

Tipo: a cobertura da mídia é diferente na Olimpíada e na Paraolimpíada. As Olimpíadas passam em todos os canais e em outros lugares, e as Paraolimpíadas não. Mas os dois são legais. Assim, deveria passar os dois iguais, ou menos ou mais para os dois. Entendeu? (A6, G1²⁸).

Um dos temas que mereceu maior consideração dos alunos foi a mídia. Sobre esse assunto, destacaram-se falas que tinham como tema principal as diferenças de espaço midiático, tratamento e cobertura entre as competições. Ao mesmo tempo, relacionaram-se a este aspecto outros temas, como o consumo e o patrocínio. Poderia afirmar, em uma análise superficial, que se tratou de um assunto recorrente que produziu um grande volume de conversas e considerações, chegando-se ao consenso de que as Paraolimpíadas são menos valorizadas do que as Olimpíadas. Porém, para o viés de análise proposto neste trabalho, essa forma de olhar não é suficiente e, cabe aqui suspeitar de algumas dessas suposições.

A epígrafe desta seção traz um excerto extraído do primeiro encontro. Para iniciá-lo, propus aos alunos que falassem sobre o que lembravam a respeito das Olimpíadas e das Paraolimpíadas e, assim, acreditei que os deixaria tranquilos para emitirem opiniões sem direcioná-los para um tópico específico de discussão. O primeiro aluno que se manifestou iniciou com uma narrativa sobre como tinham sido os Jogos Olímpicos, dos quais ele lembrava, precisamente, a data de início e de término, bem como o número aproximado de atletas e países que foram participantes. A seguir, esse mesmo aluno passou a falar das Paraolimpíadas com a seguinte narrativa:

²⁸ A partir de agora, no decorrer do texto, marcarei as falas dos sujeitos, fazendo referência aos alunos que as produziram (A1, A2, A3, A4, A5, A6 e A7) e à sessão de grupo focal de que foram extraídas (G1, G2 e G3).

“As Paraolimpíadas não deixam de ser diferentes, mas as Paraolimpíadas, elas não têm uma cobertura assim tão ampla da mídia quanto a Olimpíada” (A5, G1).

Na sequência dessa fala, os demais participantes passaram a se manifestar sobre as diferenças de cobertura e “reconhecimento” destinadas a cada uma das competições.

“Sobre as Paraolimpíadas, nada. E, se a gente for fazer uma comparação com a Olimpíada, a Paraolimpíada foi totalmente deixada de lado. [...] Aí tu percebes explicitamente que não tem aquele foco” (A4, G1).

“Eu acho que as Paraolimpíadas deviam ter um foco maior ou semelhante ao da Olimpíada” (A5, G1).

“E falam de racismo, que racismo dá cadeia, porque isso, porque aquilo, e não divulgam do mesmo modo que têm que divulgar” (A3, G1).

Todas essas falas são repletas de manifestações de contrariedade com o tratamento diferenciado e marcado que os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos possuem na mídia – tratamento esse que foi exposto e discutido no Capítulo II deste trabalho. Nesses excertos e no decorrer das sessões, os alunos afirmaram seu descontentamento com a falta de informação e divulgação sobre os atletas paraolímpicos e seus resultados durante as competições. Ao mesmo tempo, refletem que há um patrocínio muito limitado para as modalidades paraolímpicas e culpam a mídia por – segundo eles – não fazer o seu papel de divulgação; eles acreditam que, como consequência dessa valoração diferenciada, não há um interesse por parte dos patrocinadores em financiar um atleta paraolímpico.

Nesse primeiro encontro, após as manifestações iniciais dos alunos, ofereci para eles a leitura de duas reportagens que saíram no jornal Zero Hora sobre esses Jogos e os seus atletas – uma referia-se aos atletas olímpicos, e a outra,²⁹ aos atletas paraolímpicos – e explorei como se constituiu a capa desse jornal na data da

²⁹ **Phelps bate o primeiro recorde em Pequim.** Zero Hora: 10 de agosto de 2008, p. 10. **Dois gaúchos em Pequim.** Zero Hora: 6 de setembro de 2008, p.51.

abertura de cada uma das competições³⁰. Após tais considerações, os seguintes excertos merecem destaque:

“A Olimpíada, bah, apareceu. Deu mais de duas horas a reportagem na Globo – que é a melhor daqui. E da Paraolimpíada não deu nada. Só aparecia assim: era bem pouquinho coisa e na internet também – que podia passar todas as coisas – não apareceu, ainda por cima” (A6, G1).

“[...] colocam tal atleta quando ele já tem um reconhecimento. Se é um desconhecido, nem vai, nem é citado. Eu só sabia notícias das Paraolimpíadas porque o Jornal Nacional reservava um espacinho, fazia um comentário. Tanto que o Brasil foi muito bem nas Paraolimpíadas. Conquistou 47 medalhas, se eu não me engano, e, dessas, 16 de ouro” (A5, G1).

“Na primeira reportagem, se focou só o Phelps e a possibilidade de o atleta olímpico conquistar o maior número de medalhas numa só edição, e na segunda já se colocaram dois atletas no mesmo bolo, dois na mesma linhagem” (A2, G1).

“Começaram falando da deficiência deles...” (A1, G1).

Noto que as manifestações de descontentamento permanecem. Os alunos também conseguem perceber a exploração da deficiência e das limitações dos competidores das Paraolimpíadas propostas pelas reportagens. No decorrer do primeiro e dos demais encontros, outros aspectos também receberam atenção especial. Falou-se sobre a hegemonia do Futebol de Campo masculino e o quanto isso era divulgado midiaticamente, em detrimento dos demais esportes, ao passo que o Futebol de Campo feminino foi comparado com as Paraolimpíadas, pois ambos são percebidos como tendo um valor menor – estão à margem das competições que são vistas como importantes.

Além disso, foram feitas reflexões a respeito do consumo. Inicialmente, os alunos expuseram que a sociedade consome apenas aquilo que a mídia mostra, porém, com o decorrer das discussões, começa-se a pensar que a mídia divulga aquilo que a sociedade deseja. “A cultura da mídia almeja grande audiência; por isso, deve ser eco de assuntos e preocupações atuais, sendo extremamente tópica

³⁰ As capas aqui referidas são reproduzidas em fotos e aparecem no Capítulo II deste trabalho.

e apresentando dados hieroglíficos da vida social contemporânea” (KELLNER, 2001, p.9).

“A gente só curte o que a mídia faz. Desde um tênis, uma roupa ou um relógio. A gente só tem preferências porque eles mostram pra gente. A gente não pode ter opinião diferente porque não vai dar ibope” (A3, G2)

“Não podemos botar toda a culpa pro lado da mídia porque, se houvesse um interesse maior de cada um de nós em sair atrás, em buscar e em acompanhar mais o que está acontecendo no mundo esportivo, a mídia iria cobrir, iria dar um destaque. Porque a mídia cobre o que o público quer ver” (A5, G2)

Tais considerações vêm ao encontro do que expõe Fischer (2001): “a mídia é um lugar privilegiado de criação, reforço e circulação de sentidos, que operam na formação de identidades individuais e sociais, bem como na produção social de inclusões, exclusões e diferenças” (ibidem, p.588). Desse modo, pode-se pensar que a mídia não regula apenas o consumo dos diversos artefatos culturais, mas, antes de tudo, o que deve ser dito e pensado (os discursos).

O tema do patrocínio entra nas discussões de um modo mais enfático na sua relação com o consumo. De acordo com os participantes dos encontros, os patrocinadores não investem nos esportes paraolímpicos porque sabem que eles não serão divulgados e, portanto, não serão consumidos. Dessa maneira, furtam-se de incentivar algo que não lhes dará retorno.

“Mas, já passando um pouco pro ponto do patrocínio – que a gente falou – e da mídia: por que o patrocinador não se interessa muito pelo meu time daqui? Porque ele não está na mídia, pois, se ele estivesse, é óbvio que eles iriam querer colocar a marca deles. E por que a mídia não está muito em cima do time? Porque não tem patrocinador. Porque, inevitavelmente, a gente acha que não, mas a mídia vai aonde tem os patrocinadores. Eles são meio que coligados” (Depoimento do atleta Ricardinho, G3).

Além desse depoimento do atleta Ricardo sobre a dificuldade que os atletas paraolímpicos enfrentam de ter um patrocinador, há um fato que quero discutir. Durante sua fala, o atleta comentou com os participantes do estudo que eles não ganham salário nos clubes em que jogam, pois esses clubes não possuem apoio. Contudo, para os competidores paradesportivos que atuam em nível nacional e em nível internacional é oferecida, através do Ministério dos Esportes, uma bolsa-auxílio para cada um deles ter a possibilidade de se manter, treinar e competir e, de alguma forma, mostrar como é possível – mesmo sendo uma pessoa com deficiência – se superar e alcançar algum tipo de reconhecimento. Isso se aproxima daquilo que é discutido por Lopes (2009b), quando a autora se refere à ação do Estado, que opera oferecendo diversos tipos de bolsas aos sujeitos para que tenham a possibilidade de entrar no jogo do neoliberalismo. Assim, é através da distribuição de diversos benefícios, como bolsa-família, auxílio-gás, bolsa-atleta, dentre outros, que as pessoas e suas famílias passaram a ter condições diferenciadas de vida, além de ter a possibilidade de disputar novas posições no mercado de trabalho. “Além de satisfeitas com os poucos recursos que possuem, essas pessoas entram na lógica do consumo, fazendo girar as engrenagens de um mercado local que passa a se sustentar salvaguardando outras partes de uma rede de consumo” (LOPES, 2009b, p.124).

Porém, ao retomar esses trechos da conversa e os depoimentos, também percebo outras discussões possíveis. Noto que esses sujeitos da pesquisa – os quais, como já expliquei, possuem forte relação com a presente investigação – se manifestam de forma a reivindicar direitos de cobertura, divulgação e inclusão dos esportes paraolímpicos na sociedade. Fazendo-se um exame por outra ótica, isso é considerar que esses sujeitos estão sendo capturados pelo discurso das políticas de inclusão, pois suas formas de se pronunciar são as mesmas proclamadas nas chamadas de direitos iguais para todos, valorização da diversidade e respeito às diferenças – expressões que legitimam o processo de inclusão.

É nas intersecções dos movimentos reivindicatórios, das legislações, do interesse do Estado, da sociedade civil, ou seja, dos saberes e poderes que circulam e constituem as realidades que vivenciamos, subjetivando-nos de diferentes formas, que as ideias, as práticas, os sentidos são construídos. Isso é o que nos leva a governar a nós mesmos e em relação aos outros de modo articulado (ROOS, 2009, p.18).

Acredito, nesse sentido, que agem sobre esses indivíduos formas de governamento que fazem com que se reconheçam como sujeitos que devem ser atuantes e participativos na busca pelos seus direitos. As práticas de inclusão – características da governamentalidade neoliberal – apelam a argumentos que incentivam os indivíduos a reivindicarem aquilo que lhes é proclamado como de direito, pois, a partir do momento em que eles se reconhecem como “os que devem ser incluídos”, passam a manifestar-se e a agir segundo esse discurso.

A governamentalidade, portanto, faz o contato entre as tecnologias da dominação sobre os outros, no plano social, e da dominação de si mesmo (técnicas de si). [...] não pode ser pensada, então, apenas a partir do ângulo de um sujeito que se subjetiva, mas das práticas que conduzem/enquadram/possibilitam tal processo (BUJES, 2002, p.83-84).

No sentido de ampliar a discussão sobre as operações de governamento que se dão sobre os indivíduos, apresento algumas passagens que considero bastante interessantes. Na realização do primeiro grupo focal, enquanto estavam sendo levantadas as primeiras discussões em torno da mídia, perguntei aos alunos quais eram os seus ídolos no esporte, sem mencionar se eram olímpicos ou paraolímpicos. Suas respostas foram direcionadas principalmente para os jogadores de Futebol de Campo, os quais tiveram seus nomes circulando por vários momentos da sessão. Em seguida, foram citados atletas olímpicos que estavam ou já estiveram em grande ascensão na mídia, e apenas um dos alunos falou superficialmente de um atleta paraolímpico como *“um ídolo que é um exemplo de superação”* (A5, G1).

Ao encontro dessa maior valorização dos desportistas olímpicos e, em especial, dos jogadores do Futebol de Campo, dirigem-se as narrativas dos alunos quando solicitados a pensar sobre uma ou outra competição. Em vários momentos, foi notável o quanto cada um deles sabia mais a respeito das Olimpíadas do que sobre as Paraolimpíadas. Observo que tal raciocínio pode ser articulado com o conceito de noopolítica – relação de poder que tem como objeto a memória –, desenvolvido por Lazzarato (2006), o qual, como já foi referido, está presente na Sociedade de Controle que vivenciamos, agindo de forma conjunta com os dispositivos disciplinares e com o biopoder. No sentido de explicar como nasceu e

se desenvolveu a Sociedade de Controle – especialmente após a segunda metade do século XX –, Lazzarato (2006) menciona três fenômenos que Gabriel Tarde utilizou para explicar esse desenvolvimento.

(1) A emergência da cooperação entre os cérebros e seu funcionamento por fluxos e redes, *networks* e *patchworks*; (2) dispositivos tecnológicos arrojados que agem a distância e que dobram e amplificam a potência de ação das mônadas³¹, tais como o telégrafo, o telefone, o cinema, a televisão, a internet; (3) os correspondentes processos de subjetivação e sujeição: a formação dos públicos, ou seja, a constituição do que tem lugar no tempo (LAZZARATO, 2006, p. 76).

Tanto o fato de os sujeitos da pesquisa terem como seus ídolos os atletas que não possuem deficiência, quanto o de eles possuírem mais saberes sobre as Olimpíadas do que sobre as Paraolimpíadas, levam-me a pensar que eles também foram capturados pelas tecnologias de ação a distância apontadas por Lazzarato (2006). Os discursos que constituíram as diferenças entre Olimpíadas e Paraolimpíadas são, atualmente, amplamente divulgados pela mídia através dos mais variados meios de comunicação (tecnologias de ação à distância). Essas ações efetivaram, em cada um desses sujeitos, modos de entender e de se relacionar com o mundo. Desse modo, quando não estão em discussão as políticas de inclusão, os indivíduos passam a declarar-se segundo a opinião que circula em um determinado público, no caso, valorizando os olímpicos (normais). “A opinião, dizemos, é um grupo momentâneo e mais ou menos lógico de juízos, os quais, respondendo a problemas atualmente colocados, acham-se reproduzidos em numerosos exemplares em pessoas do mesmo país, da mesma época, da mesma sociedade” (TARDE, 2005, p.63).

³¹ Ideia de Leibniz recuperada por Tarde usada para designar o que constitui o mundo. Leibniz, por sua vez, cunhou o termo “mônada” para designar as forças constitutivas das coisas, que não são mais nem atômicas, nem antropomórficas (LAZZARATO, 2006, p. 29).

Nesse caso, a ação do público, da opinião, faz funcionar uma forma de governo sobre esses sujeitos. Mesmo eles sendo os “anormais” e já convocados pelas políticas de inclusão, que os fazem reivindicar os seus direitos, esses indivíduos, por vezes, sentem dificuldade em lembrar aquilo que até então proclamavam como um valor maior e passam a dar voz àquilo que tem relevância para a sociedade: ser exemplo de sucesso, ser normal, ser perfeito. Os sujeitos de pesquisa, como se pode perceber, fazem parte de diversos públicos simultaneamente.

O público é a forma de subjetivação que melhor expressa a plasticidade e a indiferença funcional da subjetivação qualquer (mônada). Os indivíduos e os públicos não estabelecem entre si uma relação de pertencimento exclusivo e identitária: se um indivíduo não pode pertencer a mais de uma classe ou mais de uma aglomeração por vez, pode pertencer em contrapartida, simultaneamente, a diversos públicos (LAZZARATO, 2006, p. 77).

Para a lógica da racionalidade neoliberal, não é suficiente que esses indivíduos se reconheçam como sujeitos que “necessitam” ser incluídos e normalizados para terem os mesmos direitos dos outros. Há também a necessidade de que eles valorizem e se aproximem / se identifiquem com uma posição que parece não ser a sua – de superiores, de vencedores, de normais – e, simultaneamente, se coloquem numa posição de outros: aqueles que não estão na faixa de normalidade segundo determinadas normas estabelecidas devem desejar estar nesse lugar.

4.2 DISCURSOS PARAOLÍMPICOS

“A Paraolimpíada é onde mostra pessoas portadoras de necessidades especiais que ali dão um show de superação” (A5, G1).

Demonstração de bravura. Determinação. Superação de obstáculos. Show de superação. Essas palavras e expressões foram fortemente enfatizadas e repetidas pelos sujeitos da pesquisa no decorrer dos grupos focais. A cada momento em que eram discutidas características ou diferenças entre as Olimpíadas e as Paraolimpíadas, esses enunciados eram relacionados aos atletas paraolímpicos. Porém, em princípio, ao se analisarem apenas os enunciados, não há nada que indique que se dirigem aos atletas paraolímpicos, embora a palavra *superação* nos acenda um alerta, pois está presente nos discursos que se referem a esses sujeitos e passa a ser vista como “colada” a eles. “[...] anormais não são, em si ou ontologicamente, isso ou aquilo; nem mesmo eles se instituem em função do que se poderia chamar de desvio natural em relação a uma suposta essência normal” (VEIGA-NETO, 2001, p.106). Localizá-los como anormais, resulta, no caso dos atletas paraolímpicos, de operações de ordenação, de estratégias de poder – à custa de “oposições, exclusões, violência”.

Meu intuito, no entanto, não é apenas nomear e diferenciar quais as características e as palavras que foram atribuídas a cada um dos “grupos de atletas” presentes nas discussões, mas perceber a contingência dessas expressões – como se constituíram, para que estão servindo, qual a sua instabilidade. Parto do pressuposto, já proclamado anteriormente, de que estas expressões são entendidas como enunciados, pois fazem parte de toda uma formação discursiva que as relaciona ao discurso da anormalidade. Os discursos que designam e nomeiam as características de normais e anormais instituíram-se – como discutido no Capítulo III deste trabalho – desde há muito tempo. No caso da relação desses discursos com os atletas olímpicos e paraolímpicos, eles foram atribuídos a esses atletas desde a formação das competições e sistematicamente reforçados.

Assim, ser atleta – para um sujeito com deficiência – é estar em um lugar inicialmente não visto como seu. Porém, com o apelo pela inclusão de todos dentro das mesmas normas e da mesma ordem – lógica do neoliberalismo –, a esses sujeitos passam a ser atribuídos significados que legitimam sua presença nas competições: conseguem superar obstáculos, são determinados. Desse modo, associadas a esses enunciados, as pessoas que possuem deficiência também se fazem “dignas” de se tornarem atletas.

No entanto, o normal – definido neste caso como o olímpico – não precisa ter maiores atributos que demonstrem o quanto ele precisa “ser especial”, “ter força de vontade” e “se superar” para ratificar sua presença como natural para aquele lugar. Isso porque ser um exemplo de perfeição (significado que acompanha os competidores olímpicos desde a Grécia Antiga) já é o suficiente para se constituir como exemplo de sucesso. Já no caso do anormal – aqui entendido como o paraolímpico, aquele que possui deficiência –, o conceito de perfeição não pode lhe ser atribuído, na medida em que, especialmente desde a constituição das sociedades modernas, as marcas em seus corpos vêm sendo reforçadas para mostrar suas diferenças (VEIGA-NETO, 2001). Dessa maneira, sua condição para estar competindo e ser um vitorioso é que permite mostrar o quanto é possível a uma pessoa ultrapassar/superar seus limites. A mídia, nesse sentido, ressalta a capacidade de essas pessoas superarem suas dificuldades como condição para se aproximarem da normalidade, embora não aconteça um apagamento das diferenças, pois estas são sempre destacadas e afirmadas e mantêm os sujeitos na anormalidade.

Apesar de atualmente haver um movimento que sugere a busca do apagamento das diferenças, visto como uma busca pela normalização, haverá, de outro modo, narrativas que proclamarão as condições que fizeram com que este ou aquele fosse normalizado. Os enunciados sobre as condições que possibilitaram essa normalização são mantidos e, assim, tornam-se referência para a manutenção de marcas diferenciadoras. Em que pese tudo isso, talvez se possa afirmar que esses enunciados se apresentam hoje como uma marca muito mais fluida, líquida e móvel, condizente com a sociedade em que vivemos.

Ao se realizar a inclusão de um indivíduo, até então marcado pela sua anormalidade, nas normas regidas pela racionalidade neoliberal, faz-se, de certa forma, uma tentativa de apagamento/abrandamento de suas marcas. Isso acontecerá pelas operações de constituição de saberes, recursos e expertises que se voltam para esse sujeito e são capazes de incluí-lo, embora ainda permaneçam os enunciados e o discurso sobre “a superação” que este sujeito teve que empreender para estar naquele lugar. Como expõem Duschatzky e Skliar (2001), apesar de o outro representar o que é familiar ao centro, ele é sempre projetado para fora de si mesmo. Continua, assim, sendo marcado; não mais apenas pela marca corpórea, mas pela dependência da lógica da inclusão, pelo discurso das políticas de identidade.

A norma, ao mesmo tempo em que permite tirar da exterioridade selvagem os perigosos, os desconhecidos, os bizarros – capturando-os e tornando-os inteligíveis, familiares, acessíveis, controláveis – ela permite enquadrá-los a uma distância segura a ponto que eles não se incorporem ao mesmo (VEIGA-NETO, 2001, p.115).

Uma problematização que também acredito ser relevante é sobre como esses sujeitos – objetivados pelo processo de inclusão que trabalha na lógica de que todos têm os mesmos direitos e deveres e, portanto, podem ser considerados iguais nas condições de acesso e permanência nos diversos lugares – narram os outros e a si mesmos como possuidores de características diferentes dos normais.

“Porque eu acho que devemos incluir todos, não excluir ninguém. Não passar uma página inteira de um atleta que bate recorde e que não tem nenhuma dificuldade. É bom ouvir notícia assim, mas fazer o mesmo para aquele que supera uma necessidade física, supera obstáculos e atinge também um objetivo e até, em algumas situações, quebra recordes até melhores que atletas normais que não têm nenhuma dificuldade ou necessidade especial” (A5, G1).

Esse excerto é característico das diferentes narrativas que compuseram as discussões dos grupos focais. Os alunos mostram em suas narrativas as diferenças de várias ordens que envolvem os Jogos Paraolímpicos e os seus atletas. Nesse caso, começam a falar da necessidade de todos estarem incluídos, ao mesmo tempo em que marcam as diferenças entre os competidores de uma ou outra competição. Por outro lado, continuam posicionando-se como sujeitos subjetivados pelo discurso da inclusão, devendo lutar por direitos iguais, valorização das diferenças, etc. “Tudo se passa como se cada um devesse aprender a instituir um lugar social no lugar que ele próprio ocupa” (Ó, 2009, p. 115).

Talvez seja esse o motivo que faz com que, constantemente, os sujeitos mostrem um descontentamento com a divulgação realizada pela mídia. Opõem-se categoricamente ao volume de informações, reivindicando maior apoio desses meios, pois acreditam que essa é uma forma de conseguirem patrocínio, o que melhoraria as condições de treinamento e manutenção dos atletas. Em uma das colaborações do atleta Ricardo, na terceira sessão dos grupos focais, ele expõe:

“O que acontece é que a mídia dá uma focada no momento da competição, que é normal. Mas na questão do recurso e do incentivo teria que ter o tempo todo, até pra tu poderes chegar ao campeonato e ir bem. [...] a gente jogou a Paraolimpíada em setembro, mas começou a treinar em fevereiro. Todo mês o time se reunia e treinava numa base de dez dias por mês juntos. Só que nesses encontros aí, muitas vezes, a gente teve dificuldade de recursos. [...] A gente foi campeão mais por superação, porque o time era bom, mas, pela questão do incentivo, se o Brasil não fosse campeão, eles não podiam nem reclamar, porque foi bem abaixo do que a gente esperava. Pelo que o time estava produzindo nos últimos anos, a gente precisava mais, merecia mais” (RICARDO, G3).

Ao mesmo tempo, esses sujeitos reduplicam as expressões historicamente constituídas que nomeiam com características “especiais” os atletas com deficiência e, desse modo, agem apoiando aquilo a que primeiramente se opuseram. O que percebo nessas duas relações são operações de governo agindo sobre esses sujeitos de diferentes formas: enquanto são impulsionados a reivindicarem os seus direitos de estar incluídos, reforçam os discursos que os posicionam em lugar de

outros. O que ocorre é que, de uma forma ou de outra, suas ações estão dentro da racionalidade que compõe nossa sociedade.

4.3 ANORMALIDADES NARRADAS

“O problema da representação não está delimitado por uma questão de denominação/descrição da alteridade. Há, sobretudo, uma regulação e um controle do olhar que define quem são e como são os outros. Visibilidade e invisibilidade constituem, nesta época, mecanismos de produção da alteridade e atuam simultaneamente com o nomear e /ou deixar de nomear” (DUSCHATZKY; SKLIAR, 2001, p. 122-123).

“É que, para os olímpicos, os normais, a divulgação na mídia é sempre maior” (A3, G2).

Alteridade relaciona-se com a maneira pela qual vemos o outro ou como o percebemos – esse outro que não somos nós, mas que podemos nomear, conceber, inventar. As políticas de inclusão atuam na intenção de incluir o outro que já foi nomeado, especificado e narrado dessa maneira. Para essa lógica, não há relativização sobre esses outros, suas posições são fixas: são os deficientes, os sindrômicos, loucos, etc. – aqueles que a Modernidade vem inventando (VEIGANETO, 2001).

Há, então, um outro que nos é próximo, que parece ser compreensível para nós, previsível, maleável etc. E há um outro que nos é distante, que parece ser incompreensível, imprevisível, maleável. Assim entendido, o outro pode ser pensado sempre como exterioridade, como alguma coisa que eu não sou, que nós não somos. Mas há também a mesma dualidade acima apontada (outro próximo - outro radical) em termos de interioridade, quer dizer, que esses outros também podem ser eu, sermos nós (SKLIAR, 2003, p. 41).

Esse lugar determinado de quem são os outros, essa posição fixa de quem deve ser incluído, move táticas que governam os sujeitos que são constituídos por tal processo – sujeitos da inclusão –, que passam a se reconhecer dessa maneira estabelecida: são os outros. Um exemplo disso foram as narrativas dos alunos que

participaram desta pesquisa. Suas manifestações em relação a esse pertencimento ou a essa outridade que lhes é atribuída aconteceram no decorrer de todas as sessões, como tentarei mostrar a partir de agora, iniciando com o seguinte excerto:

“Mas vocês já pararam para pensar que não passam as Paraolimpíadas na TV aberta, como se tivessem vergonha de mostrar?” (A2, G1)

Uma das mais recorrentes impressões que tive enquanto os alunos produziam suas falas, reivindicando que as Paraolimpíadas fossem tratadas de forma diferente da que acontece hoje – com mais reconhecimento e mais divulgação –, foi a de que existia uma indignação por parte deles quanto ao motivo pelo qual isso acontecia. A manifestação que apresentei acima se deu logo após um aluno ter apontado as diferenças entre uma competição e outra. Em seguida, houve um período de silêncio entre os alunos, que foi interrompido por uma instigação minha. Além desse momento, outras situações no decorrer das sessões mostram que esses alunos (sujeitos da inclusão, anormais) se percebem excluídos e/ou dignos de vergonha pela sua condição. “Não basta ter uma deficiência para ser diferente. É a forma como os outros me olham, me significam e como me enredo nas tramas sociais que me faz ser o que o outro não é” (LOPES, 2007, p.29).

Tal situação, no entanto, pode ser resolvida, segundo os sujeitos da pesquisa, se as outras pessoas se acostumarem com as suas deficiências e com as suas condições de anormalidade. A fórmula para esses alunos parece simples:

Inclusão → valorização das diferenças + direitos iguais → invisibilidade da condição de anormalidade
--

Nesse aspecto, no entanto, os alunos desconhecem que as políticas de inclusão, embora pareçam estar tentando tornar invisíveis as anormalidades, continuam marcando os sujeitos de outros modos. E, sem esse entendimento, os alunos buscam mostrar soluções que viabilizariam aos Jogos Paraolímpicos e aos seus atletas – e, por conseguinte, aos demais sujeitos “anormais” – uma normalização. É representativa esta fala:

“Sim, primeiro eles (a sociedade, os normais) têm que se acostumar com a deficiência, para depois poder se acostumar com o esporte que eles (os deficientes, anormais) vão fazer” (A3, G1).

Na passagem apresentada acima, a discussão dos alunos se dá em torno de que é necessário tornar visíveis os corpos das pessoas com deficiência para que a sociedade passe a conhecê-los e vê-los com menos estranheza ou como “normais”, não como “os outros” – a sociedade deve se “acostumar” com a deficiência. De acordo com as suas opiniões, há dois motivos que fazem as Paraolimpíadas não terem um público maior. O primeiro deles é o de que a população não está habituada a ver a deficiência e, por isso, não deseja assistir-lhes, e o segundo é o de que, se a sociedade não conhece a deficiência, em consequência disso, não irá se interessar pelo esporte que foi adaptado para atender às especificidades daqueles indivíduos.

Percebo que essas falas dos alunos estão intensamente conexas à ideia da exposição das anormalidades como forma de levar/obrigar a reconhecer as diferenças e, portanto, valorizar o outro. Essas ideias norteiam o princípio da inclusão, o que mostra novamente o quanto esses indivíduos são governados por essa racionalidade. Além disso, o que alguns deles expõem é a sua “responsabilidade” por isso, afirmando que eles (os atletas com deficiência) é que devem recorrer à mídia e pedir divulgação para os esportes paraolímpicos.

“As Paraolimpíadas deviam buscar, assim, por exemplo: “olha, a gente vai fazer tal jogo”. Sempre tem um que é amigo de um que é repórter, então, bem que podiam dizer: “bah, a gente vai fazer um jogo assim, e é bacana tu vires aqui filmar”, buscar também. É legal buscar recursos, não só deixar vir, buscar recursos também é uma alternativa” (A2, G2).

“Não é só mostrar, ir lá, suar, porque muitas vezes isso não chama a atenção. Mas, se eles correrem atrás, vendo que a mídia não está vindo até eles, eles vão perceber que vai dar muito mais dinheiro, entre aspas. E, mostrando que eles têm um problema: deficiente ou não. Muitas vezes, isso vai dar mais ibope porque, vendo uma pessoa que tem algum tipo de problema físico fazendo certas coisas que muitas pessoas pensavam que não podiam, dará mais ibope” (A3, G2).

No primeiro excerto, vemos as sugestões de como as Paraolimpíadas e seus atletas deveriam agir. Para esse participante, seria uma responsabilidade deles fazer com que o público comece a reconhecer como interessantes esses jogos. Já no excerto seguinte, há uma explicação de como convencer as pessoas a lhes assistirem, segundo a qual a deficiência, a anormalidade, a outridade, devem ser a principal razão para fazer a sociedade tornar-se espectadora desses jogos. Porém, não se trata apenas de evidenciar a deficiência, pois, como está dito pelos entrevistados, o que importa é mostrar como alguém que possui um problema físico pode fazer coisas inimagináveis pela sua condição, ou seja, se superar – que é como são narrados os participantes dessas competições.

A exposição das deficiências como forma de garantir visibilidade foi debatida pelos participantes por um tempo. Os que discordaram dessas colocações fizeram-no não por pensarem que seria ruim expor a deficiência, mas por acreditarem que a sociedade não estaria interessada.

“Mas não vende, não adianta, porque ninguém se interessa por isso” (A4, G2).

“Acho que, se as pessoas quisessem ver, iriam mostrar” (A6, G2).

A forma como os sujeitos entendem que a sociedade os percebe retoma as marcas que desde a constituição das sociedades foram dirigidas aos que são considerados diferentes. Embora, atualmente, existam deslocamentos de ênfases, as diferenças que posicionam os que são vistos como outros continuam, mesmo que apareçam dentro de outra lógica.

A normalização é um processo, espécie de meta unificadora, todavia jamais franqueada por qualquer sujeito. As tabelas primeiramente ensaiadas nos espaços que tratam da deficiência ou da marginalidade vão transformar-se, na época contemporânea e em grande parte graças à acção da escola, em verdadeiras tecnologias políticas do eu (Ó, 2009, p. 112).

O governo instituído sobre esses corpos – pelos diversos segmentos sociais, inclusive e/ou principalmente pela escola – os fixou em um lugar e os fez, a

todo momento, se narrarem como pertencentes a ele. Eles são os outros, os demais são os normais. Isso foi mostrado em diversas passagens das sessões:

“[...] (Paraolímpicos) até melhores que atletas normais que não têm nenhuma dificuldade ou necessidade especial” (A5, G1).

“É que, para os olímpicos, os normais, a divulgação da mídia é sempre maior” (A6, G2).

A condição de normalidade e anormalidade associada por esses sujeitos ao afirmarem que os atletas olímpicos são os normais não considera a relativização intrínseca à norma e que o caráter de normalidade e anormalidade é sempre relacional. Ou seja, os sujeitos deixam de perceber que, dependendo do lugar a partir do qual se olha e das normas que se consideram, a posição de normal não é fixa, ao contrário, é relativa. Além disso, é necessário enfatizar que essa constituição de normal e anormal não faz parte de uma condição essencial do sujeito, mas é constituída e reforçada socialmente. Essas características de considerar esse posicionamento fixo e, ao mesmo tempo, os questionamentos sobre o desconhecimento desses esportes puderam ser percebidos em outras instâncias da conversa, quando, por exemplo, os sujeitos se referiram à escola onde estudam e aos seus colegas ditos normais.

“Ninguém aqui sabe o que é Goalball,³² fora nós. Eles olham aquelas goleiras ali paradas na parede e daí perguntam: ‘pra que é isso?’ Eles não têm ideia. [...] veem a gente jogando e dizem: “Bah, o que eles estão fazendo ali no chão pegando bola?”(A6, G2).

Como acontece na sociedade, acontece na escola. O importante é pontuar que, mesmo se tratando de uma escola inclusiva – com discursos condizentes com essa lógica –, as diferenças continuam sendo marcadas não reduzindo as

³² Esporte praticado apenas por pessoas com deficiência visual, o qual consiste em utilizar o espaço da quadra de voleibol, marcada no chão por linhas em relevo. No final de cada quadra, há duas goleiras com 9m cada uma. Este esporte é jogado com uma bola com guizos, que emite som ao ser lançada. Cada equipe é constituída por três atletas. O objetivo do jogo é lançar a bola na goleira adversária para fazer pontos e proteger a sua.

desigualdades. Aqui, faço a ressalva de que não é o caso de julgar as ações da escola numa possível intenção de que ela deveria “fazer a inclusão acontecer”, mas sim de perceber o quanto a inclusão traz consigo a exclusão e a faz aparecer, o quanto, como afirmado por autores já citados e também por mim neste trabalho, o processo deve ser visto como um ato de in/exclusão. “Inclusão e exclusão estão articuladas dentro de uma mesma matriz epistemológica, política, cultural e ideológica. Todo o espaço determinado por uma determinada ordem é delimitado e governado pela norma. Norma esta que classifica, compara, avalia, inclui e exclui” (LOPES, 2007, p.11).

Interessante, por outro lado, é ver quão proveitoso para o Estado é ter esses sujeitos clamando por serem incluídos, reivindicando reconhecimento pela sociedade e pelos seus colegas, divulgando a importância de valorizar as diferenças e falando sobre como seria positivo se todos fossem vistos do mesmo jeito e com os mesmos direitos. Na lógica do neoliberalismo, quanto mais sujeitos forem levados a reproduzir seus interesses, mais econômica será a forma de governá-los.

Nessa ótica, a escola continua sendo a reprodutora do que acontece na sociedade em que está inserida e, para o Estado neoliberal é, como expõe Veiga-Neto (2000), a instituição que pode rapidamente moldar sujeitos-clientes que, acredito, não compram apenas produtos, mas ideias. Além disso, a escola continua funcionando como o lugar privilegiado para intervenção do Estado e de políticas que visam à segurança da população (VEIGA-NETO; LOPES, 2007). Por isso, a inclusão das pessoas com deficiência na escola pode servir para vermos funcionar, mais uma vez, a relação de imanência entre escola e sociedade, pois o que acontece na sociedade é reduplicado pela escola e vice-versa.

4.5 SOCIEDADE, ESCOLA E INCLUSÃO

Na seção anterior, foi iniciada uma discussão sobre o modo como a sociedade e a escola mantêm entre si uma relação de imanência – como o que acontece na sociedade se reflete e/ou é engendrado na escola e vice-versa, ou seja, como essa é uma relação de circularidade. Nesta parte do trabalho, dedico-me a mostrar como os modos de expressar-se dos alunos pesquisados indicam a presença dessa relação. Retomo também as manifestações que expressam a forma de pensar desses sujeitos sobre mídia, sociedade, Paraolimpíadas e inclusão.

Desde o início das sessões da pesquisa, o grupo de discussão estava centrado em pensar a forma como a mídia aborda de maneira diferenciada os Jogos Olímpicos e os Paraolímpicos. Após, os sujeitos passaram a refletir sobre como esses fatos também acontecem dentro do lugar em que estão inseridos. Porém, além destas já expostas contribuições, os alunos começaram a refletir sobre como a sociedade não tem o intuito de dar visibilidade maior aos atletas paraolímpicos e a justificar o motivo desses posicionamentos.

“Porque a culpa não deve ser só da mídia. Tem uma série de fatores que envolvem isso tudo” (A5, G2).

“O que falta é incentivo da iniciativa pública e privada em botar esses atletas na vitrine” (A5, G2).

“Não podemos botar toda a culpa pro lado da mídia, porque, se houvesse um interesse maior de cada um de nós em sair atrás, em buscar, acompanhar o que está acontecendo no esporte, a partir daí a mídia iria cobrir, iria dar um destaque. Porque a mídia cobre o que o público quer ver” (A6, G2).

O que sucede aqui é que o grupo encontra uma maneira de analisar e justificar que esse outro lugar, esse lugar de anormalidade designado aos Jogos Paraolímpicos e aos seus atletas – bem como a eles mesmos –, é fruto de uma má condução social dos princípios que norteiam a inclusão. Em função de acreditarem no caráter de mudança que a inclusão pode lhes proporcionar – não nesse

excludente que serve à racionalidade do neoliberalismo –, passam a apontar as causas dessa condução errônea: falta de incentivo e apoio financeiro, tanto do Estado quanto da iniciativa privada, a não-conscientização da sociedade sobre a importância de valorizar o sucesso desses atletas com deficiência e a sua própria responsabilidade por manter uma pouca participação na busca por aquilo em que acreditam. Contudo, acho necessário refletir que escapa a esses alunos o fato de que as pessoas com deficiência, atletas ou não, já estão incluídos. Participam de competições, jogos e atividades de lazer, frequentam a escola, cinemas, bares, restaurantes, etc., o que não significa que tenham passado a ser vistos como os normais. Estão inclusos, estão sob o abrigo da norma, mas não estão no lugar de normalidade – embora haja uma busca pelo apagamento das diferenças, pela normalização e extinção de suas marcas corporais. Esses sujeitos ainda são narrados de maneira diferenciada e, portanto, marcados em suas especificidades e diferenças, que reiteram a sua condição de anormalidade.

Ao constatarem que o processo de normalização não torna os atletas paraolímpicos “normais”, os sujeitos pesquisados passam a fazer apontamentos no sentido de trazer soluções para essa questão. Eles buscam – com suas palavras e entendimentos – mostrar ações que deveriam ser feitas para que todos fossem vistos e reconhecidos do mesmo modo. Nas discussões desenvolvidas, há duas indicações que acredito merecerem uma consideração maior:

“É como uma Paraolimpíada. Por que não podem atletas deficientes e outros competirem juntos? [...] Eu não digo na mesma categoria. Eu não vou botar o Phelps a nadar ao lado do Clodoaldo. É óbvio que a vantagem vai ser ampla, só que realizar, por exemplo, em dois países ao mesmo tempo não custaria nada. Era pegar em 2012 em Londres, pegar um país ou uma cidade próxima e realizar uma Olimpíada e uma Paraolimpíada ao mesmo tempo. Teria mais visibilidade. Seria um caminho a ser seguido” (A5, G2).

“Se peca quando se constrói uma instituição só pro fulano que tem esse problema. Não, uma instituição ela deve ser adequada pra todos, independente das dificuldades, ela tem que ser adequada pra acolher a todos” (A5, G2).

A primeira fala retoma o caráter binário percebido na organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em relação aos mesmos espaços e tempos diferentes, o que foi desenvolvido no Capítulo II desta pesquisa. O pensamento desse sujeito traz

como uma das soluções para favorecer o mesmo tipo de cobertura entre as competições a manutenção dessa lógica, apenas com uma inversão: com a sugestão de realizá-las ao mesmo tempo em espaços diferentes.

A segunda sugestão vem reafirmar uma lógica de que a escola é vista como motor das mudanças sociais, reformadora das concepções de mundo de crianças e jovens, redentora das opressões e das práticas sociais injustas. De acordo com a narrativa, o erro já está presente quando são pensadas instituições que não sejam inclusivas, pois não favorecem os princípios desse discurso. Em uma instituição inclusiva, acreditam os sujeitos, seriam criadas condições que possibilitassem o apagamento das diferenças e facilitassem com que todos fossem percebidos como normais.

Há, no entanto, que se pensar que essa vontade de incluir divulgada e ampliada pelos diversos setores sociais já faz o que se propõe a realizar: coloca todos sob o abrigo da norma, mas não os torna normais, embora a busca seja pela normalização. O que acontece é que esses sujeitos já estão em um lugar, em outro lugar, no lugar de anormais.

5. CAPÍTULO V: MEDALHA DE OURO: PARAOLIMPÍADAS E INCLUSÃO

Embora este seja o capítulo que finaliza este trabalho, gostaria de reiterar que minha intenção, ao desenvolver esta Dissertação, nunca foi a de chegar a uma conclusão sobre as Paraolimpíadas ou sobre as políticas de inclusão. O que tentei, ao longo do estudo, foi imprimir outra forma de olhar para esses processos e, paralelamente, mostrar como é possível suspeitar de outras formas que nos são apresentadas como se estivessem sempre aí. Além disso, quero dizer que esta é apenas uma maneira de olhar para as Paraolimpíadas, problematizando-as, e não de julgar como elas acontecem.

Quando iniciei esta pesquisa – ainda tateando com os conceitos e com algumas ideias que pretendia discutir –, passei a ler notícias e reportagens, a navegar em *sites* que tratavam de Jogos Paraolímpicos e esportes adaptados e a estar atenta a tudo que surgia sobre esse assunto. Hoje posso afirmar que foi através dessas inúmeras leituras e pesquisas feitas que “me dei conta” daquilo que iria desencadear este trabalho. Percebi o quanto os enunciados sobre as competições eram semelhantes. A partir disso, comecei a pensar – utilizando as ferramentas foucaultianas – como esses enunciados foram engendrados em nossa sociedade e como passaram a ter significado e constituíram um discurso a respeito das Paraolimpíadas. Ao mesmo tempo, iniciei uma reflexão no sentido de querer entender, pelo menos um pouco, qual o sentido desses enunciados para sujeitos que, de um modo ou de outro, participam desses Jogos ou têm alguma conexão com eles.

Dessa maneira, fui me aproximando de meu objeto de pesquisa e passei a entender algumas coisas sobre dois pontos, os quais me levaram a um terceiro. Vejamos um de cada vez.

De posse do primeiro conjunto de materiais que compôs meu *corpus* de análise (história e formas de regulamentação dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos divulgadas em *sites* oficiais e reportagens do jornal Zero Hora sobre a última edição dos Jogos), percebi que há uma recorrência discursiva que circula sobre essas

competições. Essa recorrência, percebida através da identificação dos enunciados, mostrou-se presente nos diversos lugares: na história das Olimpíadas – desde a Grécia Antiga até as palavras do Barão de Coubertin –, na história das Paraolimpíadas – vistas como uma forma de reabilitação dos soldados mutilados –, na mídia e nas falas dos sujeitos.

Esses discursos colocam as competições olímpicas como destinadas às pessoas com um desempenho superior, as quais se “aproximam do divino”, são ditas como seres perfeitos e, às vezes, inclusive, possuem uma designação que as afasta da sua condição de seres humanos. Ao mesmo tempo, sobre as competições paraolímpicas, circula um discurso que designa seus atletas como aqueles que, mesmo com as mais impensadas condições, conseguem superar suas impossibilidades e, assim, são capazes de realizar feitos até então não esperados para as suas capacidades. Há, a partir desse discurso, uma designação de quem são os normais e de quem são os anormais.

Não obstante, essas não são as únicas diferenças percebidas nessas competições, pois, por outro lado, cada uma delas se move segundo táticas e estratégias diversas. As Olimpíadas vendem as últimas tecnologias de roupas e equipamentos, colocam em destaque o país sede e suas conquistas atuais, fomentam o desenvolvimento de uma região e servem para mostrar o “congraçamento dos povos”, destacando como todos, apesar das diferenças étnicas e econômicas, estão “aptos a competir” (ainda que o quadro de medalhas mostre as diferenças gritantes sob essa aparente democracia esportiva). Já as Paraolimpíadas propõem-se a mostrar o poder humano de superar limites, indicam que o esforço pessoal depende do mérito de cada um, vendem produtos específicos para essa população e divulgam os direitos e as capacidades relativas das pessoas com deficiência. Porém, percebe-se que, embora a atuação de cada uma delas seja realizada através de estratégias diferenciadas, ambas trabalham na lógica do neoliberalismo – racionalidade centrada no consumo e na competição, em que a liberdade maximizada é condição para sua sujeição (VEIGA-NETO, 2000; SARAIVA; VEIGA-NETO, 2009).

Meu segundo entendimento foi o de que, ao analisar esse discurso, percebo que ele age sobre os sujeitos numa operação que governa os corpos, localizando-os e designando-os em posições sociais diversas. É uma forma de governo que

age incluindo-os e excluindo-os simultaneamente. Essa minha observação foi confirmada quando fui a campo pesquisar os sujeitos que participam ou que, de certa maneira, estão envolvidos com as competições. Conversar com eles nos grupos focais fez-me perceber o quanto esse governo atua de diversas formas sobre esses indivíduos: ora fazendo-os reproduzir o discurso circulante, ora fazendo com que se percebam como pessoas com deficiência e anormais que reivindicam condições de igualdade e mesmos direitos. Também é notável o quanto esses sujeitos governados pelos diversos discursos, por vezes, não percebem outras vontades agindo e responsabilizam-se pela sua posição de “anormais”, ou seja, tendem a procurar qual é a sua parcela de culpa e responsabilidade por isso tudo.

Assim, a partir desses entendimentos iniciais, passei a refletir de uma terceira forma: consegui compreender como esse discurso que foi constituído na história dessas competições e a forma como ele atinge os sujeitos fazem parte das políticas de inclusão da governamentalidade neoliberal que vivenciamos. Entendo que as Paraolimpíadas são uma estratégia utilizada para trazer os indivíduos para essa lógica, que pretende atingir a todos, pois há a necessidade de que os sujeitos se percebam com as mesmas condições de atuar e consumir, bem como que tenham desejo de permanecer nesse jogo. As Paraolimpíadas fazem parte da lógica do mercado, visto que os atletas que participam dessas competições estão em sintonia com as questões que têm valor atualmente: consomem diversos artefatos – como bolas, uniformes, cadeiras especiais –, vendem jornais, conseguem patrocínio, ocupam um espaço na mídia, etc. e se sentem inclusos, pois têm a possibilidade de “jogar o jogo neoliberal”. “Inclusão na contemporaneidade passou a ser uma das formas que os Estados, em um mundo globalizado, encontraram para manter o controle da informação e da economia” (LOPES, 2009b, p. 129).

Todavia, o que acredito ser o mais importante é perceber que esses sujeitos que foram subjetivados pela lógica neoliberal são incluídos, mas não são tomados como normais. Ainda que sejam atletas, possuem outro tratamento. Para eles, ainda são destinados lugares e posições sociais diferenciadas ou de menor valor, como analisado em diversas passagens deste trabalho. Por isso, esse fervor a respeito da inclusão que acontece hoje deve ser sempre colocado sob suspeita. Não são poucas as formas pelas quais a vontade de incluir ainda carrega consigo diversas

maneiras de excluir. Meu intuito aqui foi o de pensar e mostrar alguns exemplos dessa in/exclusão.

Acredito que seja necessário novamente esclarecer que não sou contra o processo de inclusão das pessoas com deficiência ou contra as Paraolimpíadas. Se a questão fosse apenas emitir minha opinião (sem considerar as leituras e análises já feitas), como professora de Educação Física, diria que essa competição é extremamente válida para as pessoas que possuem deficiência, pois, além de possibilitar o acesso às atividades e exercícios físicos, também colabora para que sejam pensadas melhores condições de vida para esses sujeitos: são pensadas formas de acessibilidade, são criadas cadeiras de rodas e próteses mais adequadas, elaboram-se materiais em Braille, investe-se em cursos de Libras, etc. Porém, o que acontece é que não posso desconsiderar as leituras e análises realizadas até aqui e, assim, vejo funcionando, nos processos que “garantem” melhores condições de vida para as pessoas com deficiência, a lógica insidiosa e totalizante da governamentalidade neoliberal.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Trad. Mauro Gama e Claudia Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. A invenção do eu infantil: dispositivos pedagógicos em ação. In: **Revista Brasileira de Educação** nº 21. Campinas: Editores Associados/ANPEd, Set/Out/Nov/Dez, 2002, p.17–39.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. **Infância e Maquinarias**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CARDOSO, Maurício. **Os arquivos das olimpíadas**. São Paulo: Panda, 2000.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CONTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL <<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>>. Acesso em 02 de novembro de 2009.

COUTINHO, Karyne Dias. **A Emergência da Psicopedagogia no Brasil**. Tese (Doutorado em Educação) – UFRGS, Porto Alegre, 2008.

COSTA, Marisa Vorraber. Sujeitos e subjetividades nas tramas da linguagem e da cultura. In: CANDAU, Vera Maria (Org.) **Cultura, linguagem e subjetividade no ensinar e aprender**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p. 29- 46.

COSTA, Marisa Vorraber. Cartografando a gurizada da fronteira: novas subjetividades na escola. In: VEIGA-NETO, Alfredo; ALBUQUERQUE Jr., Durval; SOUSA FILHO, Alípio (Orgs.). **Cartografias de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 269- 294.

COSTA, Sylvio de Sousa Gadelha. Governamentalidade neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 171- 186, mai./ago. 2009.

Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, Tailândia, UNESCO, 1990.

Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca, Espanha, UNESCO, 1994.

DURÁNTEZ, Conrado. **Pierre de Coubertin y la filosofía del olimpismo**. Barcelona: Comitê Olímpico Espanhol, 1994.

DUSCHATZKY, Silvia; SKLIAR, Carlos. O nome dos outros: narrando a alteridade na cultura e na educação. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (orgs.). **Habitantes de Babel**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 119- 138.

ENCYCLOPAEDIA Britannica. Chicago: Willian Benton, 1970 (vol.9).

ENCYCLOPAEDIA Britannica. Chicago: Willian Benton, 1970. (vol. 16).

EWALD, François. **Foucault, a norma e o direito**. Lisboa: Vega, 1993.

FISCHER, Rosa Bueno. **Mídia e Educação da Mulher**: Uma discussão teórica sobre modos de anunciar o feminino na TV. In: Estudos Feministas, 2001, p. 587-599. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8642.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2009.

FISCHER, Rosa Bueno. Problematizações sobre o exercício de ver: mídia e pesquisa em educação. In: **Revista Brasileira de Educação**, nº 20. Campinas: Editores Associados/ANPEd, maio/junho/julgo/agosto, 2002a, p.83 – 94.

FISCHER, Rosa Bueno. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.28, n. 1, 2002b, p. 151-162.

FISCHER, Rosa Bueno. Na companhia de Foucault, multiplicar acontecimentos. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, V.29, n.1, jan./jun., 2004, p. 215- 227.

FONSECA, Marcio Alves. A preocupação com o sujeito e o poder. In: FONSECA, Marcio Alves. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; RABINOW, Hubert. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. **Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FOUCAULT. Michel. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

FOUCAULT. Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 33.ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 16.ed. São Paulo: Loyola, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008c.

GALLO, Silvio. **Uma apresentação: diferenças e educação, governo e resistência**. In: LOPES, Maura Corcini; HATTGE, Morgana Domênica. **Inclusão Escolar: conjunto de práticas que governam**. Belo Horizonte, Autêntica, 2009, p. 7-12.

GATTI, Bernadete Angelina. Grupo Focal na Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas. **Série pesquisa em Educação**, v.10. Brasília, 2005.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. São Paulo: EDUSC, 2001.

LARROSA, Jorge. Os Paradoxos da Autoconsciência. In: LARROSA, Jorge. **Pedagogia Profana: danças, piruetas e mascaradas**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 21-43.

LAVERGNE, Rémi Fernand. **A vontade de incluir: Regime de verdade, recomposição das práticas e estratégias de apropriação a partir de um dispositivo de inclusão escolar em Fortaleza**. Tese. (Doutorado em Educação). – UFC, Ceará, 2009.

LAZZARATO, Maurizio. **As revoluções do capitalismo**. Rio e Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LDB – Lei 4024 de 1961. <<http://jusbrasil.com.br/legislação/108164/lei-de-diretrizes-e-base-de-1961-lei-4024-61>> Acesso em 02 de novembro de 2009.

LDBEN – Lei 9.394 de 1996. <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbnn1.pdf> Acesso em 02 de novembro de 2009.

LOPES, Maura Corcini. A Inclusão como ficção moderna. **Pedagogia: a revista do curso**. São Miguel do Oeste: Unoesc, v. 3, n. 6, 2004, p. 7-20.

LOPES, Maura Corcini. Inclusão escolar, currículo, diferença e identidade. In: LOPES, Maura Corcini; DAL'IGNA, Maria Claudia (orgs.). **In/Exclusão nas tramas da escola**. Canoas: Ulbra, 2007, p. 11- 33.

LOPES, Maura Corcini. Políticas de Inclusão e Governamentalidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 153- 170, mai./ago. 2009a.

LOPES, Maura Corcini. Inclusão como prática política de governamentalidade. In: LOPES, Maura Corcini; HATTGE, Morgana Domênica. **Inclusão Escolar: conjunto de práticas que governam**. Belo Horizonte, Autêntica, 2009b, p. 107- 130.

MORAES, Antonio Luiz de. **Disciplina e controle na escola; do aluno dócil ao aluno flexível**. Dissertação. (Mestrado em Educação). – ULBRA, Canoas, 2008.

Ó, Jorge Ramos do. A governamentalidade e a história da escola moderna: outras conexões investigativas. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 97-118, mai./ago. 2009.

ROOS, Ana Paula. Sobre a (in) governabilidade da diferença. In: LOPES, Maura Corcini; HATTGE, Morgana Domênica. **Inclusão Escolar: conjunto de práticas que governam**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 13- 31.

SARAIVA, Karla; VEIGA-NETO, Alfredo. Modernidade líquida, capitalismo cognitivo e educação contemporânea. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 187- 202, mai./ago. 2009.

SKLIAR, Carlos. A educação e a pergunta pelos Outros: diferença, alteridade, diversidade e os outros “outros”. **Ponto de Vista**. Florianópolis, n.05, p. 37-49, 2003.

TARDE, Gabriel. **A opinião e as massas**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VEIGA-NETO, Alfredo. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. In: BRANCO, Guilherme Castelo; PORTOCARRERO, Vera (Orgs.). **Retratos de Foucault**. Rio de Janeiro: Nau, 2000, p. 179- 217.

VEIGA-NETO, Alfredo. Incluir para excluir. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (org.). **Habitantes de Babel**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p.105- 118.

VEIGA-NETO, Alfredo. Coisas do governo... In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. Lacerda; VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 13-34.

VEIGA-NETO, Alfredo. Pensar a escola como uma instituição que pelo menos garanta a manutenção das conquistas fundamentais da modernidade. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). **A escola tem futuro?** Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

VEIGA-NETO, Alfredo. Dominação, violência, poder e educação escolar em tempos de Império. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p.13-38.

VEIGA-NETO, Alfredo. Olhares... In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). **Caminhos Investigativos I: novos olhares na pesquisa em educação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007a. p. 23-38.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007b.

VEIGA-NETO, Alfredo. Crise da modernidade e inovações curriculares: da disciplina para o controle. In: PERES, Eliane et. al. (orgs.). **Trajetórias e processos de**

ensinar e de aprender: sujeitos, currículos e culturas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 35-38.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Inclusão e governamentalidade. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, set./dez. 2007, p. 947- 963.

ZERO HORA. Porto Alegre, n. 15684, 15685, 15686, 15687, 15688, 15689, 15690, 15691, 15692, 15693, 15694, 15695, 15696, 15697, 15698, 15699, 15700, agosto de 2008.

ZERO HORA. Porto Alegre, n. 15713, 15714, 15715, 15716, 15717, 15718, 15719, 15720, 15721, 15722, 15723, 15724, setembro de 2008.

ANEXOS

TRANSCRIÇÃO DO GRUPO FOCAL

SESSÃO: 1

DATA: 10/09/2009

LOCAL: INSTITUTO SANTA LUZIA – PORTO ALEGRE

PARTICIPANTES: ALUNOS 1, 2, 3, 4, 5 E 6.

MEDIADOR: ROSELI BELMONTE MACHADO

M: Boa tarde a todos. Como eu já falei para vocês, o objetivo desta pesquisa é saber a opinião de vocês a respeito dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. Hoje, estamos na sala com seis alunos, os quais foram numerados para terem suas identidades preservadas. Nós vamos fazer uma conversa bem informal, em que cada um vai colocar a sua opinião de acordo com aquilo que acha que é importante falar: ah... acho que é importante falar. Acredito que a gente poderia começar com vocês falando o que lembram das Olimpíadas e das Paraolimpíadas – que aconteceram no ano passado na China, em 2008. (Silêncio do grupo). Alguém lembra alguma coisa? Alguém chegou a ouvir? Chegou a assistir?

A5: Posso começar?

M: Pode.

A5: Bom, as Olimpíadas do ano passado foram nos dias 08 do 08 até o dia 24 do mesmo mês. Foi uma festa bonita. Os chineses souberam organizar bem, souberam receber mais de 10.000 atletas e mais de 200 países. Foi uma festa bonita. As Paraolimpíadas não deixam de ser diferentes, mas as Paraolimpíadas elas não têm uma cobertura assim tão ampla da mídia como a Olimpíada. Ah, a Olimpíada já tem todas as televisões abertas e fechadas mostram a abertura. Interrompem a programação para mostrar os finais de provas e, nas Paraolimpíadas, já não é assim que funciona. Divulgam os resultados nos telejornais e não tem aquela cobertura ampla da TV aberta, a não ser da TV fechada e, aqui no Brasil, poucos têm acesso à TV fechada, agora é que vem aumentando o número que, com algumas facilidades, as pessoas estão conseguindo acessar mais a TV fechada, seja pela Internet, ou

seja, via assinatura. Mas as Paraolimpíadas não têm uma cobertura ampla, assim como têm as Olimpíadas, mas não deixa de ser uma festa bonita, não deixa de ser uma demonstração de bravura, de superação de obstáculos. São dois eventos grandiosos que ocorrem de quatro em quatro anos.

M: Quem mais se lembra desses Jogos? O que lembram quando nós falamos Olimpíadas e Paraolimpíadas? O que vem na cabeça de vocês? Do que vocês recordam? Do que vocês lembram?

A6: Ah, ele falou tudo. Tipo: a cobertura da mídia é diferente na Olimpíada e na Paraolimpíada. As Olimpíadas passam em todos os canais e em outras coisas, as Paraolimpíadas não. Mas os dois são legais e, assim, deviam passar os dois iguais, ou menos ou mais pros dois. Entendeu? Não...

A3: Mas vocês já pararam para pensar que não passam as Paraolimpíadas na TV aberta como se tivessem vergonha de mostrar as Paraolimpíadas?

(Silêncio do grupo).

A5: Eu acho que as Paraolimpíadas deviam ter um foco maior ou semelhante ao das Olimpíadas, porque a Paraolimpíada é onde mostram pessoas portadoras de necessidades especiais e que ali dão um show de superação, como a prova a que eu consegui assistir num canal fechado, de um nadador mexicano que bateu um recorde mundial no nado costas, e isso que ele não tinha os braços. E voava dentro da piscina. Isso é um exemplo pro mundo. Nosso ex-colega aqui, o Ricardo, que venceu as Olimpíadas. Eu acho que devia ter um foco parecido ou até melhor, porque ali se vê um show de superação, de determinação.

A3: Sim, primeiro eles têm que se acostumar com a deficiência para depois poder se acostumar com o esporte que eles vão fazer.

A5: Perfeitamente.

M: Eu tenho em mãos algumas reportagens que saíram na ZH³³ e, partir delas, vou trazer algumas informações para vocês³⁴. A reportagem do dia oito de agosto de

³³ Jornal Zero Hora.

³⁴ Distribuição das manchetes (parte escrita) em Braille.

2008, que é o início das Olimpíadas, ela traz em sua reportagem de capa, reportagem maior da ZH e que toma conta quase da capa inteira do jornal diz assim: “O Palco do Mundo, o olhar de mais de 2 bilhões de pessoas converge para Pequim. Para abrir as Olimpíadas em um instante abençoado pelo algarismo oito na mística chinesa, os organizadores prometem um mega espetáculo hoje.” Essa reportagem, ela toma conta da capa inteira da ZH. Bom, continuando: vocês lembram qual foi o dia em que começaram as Paraolimpíadas?

A5: Foi... Logo após o término das Olimpíadas, acho que foi bem ali no final de agosto... Início de setembro.

M: Vocês lembram a data?

A5: Foi um intervalo de uma semana, se eu não me engano, deve ter sido ali pelo dia 30, 31 do mesmo mês... (pausa).

M: Foi no dia seis de setembro.

A1: Seis?

A5: Uhuh, quase...

M: Quase, quase... Bom, nesse dia seis de setembro tem a reportagem de capa da ZH, que diz o seguinte: “Neve na ante-sala da primavera, queda de flocos em Pinheiro Machado e outros municípios surpreende e diverte o Pampa a 17 dias do fim do inverno”. O que está divulgado aí?

A6: Nada.

A4: Sobre as Paraolimpíadas, nada, e, se for fazer uma comparação com a Olimpíada, foi totalmente deixada de lado? Não... Aí tu percebes explicitamente que não tem aquele foco...

A6: É excluído, no caso, assim: a Olimpíada apareceu, deu mais de duas horas a reportagem na Globo – que é a melhor daqui –, e a Paraolimpíada não deu nada. Aparecia bem pouquinho coisa, e na Internet também, que podia passar todas as coisas, não apareceu, ainda por cima.

A3: E falam de racismo, que racismo dá cadeia, porque isso, porque aquilo, e não divulgam do mesmo modo que tem que divulgar

(Pausa)

M: Eu vou fazer outra pergunta para vocês e eu quero que vocês pensem primeiro e então respondam: quem é o ídolo esportivo de vocês? Ídolo do esporte. Eu, por exemplo, tenho alguns ídolos esportivos.

A2: Ronaldo.

(risos de todos)

M: O que foi?

A5: O Ronaldo... (Risos).

A1: Pra mim, é o Nilmar... (Risos)

A3: Meu ídolo esportivo, ai, ai, ai, (risos). O Cristiano Ronaldo de Portugal (risos de todos). É que esse é o ídolo de toda garota. Certo? Deixa eu pensar, bom e o Kaká.

M: Nossa aluna número 2:

A2: O meu é o Cristiano Ronaldo.

(Pausa)

M: Apenas esse?

A2: Sim.

M: Vamos lá, nosso aluno 5.

A5: Bom, eu acompanho o esporte desde 95, e ídolos, para mim, eu não citaria apenas um. Acho que, no meio esportivo, eu teria um conjunto de ídolos, eu citaria: o Romário, que jogou muito, o Zidane, o Ronaldo.

A3: O Pelé.

A5: E ídolo, assim, que é um exemplo de superação é um nadador, que, se eu não me engano, é Clodoaldo Silva o nome dele. Eu acho que ele é, como atleta e como pessoa, um exemplo para todos. Esses são os meus ídolos no esporte.

M : Nosso aluno 6.

A6: Meu ídolo no esporte, e não é por causa do Inter nem nada, é o Guiñazu. Porque ele faz tudo que ninguém faz, ele faz de tudo, ele está em todo lugar, ele não desiste. Tipo, mesmo se o time está tomando quatro ou cinco a zero, ele vai lá e organiza tudo. Ele corre e nunca cansa, pior, acho que tem quatro pulmões, sei lá.

M: Tem um estímulo?

A6: É. Até tem uma coisa que ele disse: “eu amo o esporte”. E daí ele faz pelo esporte, ele ganha para estar fazendo aquilo e faz o máximo dele. Dá pra ver que é o máximo dele. Ele dá sempre o máximo, nunca dá menos que o máximo.

M: Nosso aluno número 1.

A1: Para mim, meus ídolos foram aqueles que fizeram história no passado.

M: Por exemplo?

A1: Por exemplo, o Falcão, do Inter, o Claudiomiro, do Inter, o Taffarel. Apenas os antigos.

M: Nosso aluno 4?

A4: Bom, os meus ídolos esportivos são o Nilmar, Ronaldo também, o Claudiomiro, também o Taffarel.

M: Todos ligados ao futebol?

A4: Sim.

M: Bom, a maioria aqui tem ídolos ligados ao futebol, não é, gente?

A2: Isso.

A1: É.

M: Pelo menos foi o que a maioria relatou.

A5: Tem o Guga também, campeão de Roland Garros. O Senna, que eu vi correr.

A1: Tem o jamaicano aquele.

M: Qual?

A5: Usain Bout e Asafa Powell.

M: Vocês viram o último recorde dele?

A6: Ele chega descansado...

A5: Eu tenho dúvidas quanto ao preparo dele, eu não sei não.

M: Em relação a anabolizantes? Isso?

A5: É, dizem que, na Europa, principalmente os russos desenvolvem medicamentos que não são pegos no antidoping, então não sei não, ficam dúvidas no ar.

A6: E outra, ele corre chamando os outros.

A1: O Phelps.

A5: O Phelps foi um espetáculo. Mas aí teve aquele episódio dele fumando maconha, e, já no campeonato mundial de natação que teve agora na Itália, ele já rendeu bem menos. Não sei se ele está com o emocional abalado ou o que foi, mas ele rendeu bem menos.

A1: O que marcou também foi a seleção das mulheres, a da Marta lá.

M: Futebol feminino?

A1: É, é a seleção.

M: Sim, a seleção.

A5: Elas vão jogar no Santos agora, a Marta e a Cristiane. Vai ser pela Taça Libertadores de futebol feminino.

A1: Tem também o vôlei.

A5: Meu ídolo no vôlei é o Giba. Também tem o Serginho, que é um baita líbero.

A1: O Bernardinho, “tá louco”.

A5: O melhor técnico de vôlei que eu já vi na atualidade.

A3: Outra coisa, por que o futebol feminino, assim, só aparece na hora das Olimpíadas? Em vez de aparecer toda hora, que nem o masculino?

M: Isso é outra questão também. O que tu queres dizer com isso? Que ele tem pouca visibilidade?

A3: E tem mulher ali que joga duas vezes mais do que homem que eu vejo jogando bola.

M: A Marta é eleita há quanto tempo já a melhor do mundo?

A3: Pois é.

A5: Terceira vez campeã consecutiva já, se não me falha a memória.

A6: E o Messi falou uma coisa que nenhuma mulher gosta de ouvir. Ele disse: “ah, eu não vejo futebol de mulher porque mulher não sabe jogar futebol”. Foi uma coisa assim. E a Marta falou pra ele que joga mais que ele (riso).

A1: É que é argentino.

(Risos de todos)

A5: É que tem uma coisa que é certo machismo.

A6: Mas faz parte do esporte.

A5: Eu espero que o futebol feminino chegue próximo ao patamar do que é o futebol masculino, porque tem muito homem aí que várias pessoas exaltam. Mas, se tu balançares uma árvore, tem muitos iguais, semelhantes ou até melhores. E o futebol feminino nos EUA e na Suécia tem uma valorização maior, tanto que a maioria das nossas atletas vai para a Europa jogar.

M: Agora, pensando assim: será que, se fosse para o horário nobre, como ontem teve Brasil e Chile, seleção masculina, será que, se fosse a seleção feminina para o horário nobre, depois da novela das oito e nas emissoras de rádio... Será que o futebol feminino seria também tão visto assim? As pessoas parariam para ver, ouvir?

A6: Depende. Seria menos. Quem gosta de futebol iria ver, porque o futebol de mulher não tem a força que tem o do homem. E não é força, é talento mesmo. Não é força, porque ela não faz lá o que o Edinho faz de bater. É apenas o futebol jogado.

A3: Mulher tem mais habilidade do que agressividade?

A5: É que o futebol masculino virou uma indústria, ele não é mais lazer de fim de semana, de uma quarta-feira à noite, onde seus clubes...

A3: É para vender seu pão.

A5: É uma indústria, e o futebol feminino não é assim. Tanto que são poucos clubes aqui no Brasil que têm times de futebol feminino, e eu daria até uma dica para os empresários da bola começarem a investir no futebol feminino, porque tem meninas que jogam muito bem. Elas são até melhores que homens, e é um campo a ser explorado.

M: Isso se parece um pouco com aquilo que vocês falaram da questão da visibilidade das Paraolimpíadas, é mais ou menos a mesma questão. Será que as pessoas parariam para ver...

A6: Mas a Band vai passar todos os jogos da Taça Libertadores feminina. Eles estão fazendo uma campanha para serem vistos da mesma maneira e eles não fizeram isso nas Paraolimpíadas. Apenas para as mulheres porque eles ganham dinheiro, e não é porque eles querem, claro que não.

M: A Band está fazendo uma campanha?

A6: Isso, pro futebol ser mais visto. Por isso que eles trouxeram a Libertadores para São Paulo e a Band vai televisionar todos os jogos pra TV aberta, para todo o Brasil. Mas, nas Paraolimpíadas, não teve isso porque eles não iriam ganhar dinheiro em cima. Mas também não sei se vão ganhar em cima do futebol feminino, ele é pouco visto.

A5: Agora não podemos esquecer que Globo e Band são mais ou menos parceiras que dividem o direito do Campeonato Brasileiro. A Globo adquiriu a Liga dos Campeões e possivelmente vai repassar à Band, e a Band tomou peito de passar essa Libertadores de mulheres porque, tendo em vista que a Globo não tomou muito

interesse e passou a bola pro grupo Bandeirantes. A Globo faz tipo uma peneira, e o que der lucro fica ali. Agora, as Olimpíadas de 2012 e a copa de 2014, elas vão dividir os lucros.

M: Falando dessas diferenças... A impressão da ZH tem, normalmente, cerca de 50 e poucas páginas, isso na média. Nas Olimpíadas, do dia 08 ao dia 24 de agosto, além dessas páginas, foi criado um jornal dentro da ZH que se chamava Jornal de Pequim. Esse Jornal, diariamente, trouxe mais de 10 páginas, dependendo do dia, falando das Olimpíadas. E, como será que se chamou o Jornal das Paraolimpíadas?

A3: Na minha opinião, não teve, porque eu assino ZH e só ficava uma notícia ali no cantinho da página dos esportes e falavam: “tal atleta paraolímpico ganhou tal medalha”. E era isso. Uma notícia desse tamanho assim (aluna faz um gesto de tamanho pequeno com o dedo).

A5: E colocam tal atleta quando ele já tem um reconhecimento. Se é um desconhecido, nem vai, nem é citado. Eu sabia notícia das Paraolimpíadas porque o Jornal Nacional reservava um espacinho, fazia um comentário. E tanto é que o Brasil foi muito bem nas Paraolimpíadas, né, o dobro... Conquistou 47 medalhas, se eu não me engano, e, delas, 16 foram de ouro.

A2: No Globo Esporte, ou era bem no início, ou no final e bem pouquinho. No Jornal Nacional, tinha só um pouquinho no final.

M: O que vocês lembram que era narrado sobre um atleta olímpico e um paraolímpico? (Silêncio). Eu vou ler para vocês duas reportagens que saíram na ZH sobre um atleta olímpico e um paraolímpico, ambos são da natação. A primeira é do Phelps, quando ele começou a bater seus recordes:

Phelps bate o primeiro recorde em Pequim

Com a expectativa de conquistar até oito medalhas de ouro nos Jogos de Pequim – tornando-se o nadador com o maior número de vitórias em uma única edição olímpica –, o nadador norte-americano Michael Phelps, 23 anos, já começou arrasando nas piscinas chinesas. Na manhã de sábado, ele ficou em primeiro lugar nas eliminatórias dos 400m medley quebrando o recorde olímpico: Phelps cravou a marca de 4min7s82. O melhor tempo anterior em olimpíadas pertencia ao próprio Phelps – que nos Jogos de Atenas, em 2004, havia nadado a prova em 4min8s26. É dele também o recorde mundial dos 400m medley, com 4min05s25.

(ZH, 10/08/2008, pág. 10, Jornal de Pequim).

Bom, agora vou ler a reportagem de outro nadador, agora gaúcho, que competiu nas Paraolimpíadas. A reportagem diz o seguinte:

Dois gaúchos em Pequim

Superar limites é com eles mesmos. Feiten ficou tetraplégico depois de sofrer um acidente em 29 de abril de 2002, quando voltava da faculdade, em Canoas [...]. Ricardinho perdeu a visão aos oito anos – recebeu o diagnóstico de deslocamento da retina quando morava em Osório, no Litoral Norte.

Até aí, improvável pensar que estes dois jovens seriam grandes esportistas. Pois foi nessa hora que o esporte entrou na vida do nadador e do jogador de futebol.

– Fiz do limão uma limonada. A cadeira de rodas não tem que ser uma limitação – ensina Feiten, estudante do 6º semestre de Psicologia que, nas horas vagas, ministra palestras nas quais relata sua história de vida.

Feiten foi além de todas as expectativas médicas [...]. Hoje empurra a própria cadeira de rodas, consegue dirigir e é o 11º no ranking brasileiro de natação na categoria geral [...].

(ZH, 06/09/2008, p.51)

Qual é a diferença de uma reportagem para outra?

A5: O foco da reportagem.

A2: Ou seja, na primeira reportagem, se focou apenas o Phelps e a possibilidade de o atleta olímpico conquistar o maior número de medalhas numa só edição. E, na segunda, já se colocaram dois atletas no mesmo bolo, dois na mesma linhagem.

A3: Naquele contexto básico, desde quando ficou tetraplégico ou perdeu a visão até quando começou a competir.

A6: Focaram apenas os problemas deles.

A1: Começaram falando da deficiência deles.

A5: Aqui no Brasil, em 2007, que teve os Jogos Panamericanos e depois teve o Parapan, eu acho que a mídia brasileira deveria ter virado o jogo. Ter dado aquela atenção especial ao Parapan, como deu ao Pan, porque o Rio de Janeiro, candidato a sede das Olimpíadas em 2016... Tinha o Maracanazinho, as obras que foram feitas lá no Rio. Foi um Pan legal, bonito, e teve uma ampla cobertura, passavam jogos e provas. Já o Parapan não teve isso. Acho que ali o Brasil e propriamente o RJ deveriam ter se valido do Parapan e divulgar pro mundo inteiro. Talvez o Rio ganhasse mais prestígio em relação a Milão, Chicago e Tóquio.

M: Que são os seus concorrentes.

A5: É.

M: Então, o que o colega falou é que isso não acontece apenas nas Olimpíadas e Paraolimpíadas – que são eventos mundiais –, mas no Panamericano e no Parapan. E, outra coisa, sobre o campeonato de Goalball que vai ter agora no Rio de Janeiro, como vocês sabem o que está acontecendo?

A3: Sabe se tiver contato com um dos jogadores.

A1: Se não, ninguém sabe, ninguém viu.

M: E aqui, dentro da Escola, quando vocês estão participando de uma modalidade esportiva, isso acontece? Também é assim? Como acontece?

A3: Ninguém aqui sabe o que é Goalball fora nós. Eles veem aquelas goleiras ali, paradas na parede, e daí perguntam...

A2: Pra que é isso?

A3: Eles não têm ideia. Daí, quando eles aparecem aí na quarta-feira de tarde pra fazer trabalho na biblioteca e, por exemplo, veem a gente jogando, dizem: “Bah, o que eles estão fazendo ali no chão pegando bola?”

M: É um desconhecimento de um esporte que acontece aqui dentro da escola. Bom, alguém mais gostaria de fazer algum comentário?

A5: Eu acho que o esporte, ele é bom. Ele ensina, educa, e eu só queria que as empresas, sejam elas públicas ou privadas, mídia e outras empresas comerciais também patrocinassem o esporte, incentivassem o esporte, independente se o atleta tem ou não alguma deficiência, alguma necessidade especial. Porque eu acho que devemos incluir todos, não excluir ninguém. Não passar uma página inteira de um atleta que bate recordes e que não tem nenhuma dificuldade. É bom ouvir notícia assim, mas fazer o mesmo para aquele que supera uma necessidade física, supera obstáculos e atinge também objetivo e até, em algumas situações, quebra recordes até melhores que atletas normais que não têm nenhuma dificuldade ou necessidade especial. Acho que as empresas e a mídia devem olhar com mais carinho e divulgar pra sociedade Não fazer aquele jornalismo sensacionalista e manipulador que só passa a parte bonitinha, onde o feio às vezes é pintado, se tapa com uma peneira. Mostrar a realidade, seja ela no esporte ou em qualquer acontecimento social.

M: Tu falaste “que nem os atletas normais”, e os atletas Paraolímpicos seriam o quê?

A5: Os Paraolímpicos? Normais como qualquer um.

A3: A diferença vai ser que eles não têm a visão, os braços, as pernas, mas vão saber jogar do mesmo jeito, vão ter as mesmas habilidades, e por que não divulgar do mesmo jeito?

M: Mais alguma consideração? (Silêncio). Então, agradeço a vocês por hoje, e até a próxima quinta-feira.

TRANSCRIÇÃO DO GRUPO FOCAL

SESSÃO: 2

DATA: 17/09/2009

LOCAL: INSTITUTO SANTA LUZIA – PORTO ALEGRE

PARTICIPANTES: ALUNOS 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7.

MEDIADOR: ROSELI BELMONTE MACHADO

M: Boa tarde a todos. Sejam bem-vindos novamente. Bem, o que eu trouxe para nós conversarmos hoje e para passar para vocês são duas narrações bem interessantes. As duas fazem parte de um comercial feito pela Sportv, que é um canal de esportes da TV por assinatura. Esse canal, na época das Olimpíadas e das Paraolimpíadas, fez um vídeo, um comercial, que era veiculado tanto na TV quanto no rádio. Esse comercial divulgava o que a Sportv iria cobrir, qual era a cobertura que eles iriam fazer das Olimpíadas e das Paraolimpíadas, enfim. Além disso, quero retomar algumas coisas que nós conversamos na semana passada. Alguém foi para casa pensando em algo que alguém falou ou que cada um queria ter falado e de repente não falou e que gostaria de comentar hoje conosco?

A5: Acho que nosso primeiro encontro foi focado só em cima da cobertura dos meios de comunicação, mas, entrando pra dentro da questão, talvez tenham vários pontos a serem debatidos relacionando as Olimpíadas e as Paraolimpíadas. Deixando um pouco a mídia de lado e entrando a fundo no segmento da sociedade. Perguntar por que é mostrado e dado o foco a um e um foco totalmente diferente a outro. Porque a culpa não deve ser só da mídia. Tem uma série de fatores que envolvem isso tudo. É tipo uma bola de neve que envolve isso tudo, e não é só a imprensa que não mostra, têm vários aspectos que devem ser levados em conta e ser colocados na balança.

M: Quem gostaria de falar? Concorda ou discorda? Acha que tem outros fatores que levam a mídia a fazer uma cobertura diferente de um jogo para outro? De uma competição para outra? Que fatores seriam esses?

A3: De eles não procurarem (como é que eu posso dizer?) um canal. Não, vamos começar por baixo. Que eles busquem um jornal ou alguma coisa para eles mesmos serem divulgados. Não é só a mídia fazer para ganhar dinheiro, mas para eles serem mostrados como são mostradas as Olimpíadas, eles têm que buscar recursos.

M: Eles, os atletas Paraolímpicos?

A2: Isso, por exemplo. As Paraolimpíadas deviam buscar, assim, por exemplo: “olha, a gente vai fazer tal jogo”. Sempre tem um que é amigo de um que é repórter, então, bem que podiam dizer: “bah, a gente vai fazer um jogo tal. É bacana tu vires aqui filmar, buscar também”. É legal buscar recursos, não apenas deixar que eles venham. Buscar recursos também é uma alternativa.

M: O que tu defendes é que precisa de uma iniciativa dos atletas também?

A3: Também. Não é só mostrar, ir lá, suar, porque muitas vezes isso não chama a atenção. Mas, se eles correrem atrás, vendo que a mídia não está vindo pra eles, eles vão perceber que vai dar muito mais dinheiro (entre aspas) mostrando isso porque eles têm um problema deficiente ou não. Muitas vezes, vai dar mais ibope porque, vendo uma pessoa que tem algum tipo de problema físico fazendo certas coisas que muitas pessoas pensavam que não podiam, dá mais ibope.

M: Tu achas que isso é um mercado a ser explorado?

A3: Sim, pode, não tem por que não.

M: Quem mais? (silêncio) Quem mais? O que a aluna falou é que, de repente, os atletas devem também procurar que seu esporte seja divulgado? Quem concorda com ela ou discorda, acha que não é bem por aí, enfim... Acha que tem outro caminho...

A1: Na minha opinião, eu acho que pra isso aparecer na TV tem que pagar alguma coisa. Pagar um valor ali pra eles poderem mostrar, se não eles não mostram.

M: Tu dizes que a mídia tem que receber alguma coisa, é isso?

A1: Que nem desde o primeiro turno até o segundo turno do campeonato brasileiro. Passaram o jogo do Corinthians e do São Paulo, já que eles têm dinheiro pra pagar.

M: Por que é mais visto?

A1: É.

M: Vocês acham que é a mesma comparação?

A5: Eu discordo em alguns aspectos porque, primeiro, o atleta paraolímpico, ele tem uma dificuldade de patrocínio e de lugar para treinar. Isso não só o paraolímpico, o olímpico também. E, com todas essas dificuldades, ele teria ainda que buscar patrocínio publicitário para divulgar o seu nome, a sua marca. Acho que talvez não seja bem por esse campo. E referente ao que o colega falou, que no Campeonato Brasileiro tem que pagar para ser divulgado, tem outra questão que envolve, porque, para início de história, brasileiro é brasileiro, e Olimpíada é Olimpíada. O que falta é incentivo da iniciativa pública e privada em botar esses atletas na vitrine. Tem muitos atletas que são olímpicos e não são conhecidos, assim como tem muitos que são paraolímpicos que não são conhecidos e nem reconhecidos. Eu acho que não é por esse lado que, além de todas as dificuldades que o atleta tem, ele ter que sair atrás de sua publicidade. Tudo bem que a propaganda é a alma do negócio, mas tem outros aspectos que envolvem tudo isso.

A3: Eu vejo diferente. Quando tu te formas no Ensino Médio, é o emprego que te busca ou tu que buscas o emprego?

A5: É tu que buscas.

A3: E, então, por que não podem fazer por merecer e também ir buscar e mostrar que podem, sim, fazer sucesso...

A5: Há uma série de fatores comerciais que ...

A6: Não é só eles mostrarem, não é bem assim, tem que ter dinheiro, tem que vender. Não depende deles, é financeiro.

A3: Foi o que eu falei, tem sempre alguém que conhece alguém da mídia.

A6: Mas não é assim, na Paraolimpíada, eles não têm como fazer isso.

A1: Tem que pagar pra tudo.

A6: É.

A3: Mas tem que começar por baixo. Eu não estou falando de TV por assinatura, nem da TV Globo, Band ou Record. Começa por baixo. Uma página no jornal. Daí, quando os recursos começarem a vir, quando o povo começar: “bah, olha que bacana”, daí, o dinheiro vai começar a vir.

A2: Mas não vende, não adianta, porque ninguém se interessa por isso.

M: E por que ninguém se interessa por isso?

A6: Porque cada um tem seu gosto, mas acho que ninguém dá bola. Mais importante é quem é famoso, não adianta chegar do nada e ir lá.

A3: É por isso que não tem divulgação, é por esse tipo de pensamento que tu tens que as pessoas não vão curtir uma coisa diferente que não caminha esse tipo de publicidade.

A5: Então, tu achas que o Cristiano Ronaldo, o Kaká, quando começaram a carreira, eles bateram de porta em porta pra ver o seu trabalho divulgado?

A1: Com certeza não foi assim.

A3: Foi mostrando o talento deles jogando por outros times ou tu achas que eles foram direto pro Milan?

A5: Mas eles estavam num clube de maior expressão onde tinha a cobertura da imprensa esportiva e dali eles foram divulgados.

A6: É, isso aí.

A5: Não bateram de porta em porta pra dizer que jogavam bola, jogavam bem ou razoavelmente bem.

A1: O Ronaldinho gaúcho aparecia todos os dias na TV. Agora ele está menos divulgado.

A5: Qual é o esporte, o clube em que ele jogava? O Pato, por exemplo, não ia de jornal em jornal lá no Pato Branco no Paraná dizendo que ele jogava bola.

A6: Ele mostrou jogando, o que ele jogava.

A3: Mas é o que eu estou dizendo. Mostrar pro povo que aquilo ali é legal, procurando recursos também para isso ser mostrado.

M: Acho que tem outra questão que a gente deve pensar aí que é o futebol.

A6: O futebol é muito visto.

M: Futebol é uma coisa.

A5: Natação, esgrima, salto com vara é outra. Porque a Olimpíada reúne vários esportes, e uma Paraolimpíada também, então, não vamos focar só num esporte.

A6: Mas não se compara uma Copa do Mundo com uma Olimpíada.

M: Por que, o que é mais divulgado?

A4: Copa do Mundo.

A6: Porque é o futebol, e é isso que interessa para todo mundo. Lá nos EUA, é o basquete. Não adianta outro.

A3: É o basquete e o futebol americano.

M: Bom, então vamos pensar num outro esporte que não seja o futebol, vamos pensar em outro.

A2: Ginástica Olímpica.

A5: Isso. A Ginástica Olímpica começou a ganhar a visibilidade a partir de 2003, quando o Brasil começou a ter resultados excelentes.

M: Isso falando em nível de Brasil, porque a Ginástica Olímpica no mundo tem uma divulgação diferente.

A5: Sim, porque a questão é a seguinte. Agora, segunda-feira, eu estava olhando a final de tênis, e aí se comentava que os outros países não se concentram em um único esporte como o Brasil. Na Romênia, na Rússia, na Espanha, nos EUA. Os EUA, nas Olimpíadas, são quase sempre o primeiro ou segundo no quadro de medalhas porque têm uma atenção especial a todo tipo de esporte, seja na natação, na ginástica, no basquete. O basquete americano é o melhor do mundo. Aqui no Brasil, primeiro, há muitos desvios e também a falta de interesse. Diego Hipólito

agora, ultimamente, estava sem clube pra treinar e sem patrocínio. Não tem um investimento pra esse tipo de esporte. Se fosse o futebol, era diferente.

A6: Falta dinheiro, porque na Ginástica estavam reclamando porque o salário era muito baixo e que ninguém reconhecia o trabalho. Mas assim: futebol é uma coisa que todo mundo gosta, em tudo.

M: Do masculino?

A6: Tem muita mulher fazendo futebol.

M: E essa cultura do curtir uma coisa, seja o futebol, o basquete, o vôlei, um esporte olímpico ou paraolímpico. Essa coisa do que é visto agora é feita por quem?

A3: A gente só curte o que a mídia faz. Desde um tênis, uma roupa, um relógio, a gente só tem preferências porque eles mostram pra gente. A gente não pode ter opinião diferente porque não vai dar ibope.

A6: Mas é que o futebol é sempre mostrado.

A3: Eu não estou falando de futebol, estou falando no geral.

A1: Por exemplo, a corrida.

A3: É, a corrida.

A1: A Fórmula 1.

A6: Tem muita gente que vê. Dá audiência a Fórmula 1, mas eu não sei se... Tem muita gente que vê, tem gente que não vê, mas é tudo abaixo do futebol...

A3: E mais, falaram quando o cara se acidentou – o Massa. Agora eles pararam de falar, nem se o cara está bem.

M: Diminuiu.

A1: Mas, se tiver uma desgraça lá, se capotou um carro com tal famoso, os caras estão lá em cima. Agora, quando o cara está bem, acabou a falação.

M: Mas por que essa divulgação é desse jeito?

A3: Eu acho que a mídia não sabe exatamente o que a gente quer ver. Como é que elas podem conhecer todo o povo brasileiro, americano, italiano e saber o que cada um quer.

M: Eu vou retomar uma coisa que vocês falaram, que os atletas tinham que se mobilizar para ter uma divulgação de seu esporte. Vamos pensar num esporte que não tenha tanta divulgação assim e que é um esporte olímpico e paraolímpico, que é a natação. Vamos pensar em dois brasileiros: o primeiro é o Clodoaldo, que é o Paraolímpico. Todo mundo o conhece?

A5: Eu conheço.

M: Aluno 4 conhece?

A4: Conheço.

M: E os outros?

(expressão corporal negativa)

M: Ninguém mais conhece então. E o César Scielo? Conhecem ou não?

A6: Conheço.

A2: Esse sim.

A3: Também.

A5: Acho que esse, todos nós conhecemos, não tem como dizer que não...

A4: Eu conheço também.

A1: Já ouvi falar dele.

M: Se a gente pensar, a maioria aqui tinha pelo menos ouvido falar do César Scielo, que é um atleta olímpico, e a minoria, no Clodoaldo Silva, que é um atleta paraolímpico. Ambos são da natação. O que isso significa para nós? O que isso nos faz pensar? Por que conhecemos mais um do que outro?

A2: Porque o Scielo é mais destacado pela mídia.

M: Mas por quê?

A2: Porque ele ganha muitas medalhas.

M: E alguém sabe da história do Clodoaldo Silva?

A5: Acho que não me recordo, acho que ele teve uma paralisia na infância...

M: Bem, essa é a história de por que ele se tornou paraolímpico, mas sobre as medalhas, o que ele ganhou?

A5: Eu já vi várias entrevistas do Clodoaldo Silva. Ele sempre foi um atleta que teve destaque na mídia. Quando ele estava, sempre tinha uma cobertura.

M: Sempre teve uma visibilidade.

A5: Isso. Como ele buscou, não se sabe, mas sempre esteve no meio da mídia.

M: Eu vou contar um fato. Vocês sabem como acontece a classificação dos atletas nas Paraolimpíadas? Um atleta é classificado pela letra inicial daquele esporte em inglês, mais um número determinado por uma Comissão de Avaliação que classifica as capacidades de cada atleta. Esse número irá variar de acordo com a deficiência de cada atleta e com o grau dessa deficiência. Qualquer um que quer competir tem que passar por essa avaliação. O Clodoaldo estava ganhando todas as competições na categoria em que ele competia. Então, começaram a achar que ele foi classificado numa categoria errada e o reclassificaram, aumentando a sua categoria e ele passou a não ganhar todas as competições. Por isso, ele esteve por um bom tempo na mídia. E o César Scielo, quando começou a ter visibilidade?

A5: Começou a ter resultados agora, já está na luta há muito tempo, mas os resultados bons foram agora. Bons resultados no campeonato da Itália e a medalha olímpica no ano passado. E daí começou a ser divulgado, porque são campeonatos com visibilidade, importantes. Porque tem muita gente por aí que ganha e ninguém sabe que ganhou.

M: Mas eu vou tentar ver assim, esse fato de vocês e a maioria das pessoas conhecerem mais os atletas olímpicos do que os paraolímpicos, se vocês tivessem que escolher um motivo, definir. O que seria?

A5: Não podemos botar toda a culpa pro lado da mídia, porque, se houvesse um interesse maior de cada um de nós em sair atrás, em buscar, acompanhar mais o

que está acontecendo no mundo esportivo, a partir daí a mídia iria cobrir, iria dar um destaque. Porque a mídia cobre o que o público quer ver.

A3: Como é que se sabe o que o público quer ou não ver? Vai lá e faz uma passeata na frente da Globo dizendo eu quero ver Paraolimpíada.

A5: Tem uma série de aspectos, colega. O que são as Organizações Globo? Detêm jornal, revista, jornal aberto e fechado. Quem está lá dentro tem um parâmetro do que o público gosta ou não gosta de ver. Não é necessária uma passeata. Tem como chegar a saber o que as pessoas querem ver.

A2: Eu acho que tem como eles saberem.

A3: Sim, por meio de pesquisa, mas como é que tu vais fazer para querer ver as Paraolimpíadas? Como isso aparece na televisão?

A6: Acho que, se as pessoas quisessem ver, iriam mostrar.

M: Por que muita gente não quer ver?

A6: Até a Olimpíada normal não é todo mundo que senta pra ver. Todo mundo senta pra ver um esporte conhecido. Se fosse um jogo do Inter, daí todo mundo iria ver.

M: Eu vou retomar uma coisa. O 5 falou semana passada, e o 6 repetiu agora: um jogo normal ou um esporte normal. Um jogo paraolímpico, paradesportivo, não é normal?

A5: É normal.

M: Então por que a referência ao outro é a de normal?

A5: Pois é, eu acho que nós mesmos fizemos um “pré” conceito antes do conceito formal em classificar o fulano é isso e o cicrano é aquilo. Acho que todos são normais. Acho que todos estão no mesmo barco e devem remar para o mesmo lado para que não se perca.

M: E alguém discorda disso que ele falou? (Silêncio...) Se ninguém discorda, concordam com o que ele falou, que todos estão no mesmo barco, certo? Então, porque que saiu na tua fala isso se vocês pensam que todos estão no mesmo barco?

A3: Se todos estivessem na mesma barca, para que teria uma escola especializada para deficientes visuais, se todos estão na mesma barca? Entende? Existe aquele tratamento especial para aquela pessoinha lá porque ela tem dificuldade.

A6: Mas isso daí não depende de Escola. Isso depende de muita coisa, do que pode se ensinar. Se todo mundo soubesse Braille, todo mundo estaria em escolas misturadas.

A3: Então não é a mesma barca. São barcas diferentes.

A6: Mas é que não vai ter prova de Braille no vestibular.

A1: Tem que estar tudo misturado.

A3: Não é questão de todo mundo ter que fazer alguma coisa pra todo mundo ter que saber aquela outra coisa. A questão é a que ele colocou: “todo mundo está na mesma barca, todo mundo tem que ser tratado do mesmo jeito, tem que saber a mesma coisa, está numa mesma situação”. Só que todo mundo é diferente, não é “todo mundo está na mesma barca”.

A6: Então não é (risos).

A5: Talvez eu não tenha colocado bem o termo. Cada um tem as suas diferenças e tem os seus gostos, mas em sociedade todos são iguais. Todos têm os mesmos direitos e os mesmos deveres, e se peca quando constrói uma escola especializada pro fulano e uma escola especializada pro cicrano. Não, não tem que ser assim. Tem que incluir a todos, em acesso e oportunidades também. Se peca quando se constrói uma instituição só para o fulano que tem esse problema. Não, uma instituição, ela deve ser adequada para todos, independente das dificuldades. Ela tem que ser adequada pra acolher a todos. Aí está uma falha porque aqui, esta Escola, pelo que eu sei, tinha apenas deficientes visuais e, de um tempo para cá, tem alunos chamados de videntes. De um lado, se acerta e, de outro, se erra. Não tem que individualizar. É como uma Paraolimpíada. Por que não podem atletas deficientes e outros competirem juntos?

M: Por que não pode?

A6: Porque é uma desvantagem. Como é que um cara que não tem uma perna vai competir com quem tem as duas?

A5: Eu não digo na mesma categoria. Eu não vou botar o Phelps a nadar do lado do Clodoaldo. É óbvio que a vantagem vai ser ampla, mas poderia ser, por exemplo, em dois países ao mesmo tempo. Não custaria nada. Pegar em 2012, em Londres, um país ou uma cidade próxima, e realizar uma Olimpíada e uma Paraolimpíada ao mesmo tempo. Teria mais visibilidade. Seria um caminho a ser seguido.

M: O que vocês acham? Retomando que a conversa foi de que uma escola tinha que incluir a todos. Um esporte, ele também pode incluir a todos?

A1: Eu acho que o que importa é o dinheiro mesmo.

A6: É, isso é certo.

A5: Estamos num sistema capitalista.

(silêncio)

M: Bem, eu vou passar os dois vídeos que eu trouxe, e depois a gente discute um pouco o que cada um está falando.

LINK: <http://www.youtube.com/watch?v=LC6y4WxDAHk>

M: Em cada dia, rolava um vídeo diferente. O que nós podemos entender com esse tipo de comentário? O que percebemos?

A6: Eles estão chamando as pessoas para assistirem às Olimpíadas e eles venderem. Não querem só divulgar o esporte.

M: Quem iniciava falando? O que ele falava?

A6: Era o próprio atleta, o...

A5: Thiago Pereira. Ele falava dos treinos, do que ele fazia, como era o seu dia a dia.

M: E a Sportv, o que disse?

A5: Que iria fazer uma ampla cobertura das Olimpíadas.

M: Vamos assistir ao outro, dos que saíam na época das Paraolimpíadas.

LINK: <http://www.youtube.com/watch?v=C1eIVx7tAFo>

M: O que esse vídeo narra? Qual é a diferença de um vídeo para o outro?

A5: Segue a mesma linha, as frases são quase as mesmas. A Sportv, sendo um canal da Globo de esporte, vai ter suas câmeras voltadas para a competição.

M: Quantos canais foram destinados para cada competição?

A2: Para as Olimpíadas, cinco e, para as Para, não disse.

A6: Mas é que é diferente, é como na TV aberta. Nas Olimpíadas, tinham os canais todos e, nas Paraolimpíadas, não tinha nada. Tinha só uma passagem no Jornal.

A3: Nas Olimpíadas, todos os canais da TV por assinatura mostravam. Já nas Paraolimpíadas, só um deles mostrava. Os outros canais passavam outros tipos de esportes. Eu tenho TV por assinatura e acompanhava isso.

A5: É que são da mesma empresa. Todos são da Globo News.

M: Mas, se passarmos para outra empresa, outra mídia, isso muda?

A3: Continua o mesmo padrão, Zero Hora.

A6: Na Band, agora apareceu o futebol feminino e é que nem as Paraolimpíadas, não é todo mundo que vê.

M: Tu percebes o futebol feminino no mesmo modelo das Paraolimpíadas?

A6: É, agora vai aparecer o futebol feminino, mas a Band nunca falou de Paraolimpíadas, nunca.

A5: E por que será que está aparecendo agora?

(silêncio)

A1: É pensado que futebol não é coisa pra mulher, é coisa mais pra homem.

A6: Eu conheço mulher que joga, sei lá.

M: Mais alguma consideração?

A4: É que os Olímpicos, os normais, a divulgação na mídia é sempre maior.

A5: O futebol feminino passou a ser divulgado porque começou a ter resultados desde as últimas duas Olimpíadas, por isso é que está aparecendo.

M: Será que o esporte paraolímpico também depende de resultados para ser divulgado?

A5: Não, daí tem a ver com um “pré” conceito que a sociedade faz do atleta paraolímpico. Se a sociedade olhasse pra ele com mais atenção, é óbvio que os outros segmentos também iriam se voltar para ele e teria a mesma divulgação que uma Olimpíada. Cabe ao interesse de cada um de nós, do público que assiste. Vamos supor que, numa Paraolimpíada, tenha a torcida organizada torcendo para esse ou aquele, levando mensagem de apoio, como se faz em estádio de futebol, e volta e meia as câmeras pegam as faixas. O público iria assistir às provas paraolímpicas em peso, porque, no momento em que começar a encher, é óbvio que a mídia vai dar atenção. Pega a média de público de natação olímpica para a Paraolímpica. Quando começar a lotar esses eventos, teremos uma atenção e divulgação maior.

M: Mais alguém? Agradeço a todos e até o nosso próximo encontro.

TRANSCRIÇÃO DO GRUPO FOCAL

SESSÃO: 3

DATA: 24/09/2009

LOCAL: INSTITUTO SANTA LUZIA – PORTO ALEGRE

PARTICIPANTES: ALUNOS 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7.

MEDIADOR: ROSELI BELMONTE MACHADO

CONVIDADO ESPECIAL: RICARDINHO (CAMPEÃO PARAOLÍMPICO DE FUTEBOL DE CINCO EM 2008)

M: Boa tarde a todos. Estamos aqui reunidos novamente para falar da questão que a gente vem discutindo sobre as Olimpíadas e as Paraolimpíadas. E hoje temos aqui conosco o Ricardo, que é atleta da seleção Paraolímpica de Futebol de Cinco e que trouxe medalha no ano passado. Vamos conversar um pouquinho com ele a respeito dessas questões que foram levantadas sobre as Paraolimpíadas e as Olimpíadas. Como será que ele se percebe sendo muitas vezes o alvo da notícia, da mídia, como é que isso ocorre? Também queremos saber um pouco da história, de como é a vida nas Paraolimpíadas. Como é a questão de sair para os treinos, enfim, como é a cobertura toda? Vamos começar com o Ricardo, pedindo que ele dê o seu parecer sobre isso, e depois a gente vai conversando. Depois fica bem livre.

R: Bom, o que eu posso falar de começo sobre a discussão é que o esporte paraolímpico e o olímpico têm uma diferença grande. Na questão da mídia, eu acho que o que pesa muito é a questão de patrocínio, porque o patrocínio, ele chama a mídia, e o esporte olímpico, ele está bem na frente do Paraolímpico na questão de patrocínio e do incentivo. Então, já começa por aí. O patrocínio, ele vai refletir na questão da estrutura do atleta, paraolímpico ou olímpico. Em geral, o olímpico tem uma estrutura melhor, tem um clube pra treinar, tem mais dinheiro investido.

M: Sabe que, na semana passada, a gente estava discutindo isso, de como é que isso funcionava, se os atletas é que iam atrás desse patrocínio ou se isso vinha.

A5: Ricardo, você ressaltou muito a questão do patrocínio dos atletas. No último encontro, nós entramos numa pequena discussão, em que uma colega participante da mesa disse que o atleta deveria ir atrás da sua própria publicidade. Eu até fiz um contraponto de que o atleta olímpico ou paraolímpico já tem muitas dificuldades e uma das maiores é o patrocínio, e seria muito difícil um atleta paraolímpico correr atrás da sua própria publicidade, do seu próprio marketing. Tu concordas com essa questão?

R: Eu acho assim, cara: correr atrás, muitos correm, mas o problema não é correr atrás, o problema é conseguir. O melhor seria que o clube que tu estás defendendo tivesse um projeto melhor para apresentar, para conseguir o patrocínio.

A5: Sim.

R: Porque uma coisa puxa a outra, o clube geralmente não tem muita estrutura. Quem tem mais é a base da seleção e tal. O que acontece é que o clube já não tem muita estrutura, deixa o atleta um pouco de lado e não consegue fazer uma divulgação legal, um projeto bom, entendeu?

A3: Sim.

R: Pelo menos o que acontece no meu time aqui é isso. A seleção já tem um pouco mais.

A5: Já tem uma visibilidade maior?

R: Não dá para se queixar, mas ainda não é o ideal. Tem muita coisa que fica devendo, e a mídia aparece apenas na hora em que tu estás no bem bom. Entendeu?

A5: Sim, é na hora em que tu estás no auge.

R: Claro, é natural. Na hora em que tu estás disputando uma final, tem vários repórteres cobrindo. É matéria disso, daquilo. Mas, no momento em que tu saíste dali e vem pro teu clube, às vezes tu estás precisando de uma estrutura, de um recurso pra treinar. Às vezes, tu estás largado, entendeu? Então, focam no momento da competição, que é normal. Mas, na questão de recurso e incentivo, teria que ter o tempo todo, até pra tu poderes chegar num campeonato desses e ir bem.

A6: Porque um atleta, ele não se faz só numa competição em si, tem toda uma trajetória, desde o clube.

R: Claro. Vou te citar um exemplo. A gente jogou a Paraolimpíada em setembro, ano passado, lá em Pequim. A gente começou a treinar em fevereiro, todo o mês o time se reunia e treinava numa base de dez dias por mês juntos. Mas, nesses encontros, muitas vezes, a gente teve dificuldade de recursos.

M: Para ir até lá também?

R: Eles conseguiam pro transporte e tal, mas apertado, sabe? Se precisasse de um negócio a mais, não tinha.

M: Isso a própria seleção?

R: Sim. O que eles pensavam? Futebol... Isso a gente debateu muito em reunião interna, sabe... “Pô, a gente ganhou o Parapan ano passado”, que tinha sido em 2007, na Grécia. “A gente foi campeão, e eles estão achando que, com esse pouco incentivo que eles estão dando para nós, vai ser o suficiente para a gente chegar lá e ganhar”.

M: Claro...

R: Tipo, eles estão achando que o time é bom, então, não vamos dar nem muita bola, vamos investir mais em quem precisa. Nós tivemos várias lesões no time, isso é complicado. Nós fomos campeões mais por superação, porque o time era bom, só que, pela questão do incentivo, se o Brasil não fosse campeão, eles não podiam nem reclamar, porque foi bem abaixo do que a gente esperava. Pelo que o time estava produzindo nos últimos anos, a gente precisava mais, merecia mais.

M: Tu estás vinculado a um time aqui hoje, Ricardo?

R: Sim, eu jogo na ACERGS (Associação de Cegos do Rio Grande do Sul) no futsal. Só que é como eu falei, a estrutura é mínima também. Pode ver. Agora, eu estou machucado, precisando tratar uma lesão, e eles não têm o mínimo. Eu estou indo pro Inter porque o Comitê Paraolímpico fez o contato e conseguiu, se não, já seria complicado.

M: E quando vocês vão para a seleção, em termos financeiros, vocês ganham no final dos jogos ou como acontece?

R: Funciona assim: tem, existem as bolsas, que são as bolsas-atleta que eles chamam. Aí, tem as nacionais e as internacionais, que é no caso de quem serviu a seleção. Daí tu jogas, vamos supor, o mundial. Aí tu tens toda a documentação de que tu jogaste, daí tu encaminhas pro Comitê Paraolímpico, que eles vão passar pro Ministério do Esporte a documentação de que tu jogaste aquele campeonato. Daí tu passas a receber como se fosse um salário por mês. Aí, conforme tu vais te mantendo na seleção, jogando os campeonatos, tu vais sempre renovando esse contrato.

M: Entendi.

R: Quem está na seleção recebe esse salário. Quem não está não recebe. Tem as bolsas nacionais, por exemplo, do campeonato brasileiro: time que ficar até terceiro colocado tem direito. Mas a lei fala bem assim: “tem direito de receber se tiver a verba”. Mas geralmente não tem, e, no momento em que não tem, não pagam.

M: Que bom!

R: Tu encaminhas toda a documentação, mas não recebe. Vem uma carta dizendo: “olha, infelizmente, não tem disponibilidade de verba”. Os atletas ficam sem receber.

M: Bem como o futebol de campo, por exemplo.

R: Aí é que está. Para a seleção ter uma base boa, os clubes têm que ter jogador bom para serem convocados. Como é que tu vais estar com os atletas em forma e bem fisicamente se eles não recebem nada dos clubes e têm que estudar e têm que trabalhar? Muitas vezes, não têm tempo nem de treinar.

M: Poderíamos comparar a um time de terceira divisão do campeonato brasileiro.

R: É jogar pelo amor à camiseta. Quem chega à seleção e se mantém tem o retorno, que é o meu caso, mas amanhã paro de receber e deu. Por isso que a seleção tem a sorte de ter um time bom e tudo, mas os clubes não têm estrutura. Se os clubes recebessem, teria muito mais jogador bom para ser convocado, porque uma coisa puxa a outra. Eu já vi muito cara bom largar a bola porque tem que estudar e tem

que trabalhar, entende? Não pode se dedicar apenas para o esporte. E o esporte, tu sabes, alto rendimentos tu tens que treinar todo dia.

M: Exatamente. Por ser de alto rendimento, tu necessitas de um treinamento, um acompanhamento diário.

R: Diário. E nos clubes não tem, então fica complicado.

M: Alguém quer fazer alguma pergunta para o Ricardo ou quer falar sobre alguma coisa, sobre o que nós conversamos na semana passada?

A5: Ricardo, a gente sabe que em Pequim, na Olimpíada, se deslocaram para capital chinesa milhares e milhares de repórteres. E aí, tu sabes que em cada final de prova, naquela zona mista ali, tinha muitos repórteres de vários países. E como é no final de uma partida Paraolímpica? A imprensa comparece? Tem aquela disputa em pegar esse, pegar aquele? Tem o mesmo tipo de movimentação? A imprensa se mobiliza no final das provas pra pegar a palavra dos atletas? Como é esse clima de pós-jogo?

R: Não, cara, isso aí tem. É uma competição tão importante que o assédio é grande. Tu estás com teu rosto mesmo na mídia, porque é um campeonato de uma importância muito grande. Na hora, quem olha de fora está vendo o time bem, tudo organizado, uma estrutura boa, tu achas que é mil maravilhas o ano inteiro e não é. Como eu falei, a mídia pega a hora boa da competição, mas é difícil tu veres a mesma TV que está lá cobrindo na hora do campeonato estar aqui agora que a gente está em baixa de campeonato importante. Ninguém faz uma matéria para chamar patrocínio e mostrar que a equipe está precisando de uma reportagem para ajudar o time. Isso daí tu não vêes, tem apenas uma que outra.

M: Sabe que nós também discutimos sobre isso, pensando se era uma questão da sociedade que gosta de ver isso – os que ganham e estão no topo – ou se era a mídia que divulgava. O que tu percebes disso?

R: Eu acho assim, a mídia vai a um campeonato desses importantes porque ela sabe que o pessoal vai se interessar. Vai, olha: “bah, é um campeonato lá em Pequim que tem a Olimpíada e a Paraolimpíada na mesma estrutura”. Porque, apesar de ser um esporte adaptado, tu usas toda a estrutura que foi usada pelos

atletas olímpicos. Daí, claro que vai chamar a atenção. Uma matéria sobre aquilo que eles sabem que vai vender jornal vai dar audiência na TV, no rádio, seja lá onde for. Mas eles pegam essas porque eles têm a certeza de que vai render. Mas, já passando um pouco pro ponto do patrocínio que a gente falou e da mídia, por que o patrocinador não se interessa muito pelo meu time daqui? Porque ele não está na mídia, porque, se estivesse, é óbvio que eles iriam querer colocar a marca deles. E por que a mídia não está muito em cima do time? Porque não tem patrocinador. Porque, inevitavelmente, a gente acha que não, a mídia vai aonde tem os patrocinadores. Eles são meio que coligados.

A6: É isso mesmo...

A5: Perfeitamente.

R: Por mais que a gente pense que não, que eles estão fazendo um trabalho social, não é isso, porque eles são manipulados pelo dinheiro e pelo patrocínio, não adianta.

A5: Por trás da audiência, tem todo um capital financeiro que os envolve.

R: Não adianta, o financeiro e o dinheiro movem tudo, entendeu? No momento em que o meu time fechasse um patrocínio forte, mas é óbvio que sairia na mídia.

A3: Como com o Banrisul, por exemplo.

R: Por exemplo. Mas eles não fecham porque eles não têm a segurança ainda que a mídia fosse cair em cima, entendeu? Não é que seja tão simples como eu falei, mas não basta pegar um time só, tinha que ser todos, porque vai reforçando a modalidade.

A5: Porque é assim, eu sou o dono de uma empresa e pego o teu time e patrocino. Aí, eu começo a aparecer na mídia, e acaba sendo divulgado através daquilo ali, e todos saímos ganhando. É assim o ciclo.

R: É. Vou te dar o exemplo do que é a força de uma marca ou de um clube. Amanhã, eu me apresento no Inter, já vai ter gente lá esperando e querendo fazer matéria. Se eu fosse tratar numa clínica fraca, ninguém iria lá. Mas olham o nome do Inter, e eles vão lá fazer.

M: E qual é a primeira coisa que eles vão perguntar ou vão querer saber?

R: Eu acho que vão perguntar como eu estou me sentindo, por que eu estou treinando ali no Inter, e eu vou falar que eu precisava de uma estrutura boa e que, no meu clube, isso eu não tinha. Além de abordar que eu já fui campeão nisso e naquilo. Mas aí é que está. Quem ouve pensa que eu ganho rios de dinheiro, porque é o futebol, mas só que é diferente.

M: Mas é que, se fosse a seleção olímpica de futebol, ganharia.

R: Sim. Mas apenas quando eles conhecem o esporte paraolímpico é que caem na real que é totalmente diferente.

M: E, pensando nisso, a gente também conversou (não lembro ao certo qual dos alunos comentou na semana passada) que seria uma alternativa fazer as Olimpíadas e as Paraolimpíadas na mesma época. Qual seria a tua opinião sobre isso?

R: Bah, eu acho que seria uma boa. Sobre isso, juntaria mais o patrocínio também. A Paraolimpíada tem patrocínio? Tem. Mas a Olimpíada tem mais e tem mais mídia também. Por exemplo, a Olimpíada passava o dia inteiro, a abertura e as provas. Sobre a Paraolimpíada, passava alguma coisa.

A5: Apenas algumas matérias.

R: Dá para dizer que 10% do que passa nas Olimpíadas é o que passa das Paraolimpíadas. Se eles colocassem junto, ficaria mais centrado. Porque aí é que está. Os patrocinadores já sabem que vai ter mídia, e claro que eles vão entrar: “Ah, vamos pegar a seleção lá de Futebol Cinco, que eles vão estar fortes na mídia este ano”. Mas eles não têm essa certeza hoje.

M: E vocês? Concordam com o Ricardo ou discordam? Vocês que estão de fora e apenas ouvem o que ele está dizendo, têm alguma opinião?

A1: Eu acho que o atleta pode correr atrás.

R: O que eu falei é que, às vezes, é difícil de chegar porque tu não tens argumento. Ele vai querer saber onde a marca dele vai ser exposta. E qual é a garantia que eu vou dizer? Digo que vou estar na mídia toda a hora, se eu não estou. Eles não vão

patrocinar ninguém sem ter o retorno deles. Eles não vão investir dinheiro sem ter um campeonato importante pra eles aparecerem. É diferente de um Inter, em que o Banrisul patrocina e sai jogo duas vezes por semana ao vivo, no mínimo, fora as matérias. Então, é uma diferença muito grande, o patrocinador, ele quer a mídia.

M: Eu vou ler para vocês uma notícia que saiu no *site* da escola no ano passado. Vocês já devem ter conhecimento, mas, mesmo assim, vou ler para levantar uma questão com vocês. Diz assim:

Estudante de Ouro!

Instituto Santa Luzia forma campeões

Mais uma vez, vemos o resultado do esforço empenhado na educação, principalmente quando se trata da educação inclusiva que o Instituto Santa Luzia prioriza. Neste ano, tivemos a satisfação de ver mais uma vez nosso estudante Ricardo Alves subir ao pódio com a camisa da seleção brasileira de futsal 5. Desta vez, o cenário da conquista foi Pequim (China), participando das Paraolimpíadas e ocupando o lugar mais alto do pódio. No ano de 2007, o estudante participou do Parapanamericano, no Rio de Janeiro, no qual também conquistou a medalha de ouro e foi escolhido o melhor jogador do mundo.



Ricardinho, como é conhecido e aclamado pela torcida, estuda no Instituto Santa Luzia desde os 8 anos de idade. Revelou-se um excelente estudante e ótimo atleta, participando das diversas atividades que a Escola oferece. Neste ano, ele concluirá o Ensino Médio e já tem inúmeras expectativas para o futuro, dentre as quais a graduação em Educação Física ou Fisioterapia.



Um dia inesquecível...

O dia 22 de setembro foi o primeiro dia de aula do estudante após a participação das Paraolimpíadas. Como forma de homenagear o atleta, um grupo formado por colegas de turma, equipe técnica, professores e irmãs foram até a casa do Ricardo para juntamente com ele percorrer as ruas de Porto Alegre em carreta. O campeão e seus colegas foram conduzidos pelo carro do Corpo de Bombeiros e seguidos pelos demais até a chegada emocionante ao pátio da Escola, onde foram recebidos entre gritos, aplausos e fogos de artifício pela comunidade educativa. Após o momento de recepção, a Diretora, Ir. Carmem parabenizou Ricardinho, o qual agradeceu a acolhida e falou da importância de seguir um sonho e lutar por ele, bem como enfatizou a importância do estudo. O momento foi encerrado pela execução do Hino Nacional Brasileiro.

FONTE: www.isl-rs.com.br. Acesso em: 20 de junho de 2009.

M: Pessoal, vocês acham que se fosse outro atleta, de outro esporte ou do futebol olímpico, precisaria a comunidade escolar ir buscá-lo?

A6: Não, isso iria ser transmitido, todo mundo iria atrás. E aqui, se não fossemos nós, não teria nada disso.

A5: Acho que é por essa linha de raciocínio que o colega colocou. Acho que, se fosse um atleta olímpico, não precisaria a comunidade. Acho que, se fosse um atleta olímpico, teria toda uma cobertura. Não precisaria da mobilização daqueles que o conhecem desde o início, até quem não o conhecesse iria atrás.

M: Eu vou fazer umas perguntas sobre coisas que nós vimos conversando e que o Ricardo vivencia há muito tempo. Queria que cada um pensasse e me dissesse o que sente sobre tudo isso ou o que conclui disso tudo. Como é que vocês se percebem nesse processo todo? O que vocês teriam de finalização pra dizer? “Olha, eu me sinto de tal jeito...”

A5: Acho que nós vivemos em uma sociedade em que alguns setores dizem sobre direitos iguais para todos, isso e aquilo. Constitucionalmente até tem, mas na prática não é bem isso que acontece. Um quer levar vantagem daqui, outro quer levar vantagem dali, e eu acho que isso acontece porque já é uma cultura que não é de hoje, já vem de longa data. Antigamente até era pior, talvez tenha melhorado um pouco, porque, vamos supor, hoje a mídia pelo menos fala sobre uma Paraolimpíada. Será que logo quando iniciou se falava? Tinha-se o mínimo da cobertura que se tem hoje? Eu acho que toda a sociedade brasileira e mundial – porque não é só aqui que ocorre – tem que passar por um processo de reestruturação cultural, um processo de humanidade. E até eu queria colocar pro Ricardo a questão de público numa Paraolimpíada. Os telespectadores comparecem em grande número como numa Olimpíada? Eu acho que não. Eu acho que o público não comparece. Na final do ano passado das Olimpíadas, estava cheio. E na final de que tu participaste, o público compareceu?

R: Vai um público legal, bem fora da média que a gente tem nos campeonatos internos aqui, mas não dá para comparar com o Olímpico, que coloca muito mais público. E tem outra diferença. Por exemplo, no Parapan, eu sei, a entrada era gratuita nos jogos.

M: É mesmo?

R: Sim, e o Pan era todo pago e colocou mais público. Porque é diferente. Vou te dar um exemplo, tu pegas o futsal do Pan – que o Brasil estava com o Futsal lá do Falcão –, quem é que não quer ir lá ver o Falcão? Aí tu falas o Ricardo, o João Batista, o Jefinho – que são jogadores da nossa seleção – não têm 10% da mídia que o Falcão tem. Então, o pessoal paga o ingresso e vai ver.

M: Por que isso, pessoal? Qual a opinião de vocês sobre o motivo de essas pessoas não terem essa cultura de ir assistir...

A6: Por causa da mídia. Se aparecesse na TV, todos saberiam e iriam querer ver.

R: Agora, pegando um ponto que o colega falou ali, que eu acho interessante, é que será que, nas primeiras Paraolimpíadas, tinha a mídia que tem hoje? Não tinha. Eu acho que está crescendo. Sei lá. Há seis anos, a bolsa que hoje eu recebo não tinha. Está avançando, mas é muito pequeno. A gente está comparando Paraolímpico com Olímpico, e o Olímpico está na frente, mas também não pensa que é mil maravilhas, não. Tu vê, vou te dar outro exemplo, o João Derly. É um cara que foi bem no Judô do Pan, e alguém está vendo ele na mídia?

A2: Não.

M: Nós conversamos sobre isso na outra semana, que o que acontece é que a visibilidade grande é a do futebol. Porque, se tu pensas em ginastas, judocas, nadadores, enfim, a não ser que tu te mantenas no topo o tempo inteiro...

R: E isso não tem nem tanto campeonato pro cara se manter tanto tempo. É que o futebol se tornou tão forte no Brasil porque a paixão pelo futebol sempre teve, mas vamos pegar na época em que o Pelé estava no auge, ele não ganhava nem perto do que os caras ganham hoje aqui. Jogador de futebol, naquela época, por melhor que fosse, não tinha esse dinheiro. Por que hoje os caras ganham rios de dinheiro? Porque foi fortalecendo, a paixão do torcedor já tinha, mas foi reforçada pelo patrocínio.

A5: O mercado.

R: A Globo, hoje, para os times grandes no Brasil, paga um dinheirão para poder transmitir o direito de imagem dos times.

A5: A Globo investe muito ali.

R: Porque uma coisa puxa a outra, é como eu falei. A mídia está ali, os clubes estão ali, o patrocínio.

A5: Eles sabem que há uma visibilidade.

R: Sabem que vai passar na Globo direto, por isso que o futebol ficou tão forte e gerando tanto dinheiro.

M: Nosso colega tinha feito um fechamento da impressão dele, disso tudo, e eu gostaria de ouvir os outros agora. E, no final, também quero ouvir o Ricardo.

A3: É difícil tudo isso, porque ninguém tem uma consciência de como esses esportes são importantes. Ninguém conhece. Daí tu falas, ficam te olhando com cara de louca, sabe? Não é muito bom. (risos).

A1: Pelo que eu entendi, tudo precisa de um apoio financeiro, que não é fácil de vir.

A6: Falta o interesse por esses esportes, mas eles não aparecem, não tem como ninguém se interessar. Não tem muita gente que conhece. É claro que não é todo mundo, mas a maioria sabe que tem futsal para cego, mas ninguém vê assim que nem vê um futebol, até um vôlei. Tudo é mais difícil. Que nem o Goalball, eu chego e pergunto para um colega meu de dentro da sala, e eles não sabem, não conhecem.

M: E esse é um esporte que acontece dentro da escola e que a maioria não sabe do que se trata. Desconhece. O que falta, então?

A6: Mais interesse.

A1: É que o Goalball também é difícil por causa do silêncio.

A4: As pessoas tinham que ter mais interesse nos jogos que eles não sabem. Goalball, se eu perguntar para um colega meu, ninguém sabe, porque só acontece aqui dentro. Aqui na rua, ninguém conhece.

A2: Se o Goalball aparecesse na televisão, todo mundo iria conhecer o que é, assim como conhecem o futebol.

A5: Bom, eu até queria parabenizar o Ricardo pelo esforço dele e pela dedicação. Eu, que o conheci o ano passado... E pela capacidade dele de dedicação, não só ao esporte, mas também à vida. Que ele continue assim, porque gradativamente isso vai mudar. Vai chegar um dia em que nós teremos aquele mesmo foco, o que tem numa competição terá na outra. E o interesse deve partir do público. É uma série de fatores, cada partícula, cada setor tem que demonstrar interesse: público, patrocinador, mídia. Somando tudo isso, se chegará aonde a coisa deve chegar. Não adianta eu empurrar, “porque a culpa é do fulano, a culpa é do cicrano”, e no final a culpa é de todos. Tem que haver interesse de ambas as partes.

M: E tu, Ricardo, qual é o teu sentimento final disso tudo?

R: Eu acho que ele falou uma verdade, que, pelo andamento, as coisas vão melhorar. Mas, eu sendo bem sincero, acho que vai levar um bom tempo ainda. Claro, hoje eu estou feliz jogando. O que eu recebo não é muito, mas dá para viver legal e tudo. Mas, se o cara não tiver uma cabeça boa, ele se sente até meio desvalorizado. Tu pegas um clube profissional, o cara às vezes é terceiro reserva e ganha 10 vezes mais que eu. Não desmerecendo ele, nem nada, a gente sabe que a concorrência é muito grande, mas eu, por exemplo, me coloco no lugar, se eu estivesse titular da seleção brasileira de vidente, eu estaria não sabendo onde colocar dinheiro. Porque é totalmente diferente. Claro, a gente tem que ter os pés no chão, mas é uma diferença muito grande, e às vezes o talento é muito próximo. O nosso time mesmo, lá da seleção, quase não perde nenhum campeonato, e o retorno não vem. Às vezes, tu ficas assim, esperando mais, mas é o processo, não adianta. Está melhorando. Há um tempo, nem isso que a gente tem hoje se tinha. Acho que vai melhorando assim, mas bem lento.

M: Bom, eu agradeço muito pela presença do Ricardo e pela de todos os participantes por todos os dias.

A5: Eu acho que isso tudo é muito bom, porque o debate, o confronto de ideias, é sempre bem-vindo.

M: Agradeço a todos vocês novamente. Muito obrigada pela participação e atenção de todos. Saibam que suas colaborações de vocês muito importantes para este trabalho.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA	
--	--

Título do Projeto: Jogos Olímpicos e Paraolímpicos: um modo particular de governamento dos corpos	
---	--

Curso: Mestrado em Educação	Unidade: Ulbra – Canoas - RS
-----------------------------	------------------------------

Instituição onde será realizado: Instituto Santa Luzia
--

Nome dos pesquisadores e colaboradores: Roseli Belmonte Machado (Mestranda) e Dr(a) Maria Isabel Bujes (Orientadora)
--

Seu filho _____ está sendo convidado(a) para participar do projeto de pesquisa acima identificado. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que estamos fazendo. Sua autorização para que ele participe neste estudo será de muita importância para nós, mas, se retirar sua autorização a qualquer momento, isso não lhes causará nenhum prejuízo.

2. IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO DA PESQUISA E DO RESPONSÁVEL		
---	--	--

Nome do menor:	Data de Nasc:	Sexo:
----------------	---------------	-------

Nome do responsável	Data de Nasc:	
---------------------	---------------	--

3. IDENTIFICAÇÃO DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL		
--	--	--

Nome: Roseli Belmonte Machado	Telefone: 51 85334547
-------------------------------	-----------------------

Profissão: Professora	Registro no Conselho N°:	E-mail:
-----------------------	--------------------------	---------

CREF 009892-RS	robeltmont@pop.com.br
----------------	-----------------------

Eu, responsável pelo menor acima identificado, após informações e esclarecimento sobre este projeto de pesquisa, autorizo, de livre e espontânea vontade, sua participação como voluntário(a) e estou ciente:

1. Da justificativa e dos objetivos para realização desta pesquisa

O objetivo desta pesquisa é identificar as opiniões dos alunos com deficiência visual

a respeito das diferenças e semelhanças entre os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos.

2. Do objetivo da participação de meu filho

O interesse da participação de seu filho ocorre da necessidade para esta pesquisa de mostrar as opiniões dos jovens com deficiência visual sobre os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos.

3. Do procedimento para coleta de dados

1. Alguns alunos serão reunidos em três quintas-feiras à tarde em uma sala do Instituto Santa Luzia (10/09, 17/09 e 24/09).
2. Cada reunião terá cerca de uma hora de duração.
3. Nessas reuniões, serão discutidas questões diversas sobre os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos.
4. As opiniões dos alunos serão gravadas com um gravador de voz.

4. Dos desconfortos e dos riscos

Esclareço que a pesquisa não oferece nenhum tipo de desconforto ou risco para o seu filho.

5. Da garantia de sigilo e de privacidade

Os resultados obtidos durante este estudo serão mantidos em sigilo, mas concordo que sejam divulgados em publicações científicas, desde que meus dados pessoais não sejam mencionados.

6. Garantia de acesso e esclarecimento em qualquer etapa da pesquisa

Tenho a garantia de tomar conhecimento e obter informações, a qualquer tempo, dos procedimentos e métodos utilizados neste estudo, bem como dos resultados, parciais e finais, desta pesquisa. Para tanto, poderei consultar o **pesquisador responsável** (acima identificado), com endereço na Rua Edgar Pires de Castro, 2300.

7. Da liberdade de recusar, desistir ou retirar meu consentimento

Tenho a liberdade de recusar, desistir ou de interromper a colaboração nesta pesquisa no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação. A minha desistência não causará nenhum prejuízo ao meu filho.

_____ (), _____ de _____ de _____.

Sujeito da Pesquisa

Responsável pelo Sujeito da Pesquisa

Pesquisador Responsável pelo Projeto